



EAESP

GV PESQUISA

EVOLUÇÃO DO CONFORTO DOMÉSTICO NO ESTADO DE S. PAULO, 1980-2002: ANÁLISE QUANTITATIVA

Relatório 13/2005

JOSÉ CARLOS DURAND

Não é permitido o uso das publicações do GVpesquisa para fins comerciais, de forma direta ou indireta, ou, ainda, para quaisquer finalidades que possam violar os direitos autorais aplicáveis. Ao utilizar este material, você estará se comprometendo com estes termos, como também com a responsabilidade de citar adequadamente a publicação em qualquer trabalho desenvolvido.

**Evolução do Conforto Doméstico no Estado de S. Paulo, 1980-2002:
análise quantitativa.**

**Diffusion of the home comfort devices in the São Paulo State: A
quantitative analysis 1980-2002.**

José Carlos Durand

Eliana Monteiro Rodrigues

Com a participação de Diogo da Silva Quitério e Hivy Damásio Araújo Mello

Resumo:

É nítida e rápida a popularização da maioria dos bens duráveis de consumo no Estado de São Paulo, nos últimos vinte anos. Colaboram para isso a universalização da oferta domiciliar de eletricidade, água encanada, esgotos, e a tendência ao barateamento dos bens. Entre outros efeitos, tal popularização deteriora a eficácia das escalas de classificação sócio-econômica baseadas na posse de itens de conforto doméstico, suscitando freqüentes revisões e discórdias no interior da comunidade de marketing. Este estudo sistematiza estatísticas sobre situação domiciliar e posse de itens de conforto doméstico no Estado de S. Paulo, e mostra como isso afeta o consumo material e cultural. Finalmente, aponta que é chegada a hora de se usar mais e melhor variáveis como educação, profissão, qualidade do domicílio, tal como se faz em países desenvolvidos, para o entendimento mais pleno das mudanças que implantam no Brasil a moderna sociedade de consumo.

Palavras-chaves:

conforto doméstico; classificação socioeconômica; consumo.

Abstract:

It is pristine clear the fast diffusion of the most of the consumption durable goods in S.Paulo State, in the last twenty years. This trend has been helped by the universalization of the domestic electricity supply, piped water, sewage, and the trend of decreasing prices of the goods themselves. Among other consequences, such popularization impairs the efficiency of the socioeconomic classification scale based on the ownership of domestic comfort items, fostering constant updating and controversies inside the marketing community. This research systematizes data on domestic condition and on the ownership of domestic durable goods in S.Paulo State. It suggests how such thing affects the material and cultural consumption. Finally, it indicates that it is high time to use better and intensively variables such as education, occupation, the quality of domestic conditions, as usually and for long carried out in developed countries. This is a precondition to the better understanding of the changes towards the implantation of the modern consumption society in Brazil.

Keywords:

Market research; social and economical classification; durable consumption goods

José Carlos Durand. Sociólogo e Professor Titular da FGV/EAESP. Coordenador do Centro de Estudos da Cultura e do Consumo/CECC. Membro da comissão criada pela Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado/ABIPEME, em 2003, para atualização da escala de classificação sócioeconômica oficial da entidade.

Eliana Monteiro Rodrigues. Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo e analista de projetos da Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), especialista em bancos de dados. Coopera ainda com o Observatório das Metrôpoles e com o Centro de Estudos da Cultura e do Consumo/CECC da Fundação Getúlio Vargas.

Sumário

<u>1. CONHECIMENTO DO UNIVERSO DO CONSUMO NOS EUA E BRASIL.</u>	<u>5</u>
<u>2. POSSE DE BENS COMO EXPRESSÃO DE PODER AQUISITIVO. HISTÓRIA E CONTROVÉRSIA EM TORNO DE UMA FERRAMENTA DE PESQUISA.....</u>	<u>7</u>
<u>3. A DIMENSÃO NÃO RESOLVIDA DA CONTROVÉRSIA.....</u>	<u>11</u>
<u>4. MOTIVOS E RAZÕES DESTA PESQUISA</u>	<u>13</u>
<u>5. CONFORTO DOMÉSTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1980-2002: DESCRIÇÃO TÉCNICA DAS FONTES OFICIAIS E RESPECTIVAS VARIÁVEIS</u>	<u>15</u>
5.1. <i>Os Recenseamentos</i>	<i>16</i>
5.1.1. <i>Antes do período aqui analisado.....</i>	<i>16</i>
5.1.2. <i>No período aqui analisado.....</i>	<i>17</i>
5.2. <i>As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - PNADs</i>	<i>31</i>
5.3. <i>As Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs)</i>	<i>39</i>
<u>6. CONFORTO DOMÉSTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1980-2002: O QUE MOSTRAM AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS.</u>	<u>42</u>
<u>7. EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS DE ENTRETENIMENTO E CONSUMO CULTURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1980-2002.....</u>	<u>65</u>
7.1. <i>Consumo de mídia eletrônica no Estado de São Paulo: traços gerais.</i>	<i>66</i>
7.2. <i>A onipresença da televisão.</i>	<i>71</i>
7.3. <i>A primeira mídia eletrônica de massa: o rádio.</i>	<i>76</i>
7.4. <i>O espetáculo de cinema ontem e hoje</i>	<i>79</i>
7.5. <i>Frequência ao teatro</i>	<i>83</i>
<u>8. LUGAR DA ESCOLARIZAÇÃO COMO VARIÁVEL DA ESCALA.....</u>	<u>86</u>
8.1. <i>Procedimentos utilizados e conclusões</i>	<i>86</i>
<u>9. QUESTÕES À GUISA DE CONCLUSÃO.....</u>	<u>88</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>92</u>
<u>ANEXO.....</u>	<u>97</u>

1. CONHECIMENTO DO UNIVERSO DO CONSUMO NOS EUA E BRASIL.

Ainda são raros no Brasil os estudos acerca das várias práticas individuais e grupais que podem ser reunidas sob a rubrica consumo, que não sejam os levantamentos econômicos e mercadológicos.

Mesmo do ponto de vista econômico, sendo o Brasil um país de renda concentrada, com muita exclusão social, parece à primeira vista um tanto desnecessário esmiuçar o quanto vem se transformando, em anos recentes, a pauta de consumo da parcela da sociedade que está integrada ao mercado, e o ritmo em que novos segmentos a ela se incorporam.

Essa situação de escasso conhecimento tem a ver com o pouco desenvolvimento no Brasil de áreas como história social da economia, nicho de pesquisa no qual, ao menos nos EUA, acabou se construindo uma história social do consumo. Apenas para uma pálida idéia, esta área de pesquisa, em campos acadêmicos mais maduros, como o norte-americano, comporta contribuições pluri e transdisciplinares, juntando aportes da história e da história da arte, da sociologia, do direito, da antropologia, da psicologia, e da micro e macro economia. Assim, naquele país ela engloba desde estudos de ética e ideologia do consumo (Lears, 1994; Marchand, 1985), transformação dos canais e estratégias de distribuição varejista (Chandler Jr., 1962; Strasser, 1989; Leach, 1984), emergência de novas profissões ligadas à distribuição física e simbólica de bens (Pope, 1983; Fox, 1985; Converse, 1987; Bogart, 1995; Norris, 1990; Schudson, 1978; Cochoy, 1999; Bensman, 1967; Mayer, 1991), a estruturação do crédito ao consumo (Calder, 1999; Horowitz, 1992); tendências de uso do tempo livre (Robinson e Godbey, 1997; Schor, 1992) mudanças nos padrões de vida familiar e doméstica no trabalho e no lazer (Cowan, 1997; Bowden e Offer, 1994).

No campo acadêmico brasileiro a situação é de muita carência de pesquisa, em que pesem compêndios recentes de mais vulto sobre modernização e vida privada no século XX

(Novais, 1998), modernização e vida cultural (Arruda, 2001) historiografias da publicidade (Castelo Branco, Martensen e Reis, 1990; Cadena, 2001; Ramos e Marcondes, 1996); história da técnica e da tecnologia (Vargas, 1994), defesa do consumidor (Taschner, 1990; 1995), histórias comemorativas de lojas e estabelecimentos comerciais tradicionais (Lang, 1992), entre outros temas que ajudam a compor o mosaico de aspectos sobre o qual algum dia se poderá escrever algo mais profundo e completo a respeito da formação de uma “sociedade de consumo” no Brasil.

Por outro lado, é preciso reconhecer que há pelo menos meio século vem se constituindo no Brasil um setor comercial de pesquisas de opinião pública e mercado (Durand, 1990; Gontijo, 1996). Criada à parte e sem comunicação com o mundo acadêmico, a rede de institutos de pesquisa que compõem esse setor vive exclusivamente dos projetos especiais ou contínuos que consegue vender à clientela empresarial.

Tratando-se de estudos sob encomenda, é facilmente aceitável que as questões que eles levantam correspondam, nada mais, nada menos, àquilo que querem seus clientes saber. E que em geral se limita a conhecer o tamanho dos vários segmentos que compõem o mercado de consumo, os canais de comunicação a que estão expostos, precisar a participação das marcas em cada categoria de produto, analisar razões de preferências e hábitos de compra, e outros aspectos dos quais depende mais imediatamente a estratégia de mercado do cliente final do estudo. O mais importante é dizer que o fluxo constante de estudos de mercado feitos sob encomenda pouco agrega a um conhecimento mais sistemático, visto que, entre outras restrições, os seus resultados finais costumam ficar protegidos pelo sigilo comercial, guardados a sete chaves no escritório do cliente ou, por delegação deste, no arquivo do próprio instituto de pesquisa.¹

Por outro lado ainda, o desenvolvimento da infra-estrutura estatística do país, comandado pelo IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), vem introduzindo

¹ Exceção à regra são alguns estudos mais genéricos sobre comportamento financiados por agências de publicidade para se promoverem junto à clientela potencial como estando mais sintonizadas ao mercado. Ou alguma pesquisa financiada por algum periódico interessado em focalizar determinado grupo social ou faixa etária numa matéria específica.

novas questões nos recenseamentos decenais e novas pesquisas sobre a realidade brasileira (as POFs – Pesquisa de Orçamento Familiar; as Pnads – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) que muito ajudam no conhecimento da situação do consumo material no Brasil. Mais adiante se encontra uma descrição mais minuciosa desses estudos e de seus protocolos e definições técnico-científicas.

2. POSSE DE BENS COMO EXPRESSÃO DE PODER AQUISITIVO. HISTÓRIA E CONTROVÉRSIA EM TORNO DE UMA FERRAMENTA DE PESQUISA.

Uma controvérsia desencadeada no setor de pesquisas de opinião e mercado na década dos oitenta, e até hoje não superada de forma definitiva, constitui uma razão a mais para a organização desta pesquisa. Assim se pode resumir tal controvérsia.

Em 1977, os institutos de pesquisa reuniram-se e combinaram oficializar, para uso de todos, uma mesma bateria de questões em um campo destinado a “pontuar” indivíduos, famílias e domicílios em “classes sócioeconômicas”. Esta escala foi batizada de Escala ABIPEME (Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado). Com a oficialização desta, que havia sido criada em 1970, como critério da ABA (Associação Brasileira de Anunciantes), um mesmo domicílio seria pontuado da mesma maneira, e inscrito portanto na mesma classe de consumo, não importando o instituto que o entrevistasse. E assim seriam permitidas comparações mais seguras, em benefício dos clientes.

Naquela bateria de questões, com exceção de um parco item indagando da escolarização do chefe do domicílio, e da disponibilidade de empregada doméstica, todas as demais diziam respeito à posse (ou não posse) de itens de conforto doméstico, como automóvel, geladeira, televisor etc.

Menos de uma década depois de implantado esse acordo começou-se a perceber que a posse de itens de conforto como indicador de poder aquisitivo começava a deteriorar-se, devido à rápida difusão social e devido ao barateamento da maioria dos itens considerados. Em suma, a escala em vigor estaria discriminando pouco na parte superior da pirâmide de renda e consumo, ficando “demasiadamente fácil” uma família ser classificada como “A” ou “B”. Os segmentos altos e médios ficavam por conseguinte inflados, com prejuízo para os clientes finais que precisavam saber quem efetivamente teria poder aquisitivo para comprar seus produtos e serviços.

O encargo de rever a pontuação de cada estrato foi confiada a dois pesquisadores de renome – Pergentino M. de Almeida e Hilda Wickerhauser - no sentido de corrigir a dilatação indevida nos segmentos do topo. Para isso, eles poderiam fazer testes estatísticos com base em estudos contínuos de consumo de bens e de mídia de propriedade dos institutos onde trabalhavam.

O novo sistema de pontuação então proposto ficou conhecido como Escala ABA/ABIPEME. A proposição dessa nova escala provocou de imediato séria divergência entre os institutos de pesquisa, a ponto de provocar uma divisão na própria entidade de representação do ramo de negócio, a ABIPEME. Surgiu uma cisão chamada de ANEP (Associação Nacional de Empresas de Pesquisa), cujos associados acordaram em usar uma escala diferente – o Critério de Classificação Econômica Brasil/CCEB, implementado em 1996.

Segundo informação oficiosa, tal cisão teria resultado do sobressalto que a nova escala causaria em um determinado instituto afiliado à ABIPEME. Melhor esclarecendo, esse instituto teria medidores de audiência de TV instalados em uma amostra de domicílios das classes sócioeconômicas médias e altas, em cima da qual produzia relatórios de audiência fartamente consumidos, e a aceitação da nova escala punha em questão, da noite para o dia, a representatividade dos domicílios sintonizados com o instituto nos estratos economicamente mais importantes. Isso representava um problema técnico e comercial

sério, ameaçando com a necessidade de investimentos extras e descontinuidade de trabalho até a devida correção.

Depois de quase uma década de cisão, e da vigência de duas escalas, e na tentativa de simultaneamente propor um instrumento que viesse a ser da aceitação de todos os institutos de pesquisa e dos anunciantes (lembrando, representados pela ABA) a ABIPEME organizou um grupo de trabalho em 2003, com o fito de avaliar a necessidade de atualização da escala, reavaliando os indicadores que devem fazer parte dela. Tal comissão foi presidida por Fauze Mattar, professor de marketing da FEA/USP, e estudioso, há longo tempo, de escalas de classificação sócioeconômicas.

A comissão conheceu e debateu uma série de documentos brasileiros e estrangeiros relativos ao assunto e decidiu que uma nova escala era sem dúvida necessária; mas concluiu também que ela deveria ser baseada em indicadores de natureza diferente e não apenas a posse de itens domésticos. Por exemplo, deveriam ser privilegiadas a qualidade e localização urbana do domicílio, a escolarização e a categoria profissional de seus membros adultos, ou, pelo menos, de seu chefe.

Os trabalhos dessa comissão não chegaram a ser concluídos. Um acordo estabelecido entre as duas entidades concorrentes foi feito no início de 2004 e dele resultou uma nova sociedade - a ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) - deixando pois de existir a ABIPEME e a ANEP. Logo em seguida à fusão, a nova entidade colocou em seu portal um artigo do então diretor técnico da ANEP, Ney Luiz Silva, justificando por que a nova entidade decidiu confirmar, como oficial, o “Critério de Classificação Econômica Brasil/CCEB”. Ou seja, praticamente a mesma escala resultante da reforma anterior, e que agora passava a ser aceita por todos os institutos. A única modificação foi a introdução de DVD como sinônimo ou alternativa de “videocassete”.

A fusão das duas entidades em uma só selou, pois, uma cisão, cuja origem era uma divergência em relação à classificação sócioeconômica. Em seu lugar, o novo critério foi abertamente apresentado como econômico, ou seja, como uma forma indireta de *apenas representar (ou “presumir”) poder aquisitivo*. A uma pergunta de repórter acerca de por

que no Brasil não se adotava um critério similar ao norte-americano ou ao europeu, Ney Luis Silva (Silva, 2002) respondeu:

“Em primeiro lugar, porque, quando começamos a tentar uma padronização de nosso critério, não existiam padrões europeus ou americanos para seguir. Tradicionalmente, nos Estados Unidos sempre se segmentou o mercado de renda (leia-se: pela renda monetária). Na Europa, onde a renda é melhor distribuída e já não discrimina tanto, usa-se mais o status ocupacional e escolaridade. No Brasil, como nos demais países da América Latina, aspectos conjunturais como a instabilidade econômica e a informalidade do mercado de trabalho nos obrigam a utilizar metodologias mais complexas para presumir a capacidade de consumo e segmentar a população”².

Mais adiante, o mesmo Ney L. Silva lembra que é absolutamente desnecessário ficar querendo introduzir na escala os novos bens duráveis de consumo que vão aparecendo no mercado. Embora isso assegure ao critério “um ar de modernidade”, é preciso lembrar que, em um país com forte concentração de renda, ter o básico já é difícil. “Portanto, o básico é altamente discriminante”.

Seguro de que o CCEB tabelava a cesta de itens de conforto doméstico que representava o básico, e que esse básico distinguia bastante em termos de poder aquisitivo, Silva aduziu no mesmo artigo, recomendações muito importantes a respeito da ferramenta que seria possível alguém batizar de resistência a três tentações:

1. É preciso resistir à “*tentação da modernidade*”. Ou seja, não se deixar iludir pelas aparências e julgar que um critério que incluía bens de introdução mais recente (por exemplo, telefone celular) seja por isso, superior ao que se baseie em itens tradicionais como geladeira, aspirador de pó, rádio, televisão. Razão: não é o aumento do poder aquisitivo que leva os bens novos à casa do consumidor, mas

² A rigor, a nova associação assumiu, a respeito da escala, o ponto de vista da ANEP, uma vez que o trecho aqui citado de Ney Luis Silva foi escrito para **Pesquisa em foco** - Informativo dos Associados da ANEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) em dezembro de 2002.

sua popularização devida ao barateamento. Em outras palavras, “não é a pessoa que chega ao produto, mas o produto que chega à pessoa”; necessidade de se incluir apenas bens em situação de crescimento vegetativo.

2. É preciso resistir à “*tentação do status*”. Ou seja, deve-se evitar introduzir no critério bens cuja posse/não posse reflita mais estilo de vida, valores ou traços de personalidade do que poder aquisitivo. Ex. computador pessoal. Muitas pessoas não o têm “porque não querem, não precisam, não se interessam, ou até porque têm aversão a ele”. Assim, continua Silva, itens como tais “poluem a [identificação da] capacidade de consumo”, na medida em que a embaralham com fatores estranhos ao poder aquisitivo.
3. Resistir à “*tentação da completude*”. Isto é, a aspiração a se ter um critério capaz de distinguir segmentos de consumo em minúcia e com todas as determinações psicológicas e culturais aí envolvidas. Não significa desconhecer a procedência dessa necessidade, mas simplesmente aceitar que um só critério não pode dar conta de tudo³.

3. A DIMENSÃO NÃO RESOLVIDA DA CONTROVÉRSIA.

As dificuldades que inquietam a comunidade de marketing (pesquisadores, anunciantes, veículos e agências) em relação a como classificar indivíduos e domicílios em classes de consumo continuam sendo basicamente duas.

Uma é a constatação de que se precisa perguntar corretamente sobre os itens de conforto doméstico possuídos e pontuá-los com cuidado para se ter idéia aproximada da renda que o domicílio dispõe para consumir, pelo fato de que não é possível ter respostas

satisfatórias perguntando-se pura e simplesmente quanto é a entrada mensal de dinheiro no lar. Assim, saber quais itens de conforto doméstico cada domicílio possui (ou *quantas* unidades de um mesmo item, em alguns casos) é apenas uma forma indireta de perguntar qual é o poder aquisitivo dele. O problema está em que a maioria dos chamados itens de conforto doméstico (eletro-eletrônicos e automóveis) estão se popularizando de forma surpreendentemente rápida e isso impõe que uma escala de classificação neles baseada precise cada vez mais freqüentemente ser atualizada, para recomposição do poder discriminatório de cada item.

Há porém uma **outra** parte dessa comunidade profissional que reconhece que classificar indivíduos e famílias para fins de análise de consumo não é só saber qual a massa de poder aquisitivo que cada um deles possui, e estabelecer os pontos de corte que vão definir os limites de cada "classe". **É também e sobretudo saber que orientações de valor e de conduta estão em jogo na exposição à publicidade, na decisão de gasto ou poupança, no grau de informação sobre produtos e serviços, na capacidade sensorial, intelectual, emocional e motora de incorporar novos bens ao estilo de vida, etc.**

Em conseqüência dessas duas insatisfações, a orientação que a referida comissão da ex-ABIPEME estava adotando consistia em repensar a escala socioeconômica a partir de dois pontos:

- a) tentar rever a pontuação de cada item de conforto doméstico incorporando-se bens introduzidos há menos tempo e abandonando-se os que estariam "excessivamente" difundidos;
- b) tentar criar para o Brasil uma escala consoante princípios de classificação social mais universalmente aceitos na comunidade mais ampla dos cientistas sociais e dos organismos de recenseamento e análise socioeconômica.

³ Nesse sentido vale lembrar que segundo Silva (2002), o CCEB se propõe a ser um critério que distinga classes econômicas, e não sociais.

Ou seja, uma escala que **não meça apenas poder aquisitivo**. Uma escala assim tem de se basear preponderantemente em variáveis como nível de escolarização, prestígio da profissão e qualidade do domicílio. A propósito, esta última variável envolve a qualidade de sua localização urbana e entorno, e o tamanho e a aparência de luxo e conforto que o imóvel possa apresentar.

4. MOTIVOS E RAZÕES DESTA PESQUISA

As dúvidas suscitadas pela participação de José Carlos Durand na comissão da ABIPEME montada para a revisão da escala de classificação sócioeconômica foi certamente a razão imediata para a proposição desta pesquisa. Além disso, o estudo da formação da sociedade de consumo nos Estados Unidos, que Durand vem empreendendo, o colocou diante de contribuições importantes para a compreensão do universo do consumo e de sua importância para o entendimento da modernidade (Durand, 2003). Infelizmente, a situação de carência de dados dificultava a extrapolação para o Brasil de algumas análises importantes relacionando poder aquisitivo, equipamentos domésticos, tempo livre, nível de instrução, entre outras variáveis necessárias a se perceber o substrato social da cultura e da vida cotidiana.

Mas houve também outro antecedente: o CECC (Centro de Estudos da Cultura e do Consumo, centro de estudos que Durand coordena na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo), chegou a planejar uma pesquisa em 1997 para o Ministério da Cultura do Brasil, tendo em vista realizar um levantamento de hábitos e práticas culturais com representatividade para a população brasileira. Embora a pesquisa de campo não tenha sido realizada, por razões orçamentárias, a experiência de seu planejamento colocou seus participantes em contato com estudos similares feitos na França e em outros países. Em consequência, a experiência deixou como resíduo a vontade de estudar articuladamente consumo material e consumo cultural. Nesse sentido, uma iniciativa que serviu como ponto de partida foi essa pesquisa, a qual teve como objetivos:

1. Aproveitar uma conjuntura de controvérsia acerca da classificação para ver o que mostram, afinal, as estatísticas acerca da posse de itens de conforto doméstico. Mas utilizar, como fontes, as agências oficiais de estatística (IBGE, SEADE), selecionando-se apenas o Estado de São Paulo, nas últimas duas décadas, como foco da observação.
2. Analisar a distribuição de itens de conforto no Estado de S.Paulo usando-se uma distinção entre aqueles que poupam tempo (geralmente da dona de casa) em afazeres domésticos, que seriam, para usar uma nomenclatura observada em um estudo para o mundo anglo-saxão (Bowden e Offer, 1994), os *time saving devices*, e aqueles que melhoram a qualidade de vida através do entretenimento de todos os habitantes do domicílio, os *time using devices*⁴. Esta distinção se prende ao propósito de se começar a entender as tendências do consumo cultural no Brasil a partir de indicadores quantitativos. Itens como rádio, televisão, aparelho de som – enfim os *time using devices* - estão situados apenas na segunda rubrica.⁵
3. Examinar, como tarefa proposta por J.Carlos Durand em 2003 à comissão de revisão nomeada pela ABIPEME, se a variável educação (que na escala em vigor incluía apenas as faixas de anos de estudo do chefe da família) não ganharia em poder de discriminação se também fosse perguntada “educação do cônjuge”.

⁴ Uma outra distinção deveria ser feita: entre os bens fixos e os portáteis, para ambas as categorias.

⁵ Note-se que essa tipologia de bens duráveis não é a única. Em um artigo (Corfman, Lehmann e Narayanan, 1991) que tenta construir modelos em termos da relação do consumidor com os bens duráveis, estes aparecem divididos em 5 categorias: 1. **Entretenimento** (VCR, CDplayer, TV colorida, Telão etc.) 2. **Esportes e Ginástica** (esquis, esteiras, bicicletas, etc.) 3. **Animais domésticos** (cães e gatos, entre outros); 4. **Bens de conveniência** (forno microondas, carro, impressora, máquina de lavar, secretária eletrônica, liquidificadores, etc.) 5. **Bens de luxo** (pianos, casacos de pele, obras de arte originais). Seria possível acrescentar um sexto e bem definido grupo: **equipamentos de segurança pessoal e doméstica** (revólveres, alarmes, circuito interno de TV, monitores para rastreamento por satélite, etc.).

Cada um desses objetivos será abordado nos capítulos que seguem: o primeiro deles nos capítulos 5 e 6, o segundo no capítulo 7, e o último no 8.

5. CONFORTO DOMÉSTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1980-2002: DESCRIÇÃO TÉCNICA DAS FONTES OFICIAIS E RESPECTIVAS VARIÁVEIS

Como resultado dessa visita aos dados oficiais, tornou-se possível descrever como vem se alterando a situação dos domicílios paulistas em termos de conforto doméstico. Mas, antes de entrar nos dados propriamente ditos, vejam-se algumas informações e definições dos termos técnicos. As fontes acerca da posse de itens de **conforto doméstico nos domicílios do Estado de São Paulo, são basicamente as pesquisas de âmbito nacional realizadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da apresentação de uma série histórica dos dados levantados nos Censos Demográficos (1980, 1991 e 2000), nas Pnads (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1982 a 2002), e nas POFs (Pesquisa de Orçamento Familiar – 1987 e 1996).**

A análise limitou-se ao Estado de São Paulo por se ter partido do pressuposto que São Paulo pode ser tomado como referência devido ao seu grande peso econômico e demográfico dentro do país. É um dos estados com maior consumo, que sozinho concentra uma população superior a 20% da população brasileira, é totalmente coberto na abrangência das pesquisas (ao contrário da região Norte, por exemplo, onde o IBGE, conforme a situação, só levanta dados relativos à zona urbana) e também, tal qual o Brasil como um todo, apresenta grandes diferenças regionais e inter-municipais.

As Pesquisas de Orçamento Familiar têm suas variáveis apresentadas nas tabelas e gráficos iniciais, porém nas tabelas e/ou gráficos posteriores esses dados deixam de ser apresentados pelo fato de tais pesquisas apresentarem metodologia bastante diferente

daquela utilizada nas Pnads e Censos, a começar pela unidade de análise, que nas Pnads e Censos é a unidade domiciliar (os domicílios) e na POF é a família. Assim, para efeito de comparabilidade, restringiu-se a análise às pesquisas de âmbito domiciliar, e, conforme a situação, às Pnads, a fim de garantir estarmos tratando de fenômenos com levantamento de campo e processos amostrais o mais semelhantes possível.

A seguir apresenta-se um breve histórico dos Censos Demográficos e das Pesquisas Domiciliares e de Orçamento Domiciliar, com a respectiva descrição das variáveis utilizadas de cada uma delas no presente trabalho.

5.1. Os Recenseamentos

5.1.1. Antes do período aqui analisado

O primeiro recenseamento geral que se tem conhecimento no Brasil data de 1872, tendo sido seguido pelos de 1890 e 1900. Tais recenseamentos compreenderam apenas o Censo de População.

Já o Recenseamento de 1920 passa a ser mais amplo, abrangendo os Censos de População, Agricultura e Indústria.

O próximo Recenseamento Geral, o de 1940, além de inquéritos complementares, foi constituído pelos Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial, dos Transportes e Comunicações, dos Serviços e Social.

Após 1940, o Censo Demográfico passa a ser decenal, exceção feita ao que deveria ter ocorrido em 1990 e que teve sua realização atrasada em um ano.

Em 1950, o Recenseamento Geral envolveu os Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços, e Inquéritos Especiais sobre Transportes e Comunicações.

O Recenseamento Geral de 1960 abrangeu os Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços.

O Recenseamento Geral de 1970 compreendeu, além do Censo Demográfico, os Censos Predial, Agropecuário, Industrial, Comercial e dos Serviços, e Inquéritos Especiais sobre as Instituições de Crédito e Seguradoras e de Produção e Distribuição de Energia Elétrica.

5.1.2. No período aqui analisado

Em 1980, o Recenseamento Geral foi constituído dos Censos Demográfico, Agropecuário, Industrial, Comercial e dos Serviços, além de Inquéritos Especiais sobre Indústria da Construção, Produção e Distribuição de Energia Elétrica, Transportes Rodoviários, Ferroviários, Hidroviários, Aéreos e Especiais, Instituições Financeiras, Seguros e Capitalização, Comunicações, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e Limpeza Pública e Remoção de Lixo.

O Recenseamento de 1991 constituiu-se apenas do Censo Demográfico. Neste ano é regulamentada a periodicidade dos Censos Demográficos através da Lei nº 8.184 de 10 de maio de 1991, estabelecendo-se um máximo de 10 anos como sendo o intervalo máximo entre um censo e outro. Em 1996 é realizada a Contagem Populacional e em 2000 foi realizado o Censo Demográfico mais recente.

O Brasil vem participando, desde a segunda metade do século passado, de congressos internacionais de estatística e de encontros periódicos do Instituto Internacional de Estatística, cujas recomendações têm sido observadas pelos Recenseamentos brasileiros. Os Recenseamentos procuram atender as solicitações da Organização das Nações Unidas - ONU - e de outros organismos internacionais, integrando-se no Censo das Américas, através da adoção de um programa mínimo de investigações e tabulações, que visa a assegurar a uniformidade de conceitos e a comparabilidade dos resultados dos Censos das Nações Americanas. A partir de 1997, o Brasil participa do Projeto do Censo Comum do

Mercosul, cujo objetivo é contribuir para a homogeneização das estatísticas econômicas e sócio-demográficas entre os países que constituem o bloco do Mercosul e a conseqüente geração de um banco de dados.

A realização de cada Recenseamento obedece a determinações de leis específicas (por exemplo, o de 1991 obedecia a lei nº 8.184 de 10 de maio de 1991, e o de 2000 segue os princípios normativos da lei nº 5534 de 14 de novembro de 1968). Essa legislação costuma trazer no seu escopo o caráter obrigatório e confidencial atribuído às informações censitárias, que se destinam exclusivamente a fins estatísticos e que não podem ser objeto de certidão e nem têm eficácia jurídica como meio de prova.

A legislação define também a data de referência para a pesquisa, sendo que de acordo com esse critério, as pessoas nascidas após tal data não são incluídas na pesquisa (ainda que já sejam nascidas no dia em que o pesquisador realiza a visita ao domicílio), sendo, no entanto, incluídas as pessoas falecidas após aquela data, que residiam no domicílio na data de referência.

Nos censos demográficos costumam ser recenseadas todas as pessoas residentes no Território Nacional na data de referência, inclusive as que se encontravam temporariamente ausentes do país na referida data (há menos de um ano). Costuma ficar excluída desses levantamentos a população indígena que viva em tribos arredias ao contato, conservando seus hábitos primitivos de existência.

Os Censos Demográficos investigam características das pessoas, das famílias e dos domicílios; a pesquisa concernente aos domicílios costuma ser restrita aos domicílios ocupados.

Para os domicílios particulares permanentes são indagados a sua localização, o material predominante nas paredes e na cobertura, a forma de abastecimento de água, o tipo de escoadouro e o uso da instalação sanitária, a condição de ocupação, o aluguel mensal, o combustível usado para cozinhar, o número de cômodos, o número de dormitórios, o número de banheiros, o destino do lixo, o número de linhas telefônicas, o número de

automóveis particulares, a existência e a propriedade de automóvel para trabalho, a existência e a forma de iluminação, a existência de geladeira (investigando-se também o número de portas), a existência e o número de aparelhos de televisão em cores e a existência de filtro de água, rádio, televisão preto e branco, *freezer*, máquina de lavar roupa e aspirador de pó.

Para as pessoas são investigadas informações sobre sexo, condição no domicílio, idade, cor ou raça, religião ou culto, deficiência física ou mental, orfandade materna, nacionalidade, naturalidade, migrações internas e internacionais, instrução, nupcialidade, fecundidade, mortalidade e características econômicas. Além das pesquisas relativas às características das pessoas, são feitas investigações sobre a composição e as características das famílias.

Desde 1960 vem sendo utilizada amostragem na coleta do Censo Demográfico do Brasil. O desenho amostral adotado compreende a seleção sistemática e com equiprobabilidade, dentro de cada setor censitário, de uma amostra dos domicílios particulares e das famílias ou componentes de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos, com fração amostral constante para setores de um mesmo município.

Na coleta das informações dos Censos, mais de um modelo de questionário é utilizado. Existe um questionário básico que é aplicado nas unidades não selecionadas para a amostra e que contém as perguntas referentes às características que foram investigadas para 100% da população. Existe já um questionário de amostra, que inclui, além das perguntas que também constam do questionário básico, outras perguntas mais detalhadas sobre características do domicílio e das pessoas, tais como religião, migração, escolaridade, fecundidade, mão-de-obra e rendimento.

Os Censos demográficos também utilizam fator de Expansão da Amostra, sendo que a metodologia para obtenção desses pesos pode variar. Na expansão da amostra do Censo Demográfico de 1991 e de 2000, por exemplo, foi utilizado método dos Mínimos Quadrados ou Mínimos Quadrados Generalizados, que se baseia em procedimento multivariado de estimação por mínimos quadrados generalizados em

duas etapas (vide Silva, Bianchini e Albieri, 1993; Bankier, 1990; Rathwell, 1991). Esse procedimento foi desenvolvido pelos técnicos do *Statistics Canada* e aplicado na expansão da amostra do Censo de População Canadense realizado em 1991.

A metodologia é concebida de maneira a produzir pesos que, ao serem usados para calcular as estimativas de totais de algumas características básicas, poderem fornecer estimativas que sejam iguais aos valores conhecidos dos totais dessas características obtidos a partir da pesquisa censitária (conjunto de variáveis divulgadas como resultados do universo). Sua aplicação consiste em determinar os pesos das unidades amostrais baseados no ajuste de um modelo linear generalizado sujeito a restrições, entendidas como condições que buscam igualar estimativas aos valores conhecidos do universo para um conjunto de variáveis auxiliares comuns à amostra e ao universo (em duas etapas). O produto final da aplicação dessa metodologia é um peso ajustado para cada unidade domiciliar da amostra.

A metodologia de expansão da amostra, para cada um dos censos, é aplicada separada e independentemente para cada uma das áreas de ponderação, que por sua vez, são formadas por grupos mutuamente exclusivos de setores. Deve-se considerar sempre que o tamanho dessas áreas, em termos de população, não pode ser muito reduzido, sob pena de perda de precisão. Os critérios considerados devem levar em conta também um tamanho mínimo de uma área de ponderação (em geral em torno de 4000 pessoas ou 400 domicílios particulares ocupados – caso do censo de 2000 - mas que pode ter pequena variação entre um ano censitário e outro), pois não se pode perder a significância estatística, nem se pode comprometer o sigilo estatístico. As menores unidades territoriais costumam ser os chamados setores censitários, que são unidades criadas para fins de controle cadastral da coleta.

Nos bancos de dados disponibilizados para o público, existem variáveis auxiliares, que são um subconjunto das variáveis comuns à amostra e ao universo referentes a características de domicílio ou de pessoas, apesar do ajustamento ser realizado de forma a fornecer pesos para cada uma das unidades domiciliares. A documentação que acompanha cada Censo inclui todas as notas metodológicas concernentes.

Como já citado, existem características que são informadas por domicílio e outras por cada uma das pessoas daquela unidade domiciliar. Apresentam-se a seguir a descrição e definição daquelas que foram utilizadas, em ordem alfabética e subdivididas em variáveis de domicílios e variáveis de pessoas.

Domicílio

Considera-se como *DOMICÍLIO* a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estavam, na data do Censo, servindo de moradia, também foram considerados como domicílios.

População

A população corresponde aos moradores habituais do domicílio, quer estivessem presentes ou ausentes na data de referência. As pessoas moradoras habituais do domicílio que estavam ausentes na data de referência são recenseadas, desde que a ausência não seja superior a 12 meses em relação àquela data.

A população formada pelos moradores presentes e moradores ausentes corresponde à *POPULAÇÃO RESIDENTE* ou *POPULAÇÃO DE DIREITO*.

Espécie

Como espécie considera-se a condição do *DOMICÍLIO* ser:

- *PARTICULAR* - que sirva de moradia a uma, duas, ou no máximo cinco famílias, mesmo que esteja localizado em estabelecimento industrial, comercial, etc. O prédio em construção onde residem até cinco pessoas, embora sem laço de parentesco e/ou dependência doméstica, também é considerado como domicílio particular. Nas casas de cômodos e nos edifícios de apartamentos, considera-se cada unidade residencial como um domicílio particular. Os estabelecimentos institucionais como hospitais, asilos, mosteiros, quartéis, escolas, prisões e assemelhados, são considerados como domicílios particulares se localizados em prédios independentes e ocupados por famílias cujos membros, um ou mais, sejam

donos ou empregados do estabelecimento ou façam parte, ou não, da instituição ou zonas militares.

Classifica-se o *domicílio particular* em: *PERMANENTE* (construído para fim residencial); e *IMPROVISADO* (o que não atende à referida condição, embora servisse de moradia na data do Censo - loja, fábrica, prédios em construção servindo de moradia a pessoal de obra, embarcações, carroças, vagões de estrada de ferro, tendas, barracas, grutas, etc).

- *COLETIVO*, ocupado por grupo convivente e/ou família, na qual a relação entre os moradores se restrinja à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência (hotéis, pensões, recolhimentos, asilos, orfanatos, conventos, penitenciárias, quartéis, postos militares, navios, alojamentos de trabalhadores, etc). É também aí incluído o domicílio particular ocupado por um grupo de seis ou mais pessoas sem relação de parentesco e dependência doméstica (grupo convivente) e aquele em que residam seis ou mais famílias conviventes.

Situação do Domicílio

A situação, segundo a localização do domicílio quanto ao perímetro urbano (perímetro este definido por lei municipal), pode ser:

- Urbana, para áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas, sendo uma área interna ao perímetro urbano; ou
- Rural, para áreas situadas fora dos limites desse perímetro, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

A pesquisa das demais características dos domicílios limita-se aos *DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES*.

Abastecimento de Água

Existência ou não de canalização interna de água no domicílio (canalizada em pelo menos um cômodo; canalizada só na propriedade ou terreno; não canalizada e sem distribuição interna, no caso do Censo 2000) e se a água é proveniente de:

- *REDE GERAL* - domicílio servido por água proveniente de uma rede geral de abastecimento;
- *POÇO OU NASCENTE* - domicílio servido de água proveniente de poço ou nascente próprios; e
- *OUTRA FORMA* - domicílio abastecido com água das chuvas, por carro-pipa, etc. ou apanhada em fonte pública, poço, bica, etc. fora da propriedade.

Automóvel Particular

Quando no domicílio pelo menos um dos seus componentes possui um automóvel de passageiro ou utilitário (jeep, camioneta ou kombi), usado principalmente para passeio ou locomoção dos membros do domicílio para o trabalho. Investiga o número de automóveis para uso particular, que é a soma dos automóveis para uso particular dos membros da família.

Banheiros

Existência de banheiros no domicílio, inclusive os existentes na parte externa do prédio (desde que constituam parte integrante do domicílio) e o dos empregados. O banheiro, para ser considerado como tal, deve dispor de aparelho sanitário e local adequado para banho (não sendo considerados como banheiros os lavabos sem vaso sanitário). No Censo de 2000 passa a ser coletada também a quantidade de banheiros de uso exclusivo dos moradores, bem como é investigada a existência de sanitário (local com aparelho sanitário ou buraco para dejeções).

Cômodos Servindo de Dormitório

Quartos ou outras dependências que estejam servindo de dormitório em caráter permanente.

Condição de Ocupação do Domicílio

- *PRÓPRIO - A CONSTRUÇÃO E O TERRENO* - domicílio cujo prédio e respectivo terreno são de propriedade de um ou mais de um dos componentes da família;

- *PRÓPRIO - SÓ A CONSTRUÇÃO* - domicílio em que o prédio é de sua propriedade, sem ter a posse do terreno onde foi construído;

No Censo de 2000 o tópico PRÓPRIO apresenta-se com duas classificações diferentes, quais sejam: PRÓPRIO, JÁ PAGO (totalmente pago) e PRÓPRIO, AINDA PAGANDO (domicílios de propriedade ainda não totalmente paga).

- *ALUGADO* - domicílio alugado, mesmo que o aluguel seja pago por um não morador, exclusive empregador de qualquer um dos moradores do domicílio. Também é considerado alugado quando o empregador de qualquer um dos moradores paga, como parte integrante do salário, uma parcela em dinheiro para complementação do aluguel;
- *CEDIDO POR EMPREGADOR* - domicílio cedido por empregador (particular ou público), de qualquer um dos moradores, e domicílios cujo aluguel é pago diretamente pelo empregador de um dos moradores do domicílio;
- *CEDIDO POR PARTICULAR* - domicílio cedido gratuitamente por particular (parente, não-parente ou instituição), exclusive empregador de qualquer um dos moradores; e
- *OUTRA* condição - domicílio ocupado de forma diferente das anteriormente arroladas (por exemplo, quando o locatário paga um só aluguel pelo domicílio e pela parte não-residencial - oficina, casa comercial, etc. - ou quando a família reside em estabelecimento agropecuário arrendado).

Densidade de Moradores por Dormitório

Relação entre o total de moradores nos domicílios particulares permanentes e o total de cômodos servindo de dormitório.

Destino do Lixo

- *COLETADO DIRETAMENTE* - lixo do domicílio coletado diretamente por serviço de empresa pública ou particular;

- *COLETADO INDIRETAMENTE* - lixo depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou particular;
- *QUEIMADO* - lixo queimado diretamente na área do domicílio ou fora dela;
- *ENTERRADO* - lixo enterrado diretamente na área do domicílio ou fora dela;
- *JOGADO EM TERRENO BALDIO* - lixo jogado em terreno fora da área do domicílio;
- *JOGADO EM RIO, LAGO, LAGOA OU MAR* – quando o lixo é jogado nas águas de rio, lago, lagoa ou mar; e
- *OUTRO destino* - lixo com destino diferente dos enumerados anteriormente.

Faixas de Densidade de Moradores por Dormitório

Densidade de moradores por dormitório, distribuída por faixas de moradores.

Faixas de Rendimento Nominal Médio Mensal Domiciliar

Corresponde aos valores do rendimento nominal médio mensal domiciliar distribuídos por faixas de salário-mínimo vigente na data de referência de cada censo, sendo apresentados por fração ou múltiplo do salário mínimo vigente.

Filtro de Água

Existência, no domicílio, de filtro de água ligado ao encanamento ou de depósito com dispositivo para filtragem da água (inclusive aparelho para ozonização da água).

Fogão

Existência no domicílio de fogão, variável que apenas foi pesquisada no censo de 1980. O Censo de 1991 investigou o combustível usado para cozinhar.

Iluminação

Existência ou não e tipo de iluminação existente no domicílio, subdividida, antes do Censo de 2000, em:

- *ELÉTRICA COM MEDIDOR* - domicílio com iluminação elétrica, proveniente ou não de uma Rede Geral, com medidor ou relógio que registre o consumo exclusivo do domicílio;
- *ELÉTRICA SEM MEDIDOR* - domicílio com iluminação elétrica, proveniente ou não de uma Rede Geral, não tendo medidor ou relógio para registrar o consumo exclusivo do domicílio;
- *ÓLEO OU QUEROSENE* - domicílio cuja luz é obtida por lampião a óleo, querosene ou gás liquefeito; e,
- *OUTRA* - quando não existe iluminação no domicílio ou esta é obtida por vela, fogueira, lanterna, etc.

O Censo de 2000 apresenta apenas a existência ou não de iluminação elétrica, seja ela proveniente ou não da rede geral, com ou sem medidor.

Instalação Sanitária

Existência ou não de *INSTALAÇÃO SANITÁRIA*, que é classificada por tipo de escoadouro em:

- *REDE GERAL*,
- *FOSSA SÉPTICA*,
- *FOSSA RUDIMENTAR, VALA*,
- *OUTRO* escoadouro (quando são usados diretamente como escoadouro rios, lagos, etc) e
- *NÃO SABE*, quando o informante não sabe qual o escoadouro da instalação sanitária do domicílio.

No Censo de 2000 existe separadamente as opções RIO, LAGO ou MAR e “OUTRO”.

Peso para Expansão da Amostra

Valor do peso ou fator de expansão, associado a cada unidade amostral, para obtenção de estimativas do universo.

Rendimento Nominal Médio Mensal Domiciliar

Corresponde à soma dos rendimentos dos moradores do domicílio, exclusive os pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados. São classificados como *SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS* os domicílios nos quais a renda de qualquer um dos componentes tenha sido classificada nesta condição.

Telefone

Existência no domicílio de linha convencional de telefone instalada, investigando-se:

1 LINHA - quando o domicílio dispõe de uma só linha ou número, inclusive extensão de outro domicílio, mesmo que tenha mais de um aparelho;

2 OU MAIS LINHAS - quando o domicílio dispõe de duas ou mais linhas ou números; e

NÃO TEM - quando no domicílio não existe telefone.

Total de Cômodos

Considera-se *CÔMODO* todos os compartimentos integrantes do domicílio, inclusive banheiro e cozinha, separados por paredes, e os existentes na parte externa do prédio, desde que constituam parte integrante do domicílio (exceto corredores, alpendres, varandas abertas e outros compartimentos utilizados para fins não-residenciais como: garagens, depósitos, etc).

Uso da Instalação Sanitária

Pesquisa se a instalação sanitária é de *USO SÓ DO DOMICÍLIO* ou *COMUM A MAIS DE UM* domicílio.

Para os DOMICÍLIOS COM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA (com ou sem medidor) são indagadas informações sobre a posse de itens domésticos que funcionam a base de eletricidade, os chamados eletro-eletrônicos (geladeira, televisão, freezer, máquina de lavar roupa, aspirador de pó, etc).

Aspirador de Pó

Existência de aspirador de pó em condições de funcionamento.

Geladeira

Existência de geladeira, considerando-se:

1 PORTA;

MAIS DE 1 PORTA (se há geladeira elétrica com duas ou mais portas, mesmo havendo outra geladeira de uma só porta); e,

NÃO TEM - quando não existe no domicílio geladeira elétrica (mesmo que tenha geladeira a gás ou querosene).

Freezer

Existência de *freezer*, em condições de funcionamento.

Para o ano de 2000, os resultados do Censo apresentam a informação da existência de geladeira e de *freezer* juntas, sob a descrição de existência de *GELADEIRA OU FREEZER*, sendo que estão englobados aí a geladeira de uma ou mais portas e o *freezer*, incluindo equipamentos a gás ou querosene.

Máquina de Lavar Roupas

Existência de máquina de lavar roupa em condições de funcionamento, inclusive as máquinas que só lavam, e as conhecidas por “tanquinho”⁶. Já o Censo 2000 os domicílios que contavam apenas com “tanquinhos” e similares foram considerados como *NÃO* tendo máquina de lavar roupa.

Televisão em cores

Existência ou não de televisão em cores, em condições de funcionamento, assinalando-se a quantidade: *1 APARELHO; 2 APARELHOS; 3 OU MAIS APARELHOS;* e, *NÃO TEM* - quando o domicílio não tem aparelho de televisão em cores ou este esteja sem condições de funcionamento.

Televisão Preto e Branco

⁶ O “tanquinho” é uma máquina mais simples e mais barata, semelhante a um tanque com tampa, elétrico, para molho e agitação da roupa, porém não tendo todas as etapas para a lavagem da roupa (entrada de água automática, agitação, enxágüe e centrifugação); a roupa tem que ser torcida manualmente ou tem que ser posteriormente colocada em uma centrífuga (outra máquina independente).

Existência ou não de aparelho de televisão em preto e branco em condições de funcionamento.

Para o ano de 2000 foi coletada também a informação do número total de televisores em condições de uso, independente de serem em cores ou preto e branco.

O Censo Demográfico de 2000 insere ainda em seu questionário variáveis que não existiam até o Censo de 1991, tais como:

Aparelho de Ar Condicionado

Quantidade de aparelhos existentes ou número de cômodos servidos por ar condicionado central.

Forno de microondas

Existência ou não de microondas

Microcomputador

Existência ou não de microcomputador

Videocassete

Existência ou não de videocassete

PESSOAS

Para as PESSOAS, dentre as diversas características investigadas, seguem-se as definições daquelas que foram utilizadas na presente pesquisa.

Alfabetização

Consideram-se alfabetizadas as pessoas de 5 anos ou mais de idade capazes de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem. Aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram, e as que apenas assinam o próprio nome são consideradas analfabetas.

Anos de Estudo

Foi criada uma classificação de anos de estudo, obtida em função da série e do grau mais elevado concluído com aprovação, dos moradores de 5 anos ou mais de idade, que estavam freqüentando ou que haviam freqüentado escola.

Condição no Domicílio

Cada componente do domicílio é definido em função das seguintes condições e de sua relação com o chefe ou pessoa responsável:

CHEFE (ou *PESSOA RESPONSÁVEL* - nomenclatura varia de acordo com o ano do Censo) - pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio;

CÔNJUGE - pessoa (homem ou mulher) que viva conjugalmente com o chefe do domicílio independente da existência de vínculo matrimonial;

FILHO(A) - inclusive filho adotivo ou filho de criação;

ENTEADO(A) - filho somente do cônjuge, mesmo que o cônjuge já tenha falecido ou não more no domicílio;

Os dois itens anteriores (Filho / enteado) aparecem juntos no Censo 2000.

PAI OU MÃE - inclusive padrasto e madrasta;

SOGRO(A) - mesmo que não seja parente do cônjuge atual;

Os dois itens anteriores (Pai ou Mãe / Sogros) aparecem juntos no Censo 2000.

AVÔ(Ó) ou BISAVÔ(Ó) - inclusive só do cônjuge;

GENRO ou NORA - inclusive só do cônjuge;

IRMÃO ou IRMÃ; CUNHADO(A) - mesmo que não seja parente do cônjuge atual;

OUTRO PARENTE - sobrinho, tio, primo, inclusive só do cônjuge;

Os avós ou bisavós, genro ou nora e cunhados aparecem agrupados na mesma categoria *OUTROS* no ano de 2000, sendo que aparece isoladamente neste ano a categoria *NETO ou BISNETO*, inexistente até então, e na categoria *IRMÃOS* passam a ser incluídos também os irmãos adotivos ou de criação.

AGREGADO(A) - pessoa que resida no domicílio, sem ser parente, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado, sem pagar hospedagem;

PENSIONISTA - pessoa que, sem ser parente, tem residência fixa no domicílio, pagando hospedagem;

EMPREGADO(A) DOMÉSTICO(A) - pessoa que presta serviços domésticos remunerados aos moradores do domicílio; e,

PARENTE DO(A) EMPREGADO(A) DOMÉSTICO(A) - pessoa que é parente do(a) empregado(a) doméstico(a) e que não presta serviços domésticos remunerados aos moradores do domicílio.

Finalmente, no ano de 2000 aparece a categoria *INDIVIDUAL EM DOMICÍLIO COLETIVO*, que designa a pessoa só, que reside em domicílio coletivo.

Idade

Idade em anos ou em meses completos na data de referência do Censo. A indagação sobre a idade é realizada através do quesito de mês e ano de nascimento e, para aqueles que não sabem a data de nascimento, a idade presumida, sendo que no caso de menores de 1 (um) ano registra-se o número de meses.

Sexo

MASCULINO (código 1) ou *FEMININO* (código 2).

5.2. As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - PNADs

O sistema de pesquisas domiciliares foi implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, e tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. A PNAD é uma pesquisa amostral, realizada anualmente, exceto em anos de realização dos Censos Demográficos.

As pesquisas por amostra de domicílios investigam diversas características socioeconômicas, sendo algumas de caráter permanente nas pesquisas (características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação), e outras com periodicidade variável (os chamados suplementos, com características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição etc, que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País).

O registro da existência de rádio e televisão nos domicílios particulares permanentes passa a ser feita a partir de 1988, desconhecendo-se a razão por não existir a informação para datas mais recuadas.

Para fins comparativos, deve-se levar em conta que a classificação das áreas urbanas e rurais é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos.

A definição para a classificação de determinadas áreas no período intercensitário estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 1991 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 1992 a 1999 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000 permaneceu para as pesquisas da PNAD de 2001 e de 2002. As estatísticas por situação urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, e as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio.

A pesquisa abrange informações dos domicílios e da população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos), sendo que as características gerais, de migração e de educação são pesquisadas para todas as pessoas. A menor desagregação em termos territoriais para as Pnads corresponde às áreas metropolitanas ou não metropolitanas, sendo, portanto, uma pesquisa que não permite análises em nível municipal, onde se perderia a representatividade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades

primárias - municípios; unidades secundárias – setores censitários; e unidades terciárias – unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Adotam-se a divisão territorial e a malha setorial vigentes no país.

Trabalha-se com expansão da amostra, que utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente, segundo o tipo de área (região metropolitana e não-metropolitana). Estas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os Censos Demográficos próximos, sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração. Existe ainda, para cada uma delas, uma data de referência, bem como semana, mês e período de referência de 365 dias.

Para detalhes sobre o processo de seleção da amostra, sobre os erros amostrais, precisão das estimativas, criação dos valores de expansão etc, sugere-se a leitura dos arquivos que acompanham cada uma dessas pesquisas e que trazem de forma bastante detalhada informações e fórmulas estatísticas sobre cada parte do processo.

Cada uma das Pnads apresenta publicação com seus conceitos, definições, data e períodos de referência utilizados na classificação das características que foram objeto de divulgação.

Domicílio

Conceituou-se como domicílio o local de moradia, estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas, etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Classificam-se os domicílios como:

- *PARTICULARES* - destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência;
- *COLETIVOS* - são classificados como coletivos os domicílios destinados à habitação de pessoas cujo relacionamento se restrinja ao cumprimento de normas administrativas.

População residente

A população residente é composta pelos moradores presentes e ausentes, ou seja, pelas pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estão presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Situação do domicílio

A classificação da situação do domicílio é *URBANA* ou *RURAL*, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente.

Espécie do domicílio

Os domicílios *PARTICULARES* são classificados, segundo a espécie, como:

- *PERMANENTE* - Para o domicílio localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia; ou
- *IMPROVISADO* - Para o domicílio localizado em unidade que não tenha dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial, etc, prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta, etc., que estivesse servindo de moradia).

Características dos domicílios particulares permanentes

As pesquisas domiciliares levantam dados sobre inúmeras características dos domicílios particulares permanentes. A seguir estão as definições das características utilizadas na presente pesquisa.

Abastecimento de água

Existência de água canalizada nos domicílios particulares permanentes e a sua proveniência.

Quanto à existência de água canalizada foram subdivididos em:

- *COM CANALIZAÇÃO INTERNA* - água canalizada para, pelo menos, um cômodo; ou
- *SEM CANALIZAÇÃO INTERNA* - se não tem água canalizada para nenhum cômodo.

A *PROVENIÊNCIA* da água é classificada em:

- *REDE GERAL* - domicílios servidos por água proveniente de uma rede geral de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situa; ou
- *OUTRA* - água proveniente de poço ou nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência que não se enquadra nas anteriormente descritas.

Banheiro ou sanitário

Considera-se como *BANHEIRO* o cômodo destinado a banho e que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções, e como *SANITÁRIO* o cômodo ou o local limitado por paredes de qualquer material, coberto, que dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

Investiga-se a existência de banheiro ou sanitário, para uso dos moradores, no domicílio particular permanente ou no terreno, ou na propriedade em que estava situado. Pesquisa-se ainda se o banheiro ou sanitário é de uso exclusivo ou comum dos moradores de mais de um domicílio particular permanente.

Cômodo

Considera-se como cômodo todo compartimento, coberto por um teto e limitado por paredes, que seja parte integrante do domicílio particular permanente (exceção para corredor, alpendre, varanda aberta, garagem, depósito e outros compartimentos utilizados para fins não-residenciais).

Condição de ocupação do domicílio

- *PRÓPRIO* - Para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador, estando integralmente quitado ou não, e independentemente da condição de ocupação do terreno;
- *ALUGADO* - Para o domicílio cujo aluguel seja, total ou parcialmente, pago por morador;
- *CEDIDO* - Para o domicílio cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não-moradora (parente ou não); ou
- *OUTRA* - Para o domicílio ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas (por exemplo, no caso de invasão).

Densidade de moradores por dormitório

A densidade de moradores por dormitório resulta da divisão do número de moradores pelo número de dormitórios do domicílio particular permanente.

Destino do lixo

A classificação segundo o destino do lixo é a seguinte:

- *COLETADO DIRETAMENTE* – para o lixo coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atenda o logradouro em que se situa o domicílio;
- *COLETADO INDIRETAMENTE* - para o lixo depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhe; ou
- *OUTRO* - para o lixo queimado ou enterrado na propriedade, ou jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar, ou com outro destino.

Dormitório

Considera-se como dormitório o cômodo que esteja, em caráter permanente, sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

Esgotamento sanitário

O escoadouro do banheiro ou sanitário é classificado em:

- *REDE COLETORA* – se a canalização das águas servidas e dos dejetos está ligada a um sistema de coleta que os conduza para um desaguadouro geral da área, região ou município;
- *FOSSA SÉPTICA* - quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município; ou
- *OUTRO* - se os dejetos são esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco, etc.), diretamente para uma vala, rio, lago ou mar.

Filtro de água

Existência de filtro de água ou de aparelho para filtrar ou purificar a água.

Fogão

Existência de fogão de duas ou mais bocas, inclusive se construído de alvenaria ou portátil.

Iluminação elétrica

Existência de iluminação elétrica, independente de ser proveniente de uma rede geral ou obtida de outra forma.

Rádio

Existência de rádio, independente ou como parte de conjunto que acople outros aparelhos, tais como: rádio-gravador, rádio toca-fitas, etc.

Rendimento mensal domiciliar

Considera-se como rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, exclusive os das pessoas cuja condição no domicílio seja pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Telefone

Existência de linha telefônica fixa (telefone fixo convencional) instalada, mesmo que compartilhada com outra unidade, domiciliar ou não-residencial, de ramal de uma central telefônica comunitária, etc. Em alguns anos mais recentes pesquisa-se, também, se algum dos moradores do domicílio particular permanente possui linha telefônica móvel (telefone móvel celular).

Para os domicílios dotados de energia elétrica são questionados os itens seguintes.

Freezer

Existência ou não de *freezer*.

Geladeira

Existência de geladeira de duas portas (uma para refrigeração e outra de congelamento de alimentos) e para os domicílios que não tenham este tipo de aparelho, investiga-se a existência de geladeira de uma porta.

Máquina de lavar roupa

Existência de máquina de lavar roupa (com forma automática para todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágüe, até o de centrifugação).

Televisão

Existência de televisão em cores e, para os que não têm este tipo de aparelho, a existência de televisão em preto e branco.

Características das pessoas**Alfabetização**

As pessoas são divididas em:

- *SABE LER* (capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece) ou

- *NÃO SABE LER.*

Anos de estudo

Os anos de estudo são obtidos em função da série e do grau que a pessoa estava freqüentando ou havia freqüentado, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a um ano de estudo. As pessoas que não declaram a série e o grau ou com informações incompletas que não permitam a sua classificação são reunidas na categoria de anos de estudo "*NÃO-DETERMINADOS* ou *SEM DECLARAÇÃO*".

Idade

A investigação da idade é feita por meio da pesquisa do dia, mês e ano de nascimento da pessoa ou da idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento, tendo sido calculada em relação à data de referência. Classificam-se como "*IDADE IGNORADA*" as pessoas que não declaram a data de nascimento nem a idade presumida.

5.3. As Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs)

São pesquisas que foram realizadas nos anos de 1987, 1996 e 2003, sendo que os resultados desta última estão começando a ser divulgados. Essas pesquisas investigam as despesas familiares por tipo de despesa, por grupos e subgrupos de produtos, etc, e apresentam tabelas que relacionam os bens duráveis que as famílias possuíam nos anos de 1987 e 1996, tais como:

Antena parabólica (a partir de 1996);

Ar condicionado;

Aspirador de pó;

Automóvel (e quantidade);

Batedeira de bolo;

Bicicleta;

Conjunto de som;
Enceradeira;
Ferro elétrico;
Fogão;
Forno de microondas (a partir de 1996);
Freezer;
Geladeira;
Gravador e toca-fitas;
Liquidificador;
Máquina de costura;
Máquina de lavar roupas;
Máquina de lavar pratos;
Máquina de secar roupas;
Microcomputador (a partir de 1996);
Motocicleta;
Ozonizador (a partir de 1996);
Rádio de mesa;
Rádio portátil;
Secador de cabelos;
Televisão;
Toca-disco;
Torradeira elétrica;
Ventilador e circulador de ar; e
Vídeo-cassete (a partir de 1996).

Como o próprio nome já diz, a unidade de análise nas POFs são as famílias, ao contrário do que acontece com os Censos e Pnads. Além da discrepância quanto a unidade de análise, observa-se que os bens duráveis apresentados nas tabelas da POF não são exatamente idênticos em termos de definição aos bens das outras pesquisas, o que dificulta a comparabilidade. Cabe, entretanto, salientar que alguns itens aqui investigados e que ainda não fazem parte do escopo do Censo, provavelmente passarão a fazê-lo nos

próximos Censos (como, por exemplo, é o caso da máquina de lavar pratos ou máquina de secar roupas).

As tabelas apresentadas a seguir foram extraídas das publicações do IBGE, ou ainda de tabelas disponíveis no site do IBGE na internet (Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>) ou até mesmo foram geradas a partir dos bancos com os micro-dados de cada ano de cada pesquisa estudada, bancos estes à venda através da loja virtual ou da loja física do IBGE. No caso de tabelas geradas a partir dos micro-dados foi utilizado o software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 11.5.

6. CONFORTO DOMÉSTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1980-2002: O QUE MOSTRAM AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS.

Tabela 1: Variáveis de bens e serviços selecionados, 1980-2002.

Valores relativos	CENSO Ano	PNAD	PNAD	PNAD	PNAD	PNAD	PNAD	POF	PNAD	PNAD	PNAD	CENSO
Variável	1980	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1987	1988	1989	1990	1991
Renda até 1salário mínimo	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Renda de 20 ou + salários mínimos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fogão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Filtro		X	X	X	X	X	X		X	X	X	
Rádio	X							X	X	X	X	
Televisão	X							X	X	X	X	
Geladeira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Freezer								X				
Máquina de lavar roupa								X				
Domicílio próprio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Água canalizada interna	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Água da rede geral	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Esgotamento sanitário exclusivo	X	X	X	X								X
Esgoto em rede coletora	X	X	X	X								X
Banheiro	X	X	X	X								X
Banheiro exclusivo												X
Lixo coletado diretamente		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Iluminação elétrica	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	
Linha telefônica	X											
Até 2 moradores por dormitório		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Mais de 4 moradores por dormitório		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Total de domicílios urbanos	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Forno de microondas												
Aparelho de ar condicionado								X				
Videocassete												
Microcomputador												
Automóvel particular	X							X				
Aspirador de pó								X				
Antena parabólica												
Domicílio particular permanente	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X

(Continua)

Variável	Valores relativos											
	PNAD 1992	PNAD 1993	PNAD 1995	POF 1996	PNAD 1996	PNAD 1997	PNAD 1998	PNAD 1999	CENSO 2000	PNAD 2001	PNAD 2002	
Renda até 1salário mínimo	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Renda de 20 ou + salários mínimos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Fogão	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	
Filtro	X	X	X		X	X	X	X		X	X	
Rádio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Televisão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Geladeira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Freezer	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	
Máquina de lavar roupa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Domicílio próprio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Água canalizada interna	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Água da rede geral	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Esgotamento sanitário exclusivo	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Esgoto em rede coletora	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Banheiro	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Banheiro exclusivo	X	X	X		X	X	X	X		X	X	
Lixo coletado diretamente	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Iluminação elétrica	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Linha telefônica	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Até 2 moradores por dormitório	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Mais de 4 moradores por dormitório	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Total de domicílios urbanos	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
Forno de microondas				X					X			
Aparelho de ar condicionado				X					X			
Videocassete				X					X			
Microcomputador				X					X	X	X	
Automóvel particular				X					X			
Aspirador de pó				X								
Antena parabólica				X								
Domicílio particular permanente	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	

(Conclusão)

Fonte: Fundação IBGE.

A primeira tabela (Tabela 1) apresenta a relação de todas as variáveis disponibilizadas pelo IBGE e que foram utilizadas no atual estudo, bem como os anos em que cada uma delas está disponível, além do nome da pesquisa do IBGE onde a variável se encontra (Censo, Pnad ou POF).

Observa-se que, enquanto algumas variáveis têm continuidade ao longo dos anos (por exemplo, a propriedade do domicílio), outras vão sendo introduzidas. É o caso de bens de consumo que foram surgindo nesse período de tempo, como forno de microondas ou aparelho de videocassete e outras ainda foram levantadas apenas em alguns anos não seqüenciais (por exemplo, posse de automóvel particular).

Cabe ressaltar que dentre as diversas variáveis disponibilizadas, bem como dentre as possíveis categorias de cada uma delas, optou-se por selecionar aquelas cujas definições fossem os mais semelhantes possíveis entre as diversas pesquisas, a fim de se poder garantir uma boa comparabilidade.

Tabelas 2: Proporção dos bens e serviços, segundo pesquisa e ano, 1980-2002.

Valores relativos Variável	CENSO	PNAD	PNAD	PNAD	PNAD	PNAD	PNAD	POF	PNAD	PNAD	PNAD	CENSO
	Ano 1980	1982	1983	1984	1985	1986	1987	POF1987	1988	1989	1990	1991
Renda até 1salário mínimo	5,22	7,51	6,64	5,80	5,53	5,54	4,28		4,68	3,92	4,21	15,86
Renda de 20 ou + salários mínimos	5,97	4,23	5,56	6,57	7,03	7,02	9,85	19,02	9,89	13,32	14,13	3,98
Fogão	98,70	99,26	99,17	99,17	99,28	99,28	99,25	99,29	99,51	99,56	99,47	
Filtro		62,83	63,04	63,10	64,06	64,04	64,95		65,26	64,59	65,41	
Rádio	85,88							77,95	91,43	92,77	93,19	
Televisão	82,91							89,48	90,22	90,95	91,34	
Geladeira	74,18	80,63	82,04	83,26	84,34	84,32	88,31	88,13	88,70	90,70	90,51	
Freezer								6,90				
Máquina de lavar roupa								29,44				
Domicílio próprio	52,63	54,68	54,92	55,24	56,07	56,08	56,25	58,81	57,95	58,62	59,90	63,88
Água canalizada interna	82,15	83,45	85,30	86,50	88,54	88,50	88,07		89,31	90,55	90,15	89,30
Água da rede geral	75,35	88,83	89,95	90,84	91,47	91,44	92,21		92,38	93,08	92,66	91,09
Esgotamento sanitário exclusivo	82,76	89,64	90,60	91,64								92,57
Esgoto em rede coletora	50,78	57,94	60,00	59,44								72,08
Banheiro	82,76	89,64	90,60	91,64								98,56
Banheiro exclusivo												92,57
Lixo coletado diretamente		83,78	85,41	87,54	88,82	88,78	89,69		89,75	91,35	91,55	88,88
Iluminação elétrica	93,99	97,31	97,36	97,98	98,21	98,20	98,82		98,78	98,90	99,22	
Linha telefônica	21,12											
Até 2 moradores por dormitório		57,97	58,00	59,58	60,09	60,11	60,88		61,87	63,45	64,79	61,80
Mais de 4 moradores por dormitório		6,76	6,76	5,73	6,33	6,31	5,83		5,50	5,39	4,92	7,11
Total de domicílios urbanos	89,90	91,85	91,63	92,05	92,30	92,27	91,60		91,50	91,53	91,11	93,39
Forno de microondas												
Aparelho de ar condicionado								6,39				
Vídeocassete												
Microcomputador												
Automóvel particular	31,76							33,21				
Aspirador de pó								22,55				
Antena parabólica												
Domicílio particular permanente	100,00	99,94	99,89	99,90	99,95	99,95	99,99		99,92	99,90	99,94	100,00

(Continua)

Valores relativos Variável	PNAD	PNAD	PNAD	POF	PNAD	PNAD	PNAD	PNAD	CENSO	PNAD	PNAD
	1992	1993	1995	POF1996	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Renda até 1salário mínimo	6,84	6,08	4,72		4,44	5,26	5,04	5,03	4,51	6,67	6,67
Renda de 20 ou + salários mínimos	5,40	7,33	12,82	19,19	14,88	12,96	11,25	10,33	11,18	7,90	7,71
Fogão	99,12	99,02	99,49	99,22	99,61	99,48	99,29	99,59	99,58	99,58	99,50
Filtro	64,31	65,05	65,13		65,19	65,52	62,34	62,69	62,69	54,27	54,21
Rádio	92,91	92,82	94,80	64,38	95,44	95,32	95,07	94,95	93,36	92,93	93,00
Televisão	90,40	91,38	94,04	94,49	95,38	95,55	96,21	96,02	95,45	96,14	96,46
Geladeira	91,00	90,76	93,11	91,08	94,66	95,78	96,42	96,77	96,38	97,14	97,21
Freezer	13,94	14,74	16,81	18,76	20,67	22,27	22,70	22,77	22,77	20,57	19,82
Máquina de lavar roupa	40,59	41,17	43,16	46,73	48,75	51,00	50,92	51,63	50,49	51,19	51,63
Domicílio próprio	64,24	64,65	66,13	69,85	69,28	69,57	69,28	69,60	70,74	69,77	69,43
Água canalizada interna	95,81	96,37	97,28		98,17	98,38	98,50	98,61	97,87	98,75	95,29
Água da rede geral	90,58	90,93	91,80		93,07	92,84	93,38	93,55	93,51	95,05	95,92
Esgotamento sanitário exclusivo	99,07	98,98	99,15		99,46	99,50	99,56	99,68	98,08	99,58	98,65
Esgoto em rede coletora	77,90	77,05	79,51		78,61	81,00	82,56	82,03	82,09	84,14	88,14
Banheiro	99,07	98,98	99,15		99,46	99,50	99,56	99,68	98,08	99,58	99,67
Banheiro exclusivo	95,01	95,60	96,40		96,91	97,58	97,70	98,35	98,35	98,48	98,65
Lixo coletado diretamente	89,02	89,80	91,37		90,64	89,97	90,55	91,00	93,32	91,91	97,72
Iluminação elétrica	99,05	99,25	99,47		99,67	99,64	99,65	99,76	99,64	99,71	99,85
Linha telefônica	28,20	29,35	32,31		37,08	40,08	45,77	52,67	57,09	77,88	77,55
Até 2 moradores por dormitório	64,88	66,23	69,05		70,11	70,51	72,50	73,35	71,52	73,96	75,17
Mais de 4 moradores por dormitório	4,32	3,94	3,60		3,69	3,49	3,06	3,27	4,08	2,94	2,74
Total de domicílios urbanos	93,69	93,48	93,50		93,87	93,63	93,59	93,54	93,68	94,59	94,74
Forno de microondas				16,03					37,89		
Aparelho de ar condicionado				8,59					3,61		
Vídeocassete				37,91					52,43		
Microcomputador				6,96					17,53	21,11	23,03
Automóvel particular				35,57					48,26		
Aspirador de pó				21,72							
Antena parabólica				1,75							
Domicílio particular permanente	99,87	99,96	99,96		99,92	99,85	99,96	99,98	98,05	99,97	99,96

(Conclusão)

Fonte: Fundação IBGE.

A tabela 2 apresenta os valores relativos de cada variável para cada ano, a fim de que se possa acompanhar a tendência evolutiva de cada um dos itens analisados.

Observa-se que algumas variáveis se encontravam acima dos 90 ou até mesmo 95 por cento já no ano de 1980, como é o caso da posse de fogão (com menor valor igual a 98,7% em 1980) e iluminação elétrica (94% em 1980), restando uma pequena margem de possível crescimento ao longo dos 22 anos seguintes. Ainda assim foi possível constatar tal crescimento, pois a posse de fogão de duas ou mais bocas chega ao ano 2002 com um percentual de 99,5, enquanto a iluminação elétrica atinge nesse mesmo ano a porcentagem de 99,8% dos domicílios. Vê-se portanto que no Estado de São Paulo como um todo é muitíssimo pequena a porcentagem ainda existente de domicílios particulares permanentes que não possuam esses dois itens de conforto doméstico.

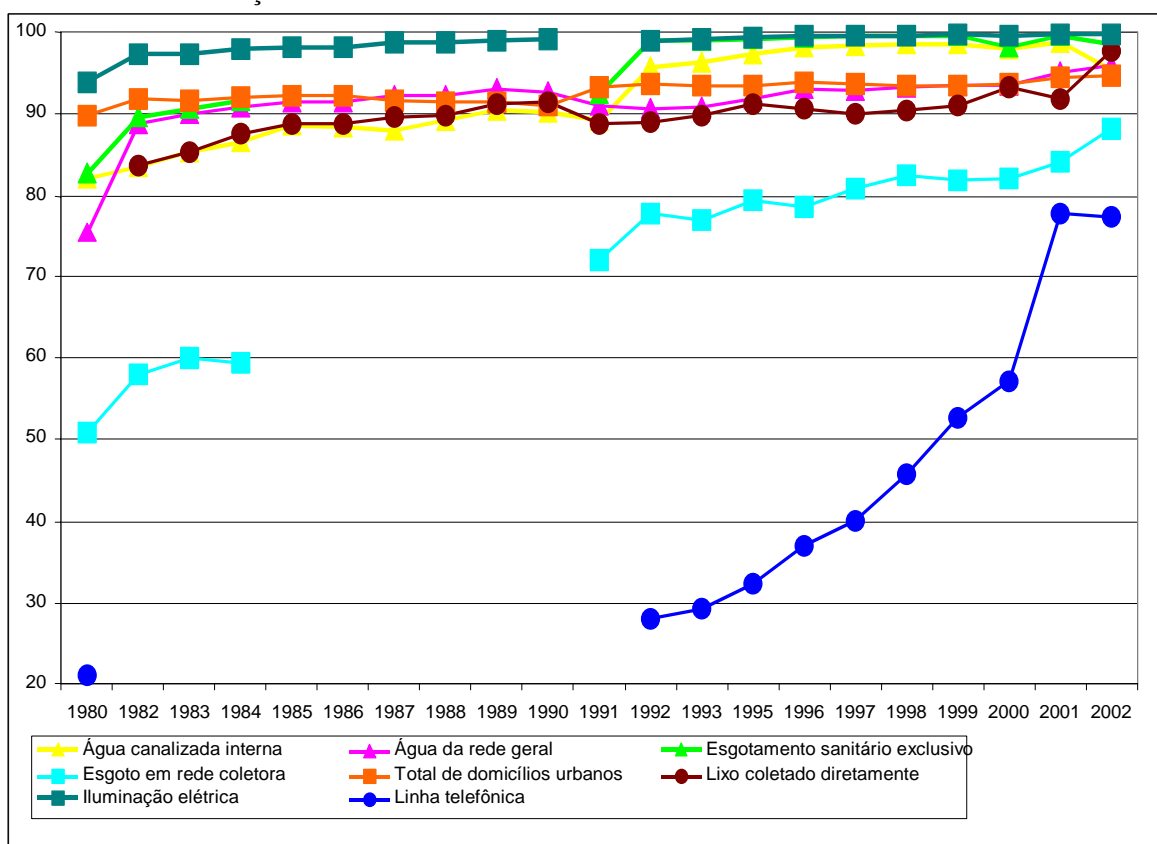
Interessante ressaltar o caso do esgotamento sanitário através de rede coletora, que inicia os anos 80 atingindo pouco mais da metade dos domicílios (50,8%), para se expandir nitidamente durante a década de 90 e atingir o patamar de 88,1% no ano de 2002. Com evolução bastante favorável aparece também a quantidade de domicílios atendidos por água proveniente de rede geral, que passa de 75,3 para 95,9%, bem como os domicílios com banheiro (indo de 82,8 para 99,7%). A melhora nos tópicos relativos a saneamento básico e água tratada são bastante importantes por serem diretamente ligados à saúde, bem como à queda da taxa de mortalidade infantil e conseqüente aumento na esperança de vida da população.

Pode-se observar também uma queda nos domicílios que apresentam condições inadequadas de espaço, através da diminuição das porcentagens do item "mais de 4 moradores por dormitório", que passa de 6,8%, em 1982 para 2,7%, em 2002.

Outra consideração importante é a porcentagem de domicílios particulares permanentes no total de domicílios particulares, com valores sempre acima de 99%, com maioria absoluta nas áreas urbanas, cujos valores variam de 89,9%, em 1980, a 94,7% em 2002.

Enquanto apenas dois tópicos de conforto doméstico apresentavam porcentagens superiores a 90% no início do período pesquisado, **em 2002 passa-se a ter doze tópicos com tais porcentagens**, quais sejam: fogão, rádio, televisão, geladeira, água de rede geral, água de rede geral com canalização interna, esgotamento sanitário exclusivo, esgotamento sanitário com rede coletora, banheiro, banheiro exclusivo, lixo coletado diretamente e iluminação elétrica, o que parece indicar uma possível melhora na qualidade de vida da população paulista analisada.

Gráfico 1: Distribuição das variáveis de infra-estrutura - 1980-2002

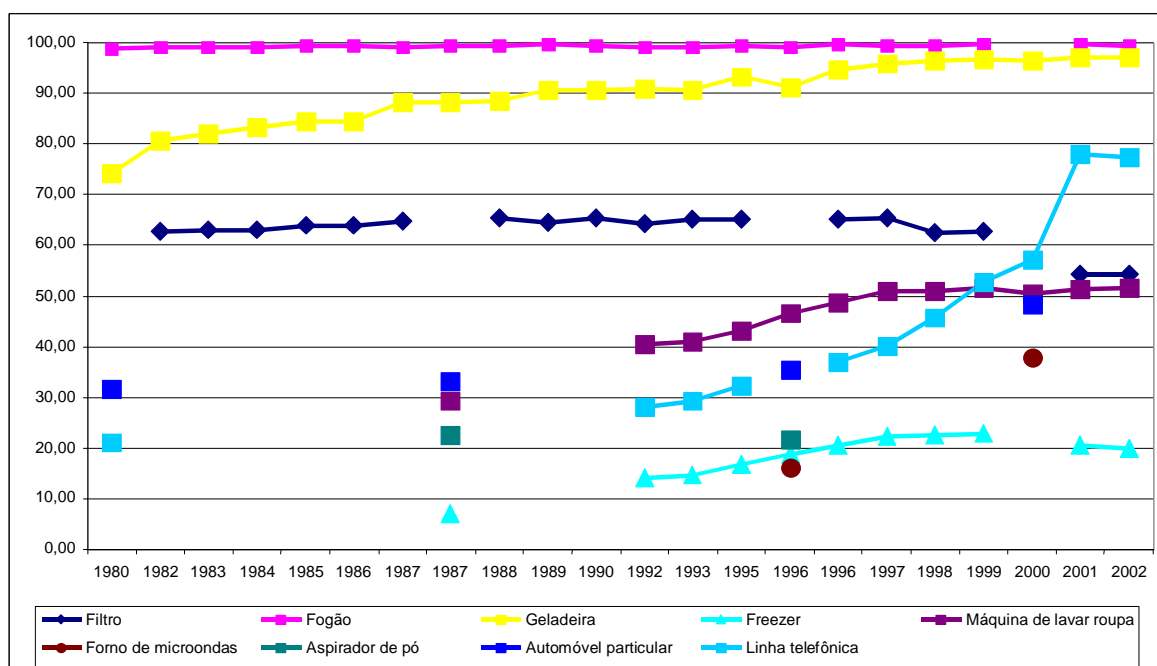


Fonte: Fundação IBGE.

O gráfico 1 apresenta os tópicos ligados à infra-estrutura dos domicílios. É possível observar uma **evolução favorável em todos os itens**, evolução esta maior nos casos de esgoto em rede coletora e posse de linha telefônica, e menor em outros, como no caso de iluminação elétrica que já se encontrava em posição bastante elevada desde o início do período analisado. Vale lembrar que a linha telefônica foi por muito tempo considerada

um investimento financeiro, alcançando preços bastante elevados e somente acessível à parcela mais abastada da população. Somente após a privatização no setor(1997) é que os preços tiveram acentuada redução, fato este que se vê retratado no aumento da porcentagem de domicílios com posse desse bem. **Assim, um item que atingia 21,1% dos domicílios no início dos anos 80 passa a atingir 77,5% no ano de 2002.**

Gráfico 2: Distribuição das variáveis *time saving devices* - 1980-2002.



Fonte: Fundação IBGE.

O gráfico 2 apresenta alguns dos chamados *time saving devices*, ou seja, itens que promovem a economia de tempo, facilitando a vida das pessoas que os possuem, como geladeira, *freezer*, máquina de lavar roupa, aspirador de pó, forno de microondas.

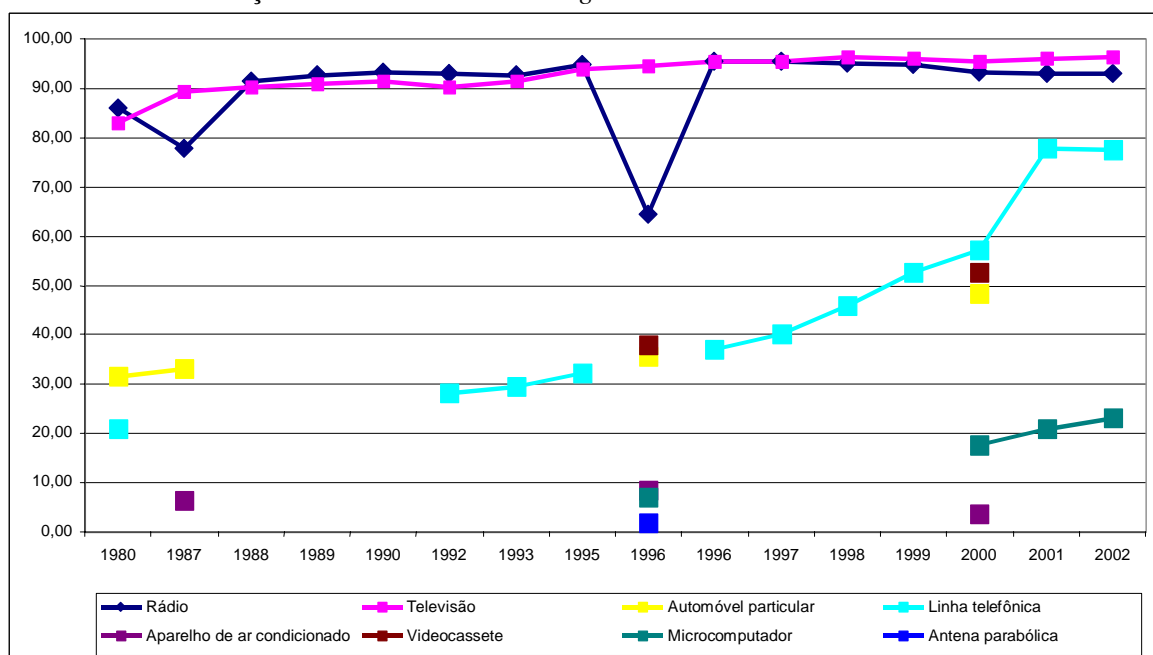
Observa-se que dentre os tópicos aí apresentados o fogão é o que mais cedo se incorporou à vida das pessoas, apresentando portanto pequena variação ao longo do período analisado visto já se iniciar em patamar muito bom (98,7%).

Percebe-se também que a posse de geladeira teve uma evolução bem favorável, bem como a linha telefônica, como já citado anteriormente.

Entretanto, outros itens tiveram uma evolução mais lenta, ou ainda uma estagnação seguida de ligeira queda, como no caso do filtro de água, que durante os anos 80 e 90 se manteve ao redor dos 65%, vindo a sofrer queda para o patamar dos 54% nos anos de 2001 e 2002. Já a posse de aspirador de pó e de automóvel particular foi pesquisada em anos esporádicos (só nos Censos e POFs no caso do automóvel e só nas POFs no caso do aspirador), apresentando ou uma constância, para o aspirador de pó (22,5% em 1987 e 21,7% em 1996) ou um aumento, passando de 31,8% (1980) para 48,3% (2000), no caso dos automóveis.

Os itens máquina de lavar roupa, *freezer* e microondas, que só mais recentemente passaram a fazer parte do cotidiano e do corpo das pesquisas, ainda apresentam porcentagens modestas, pouco ultrapassando a casa dos 50%, como no caso das máquinas de lavar, com porcentagem de 29,44 em 1987, passando a 40,59 em 1992 e chegando a 51,6 em 2002. A posse de *freezer*, embora esteja sempre ao redor dos 20%, apresenta certa retração nos anos de 2001 e 2002, talvez como consequência do racionamento no chamado período do "apagão", em 2001, com a necessidade de redução no consumo de energia elétrica.

Gráfico 3: Distribuição das variáveis *time using devices*- 1980-2002.



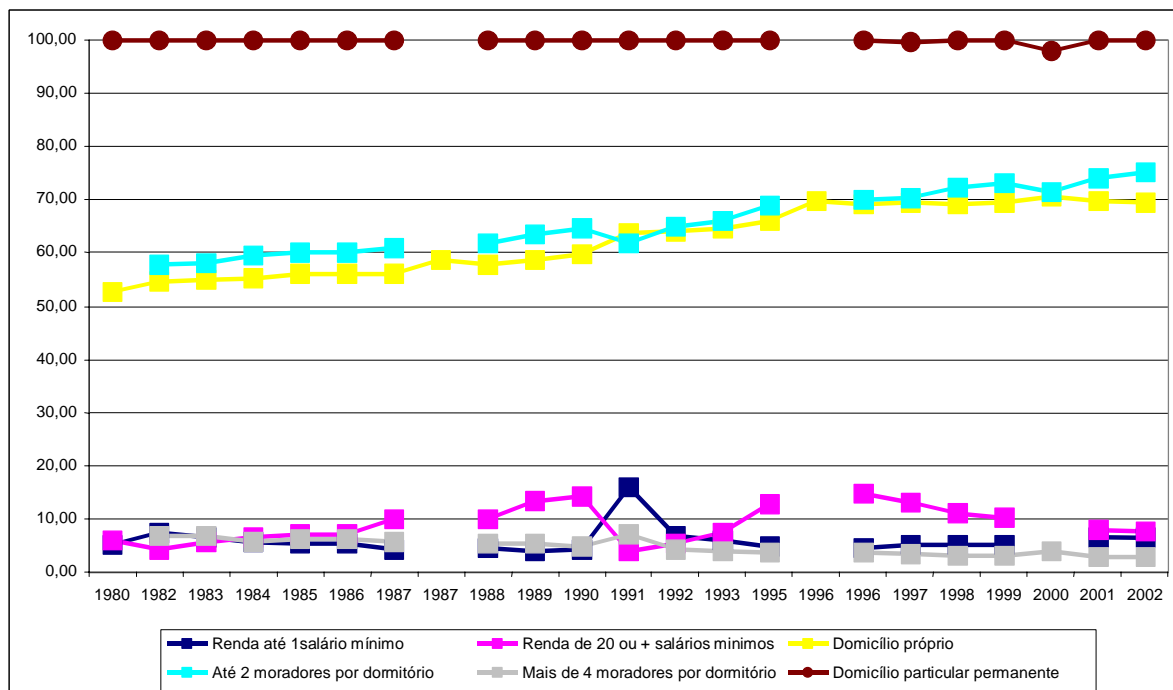
Fonte: Fundação IBGE.

O gráfico 3 apresenta, dentre outros, os itens de conforto doméstico ligados ao entretenimento (*time using devices*), como rádio, televisão, videocassete, microcomputador, além de ar condicionado, antena parabólica, linha telefônica (muitas vezes necessária ao microcomputador, quando este estiver ligado à internet), e automóvel.

Com relação à posse de rádio (qualquer tipo de rádio), ressalta-se aqui que nos dois anos das Pesquisas de Orçamento Familiar aparece uma súbita diminuição nas porcentagens, o que, supõe-se, seja devido meramente a diferenças metodológicas na forma de mensuração da informação, uma vez que a POF diferencia a posse de rádio em rádio de mesa e rádio portátil, e as demais pesquisas levantam informação de posse de qualquer tipo de rádio, inclusive como parte integrante de outro aparelho. Excetuando-se esses dois anos, observa-se uma evolução constante tanto para a posse de rádio como para a posse de televisão, sendo que **atualmente 93% dos domicílios contam com rádio e 96,5% com televisão.**

Já os itens ar condicionado, videocassete e antena parabólica aparecem esporadicamente, sobretudo nas POFs, e **o microcomputador, que aparecera na POF de 1996 em 7% das famílias, ressurge nas pesquisas de 2000 em diante, aparecendo em 17% dos domicílios no ano de 2000, 21% em 2001 e 23% em 2002**, sendo que tudo leva a crer que a tendência de crescimento deve continuar a ser observada nos próximos anos, sobretudo pelo contínuo barateamento e popularização dos equipamentos e conhecimentos de informática, bem como por se constituir numa ferramenta de trabalho bastante importante nos dias de hoje. É de se supor que, ao lado de, ou em substituição ao videocassete, deva surgir também o levantamento da posse de aparelho de DVD, cujo preço tem-se tornado cada vez mais acessível, chegando mesmo a custar tanto quanto um aparelho de videocassete, e cujos cds (DVDs) já são vendidos inclusive em bancas de jornal. Também os aparelhos de ar condicionado têm tido seu preço reduzido, conforme é possível acompanhar em folhetos publicitários de lojas até mesmo ditas populares, o que leva a crer que a porcentagem de domicílios com este item, embora ainda seja mínima (3,6% em 2000), provavelmente deva aumentar nos próximos levantamentos a serem realizados.

Gráfico 4: Distribuição de variáveis de condição domiciliar - 1980-2002.



Fonte: Fundação IBGE.

O gráfico 4 apresenta os domicílios segundo renda, propriedade e moradores por dormitório.

O aspecto de renda domiciliar em salários mínimos é apresentado para renda de até um salário mínimo por mês e renda de 20 salários e mais. A renda inferior apresenta variação entre 4 e 7,5%, exceto no Censo de 1991, onde aparece com um pico de 15,9%. Já a renda superior aparece com oscilações mais profundas, variando entre 4,2%, em 1982, e 14,9%, em 1996, sendo que em 2002 se apresentou na porcentagem de 7,7. De modo geral existia uma porcentagem maior de domicílios classificados como de renda superior de que aqueles considerados como de renda inferior ao longo dos 22 anos estudados.

Quanto à propriedade do domicílio particular permanente, tem existido uma contínua evolução desse percentual, **que começa em 52,6% em 1980 e chega à casa dos 69% em 2002.**

Alto também, e num crescente, é o percentual de domicílios que apresentam até dois moradores por dormitório, o que indicaria boas condições de moradia. **Enquanto em 1980 este percentual era de 60%, em 2002 alcança os 75%.** Ao contrário, o percentual de domicílios com mais de quatro moradores por dormitório vem decaindo de 6,7% (1980) para 2,7% (2002), com ligeiras oscilações no período, sendo que em 1991 atingiu seu ponto mais alto, com 7,1% dos domicílios.

Tabela 3: Distribuição de bens e serviços para anos selecionados, por faixa etária do chefe, 1992/2002.

Variável	Faixa etária do chefe, por ano da Pnad									
	15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 39 anos		40 a 59 anos		60 anos e mais	
	1992	2002	1992	2002	1992	2002	1992	2002	1992	2002
Domicílio particular permanente	98,39	100,00	99,37	100,00	99,88	99,93	99,88	99,97	100,00	100,00
Fogão	91,94	98,30	97,92	98,60	98,98	99,31	99,17	99,65	99,10	99,50
Filtro	35,49	32,23	38,54	40,17	63,15	51,61	67,13	55,70	67,97	58,37
Rádio	74,20	77,94	85,42	87,39	92,54	93,26	95,05	94,55	90,85	90,40
Televisão	66,12	86,39	77,49	90,78	90,70	96,75	91,91	97,40	90,01	95,06
Geladeira	54,84	84,74	75,83	92,39	90,58	97,10	92,81	97,48	92,44	97,80
Freezer	0,00	5,06	3,33	6,19	12,65	13,25	17,17	25,08	12,74	22,17
Máquina de lavar roupa	9,67	23,70	14,38	26,57	37,67	46,44	45,88	57,30	42,80	53,15
Domicílio próprio	29,03	27,09	32,91	35,00	53,46	57,42	72,98	75,79	76,79	82,97
Água canalizada interna	80,65	93,21	88,75	97,19	95,60	98,87	96,45	98,90	96,40	99,07
Água da rede geral	69,34	91,50	83,12	92,78	90,38	95,33	91,38	95,75	91,17	94,60
Esgotamento sanitário exclusivo	93,55	96,62	97,92	99,60	98,71	99,54	99,39	99,68	98,78	99,73
Esgoto em rede coletora	56,45	74,61	68,96	82,61	75,47	83,42	79,07	85,81	82,98	88,99
Banheiro	93,55	96,62	97,92	99,60	98,73	99,54	99,39	99,68	98,84	99,73
Banheiro exclusivo	80,65	88,15	85,41	96,60	94,06	98,16	96,36	99,04	96,25	99,07
Lixo coletado diretamente	72,58	89,82	84,58	89,60	88,37	89,04	90,04	92,03	89,64	92,73
Iluminação elétrica	95,16	100,00	98,33	99,20	98,93	99,88	99,03	99,77	98,94	99,88
Linha telefônica	1,61	20,34	7,50	41,96	21,07	64,48	32,63	77,79	39,80	74,75

Fonte: Fundação IBGE.

A tabela 3 traz os dados comparativos de algumas variáveis das Pnads de 1992 e 2002, por faixas etárias da pessoa de referência (chefe) na unidade domiciliar.

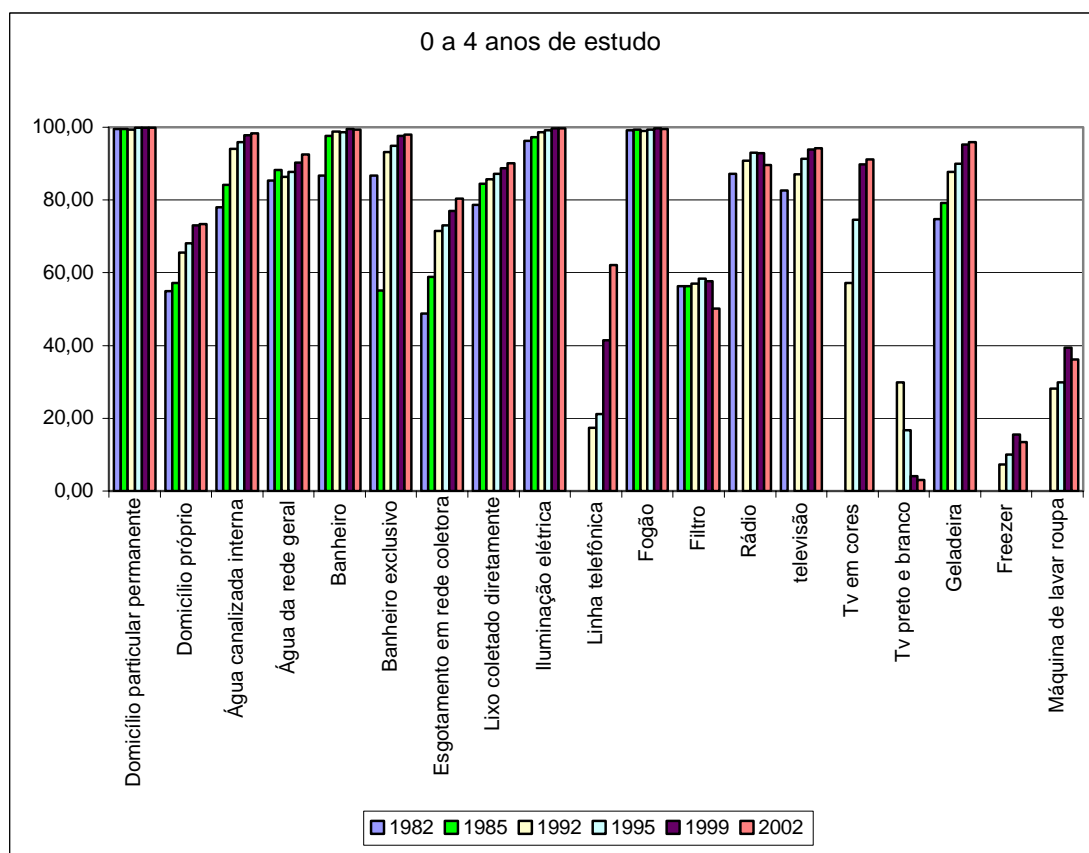
Observa-se um aumento do percentual de posse de praticamente todas as variáveis entre os dois anos, sendo que as diferenças ocorrem especialmente entre as faixas etárias, com os chefes mais jovens, por estarem ainda em começo de vida, apresentando menor percentual de posse para cada um dos bens e serviços analisados. Tal percentual tende a crescer ou se estabilizar à medida que a idade do chefe aumenta, sendo que o maior salto ocorre nas idades de 25 a 39 e 40 a 59 anos (sobretudo dos 40 aos 59 anos).

Os jovens de 15 a 19 anos em 2002 estão em um patamar bastante melhor se comparados aos de 1992, exceto para os itens de domicílio próprio e posse de filtro, sendo que este último apresenta percentual em queda generalizada independentemente da faixa etária do chefe do domicílio, exceção feita para a faixa de 20 a 24 anos, única onde apresenta ligeiro aumento, passando de 38,5% em 1992 para 40,2% em 2002. São os jovens desta faixa que apresentam a maior quantidade de evolução positiva no percentual de posse dos bens e serviços entre 1992 e 2002.

O item com aumento mais expressivo, tanto comparando-se os dois anos como comparando-se as diversas faixas etárias, é a linha telefônica, que passa, por exemplo, de 1,6% em 1992 para 20,3% em 2002 na primeira faixa etária e, mesmo na faixa etária mais idosa, passa de 39,8% para 74,7%. Comparativamente, esse é o item com maior variação positiva entre os dois anos, independente das idades, chegando a um aumento diferencial de 45,2 pontos percentuais na faixa de 40 a 59 anos.

Resta ressaltar ainda que a faixa etária de 20 a 24 nos é a única em que todos os itens apresentam variação positiva entre os anos de 1992 e 2002.

Gráfico 5: Distribuição de bens e serviços dos domicílios com chefes com 0 a 4 anos de estudo – 1982-2002.

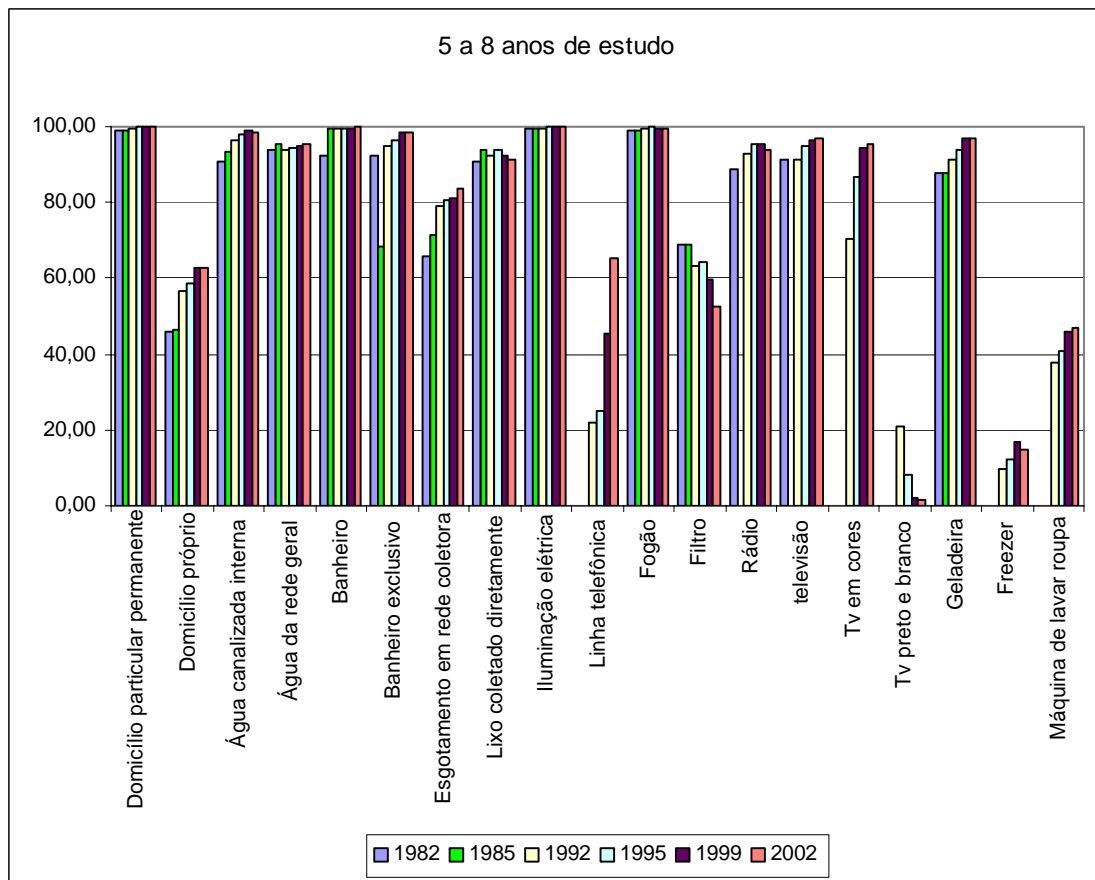


Fonte: Fundação IBGE.

Nos domicílios com chefes com escolaridade de até 4 anos de estudo, incluídos aí os sem instrução (gráfico 5) observa-se de modo geral uma melhoria na porcentagem de posse dos bens e serviços relacionados. No caso das poucas exceções que apresentam queda em 2002 (filtro, rádio, tv preto e branco, *freezer* e máquina de lavar roupas), **o filtro e o rádio apresentam queda mais generalizada, independente dos anos de estudo.**

Observa-se ainda que o item com mais difícil acessibilidade a esta camada foi o *freezer*, e o item com maior aumento, sobretudo após 1999, foi a linha telefônica, que passou de iniciais 17,5%, em 1992, para 62,1%, em 2002.

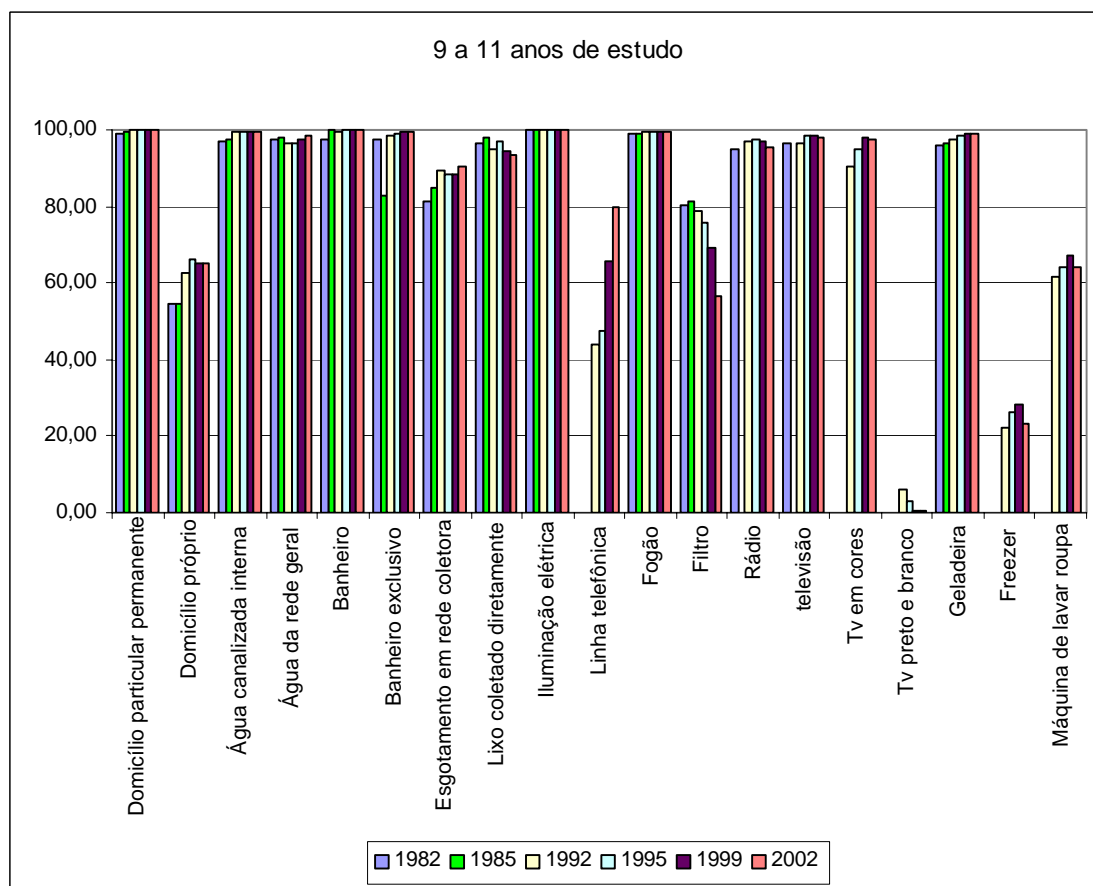
Gráfico 6: Distribuição de bens e serviços dos domicílios com chefes com 5 a 8 anos de estudo – 1982-2002



Fonte: Fundação IBGE.

Os domicílios com chefes cuja instrução corresponde a no máximo o ensino fundamental completo (gráfico 6) também **apresentam melhores porcentagens na posse de bens e serviços ao longo do tempo**, exceto para água canalizada interna, lixo coletado diretamente (ambos com pequena variação negativa entre 1999 e 2002), filtro, rádio, tv preto e branco e *freezer*. Esta classe educacional apresenta patamares ligeiramente superiores aos da classe de 0 a 4 anos de estudo e a linha telefônica continua sendo o item com maior crescimento, começando o período com 22,1% e terminando-o com 65,4%.

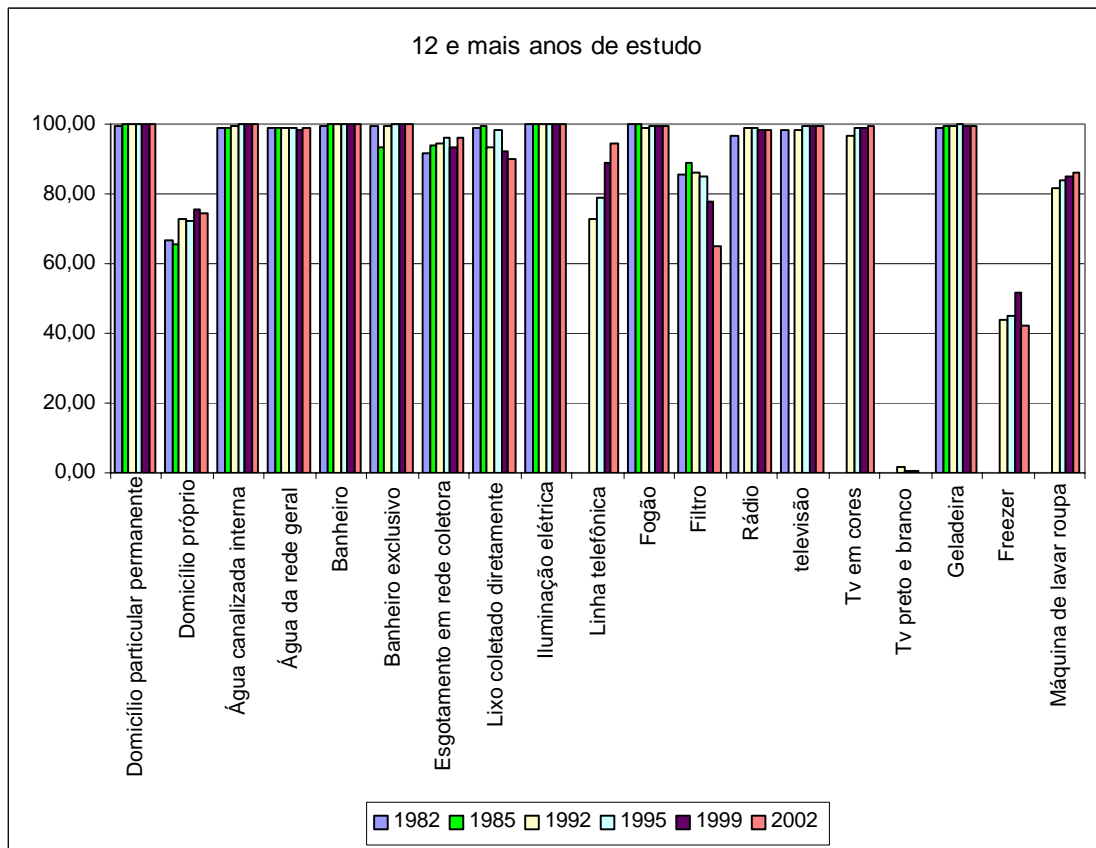
Gráfico 7: Distribuição de bens e serviços dos domicílios com chefes com 9 a 11 anos de estudo - 1982-2002



Fonte: Fundação IBGE.

Para a classe de 9 a 11 anos de estudo, correspondente ao ensino médio, a posse de bens e serviços se apresenta, em geral, em patamares superiores aos das classes educacionais anteriores, com variações negativas também semelhantes às das demais classes. Aqui, a maior queda se encontra na posse de filtro de água, que cai de 80,2 para 69,1% dos domicílios, e o maior aumento continua sendo na linha telefônica, que sobe de 43,8 para 79,9% (Gráfico 7).

Gráfico 8: Distribuição de bens e serviços dos domicílios com chefes com 12 ou mais anos de estudo - 1982-2002.



Fonte: Fundação IBGE.

Os domicílios cujos chefes chegaram à faculdade (12 ou mais anos de estudo) apresenta as melhores porcentagens nas posses dos bens e serviços medidos, com a maioria dos itens tendo valores bastante próximos a 100%. O quantidade de domicílios próprios apresenta ligeira queda entre os dois últimos anos pesquisados sendo que os poucos demais itens com redução são os mesmos das classes anteriores (gráfico 8). Comparativamente, a posse de *freezer* e máquina de lavar roupas aparece sobretudo nesta classe educacional, com valores sempre superiores a 40%.

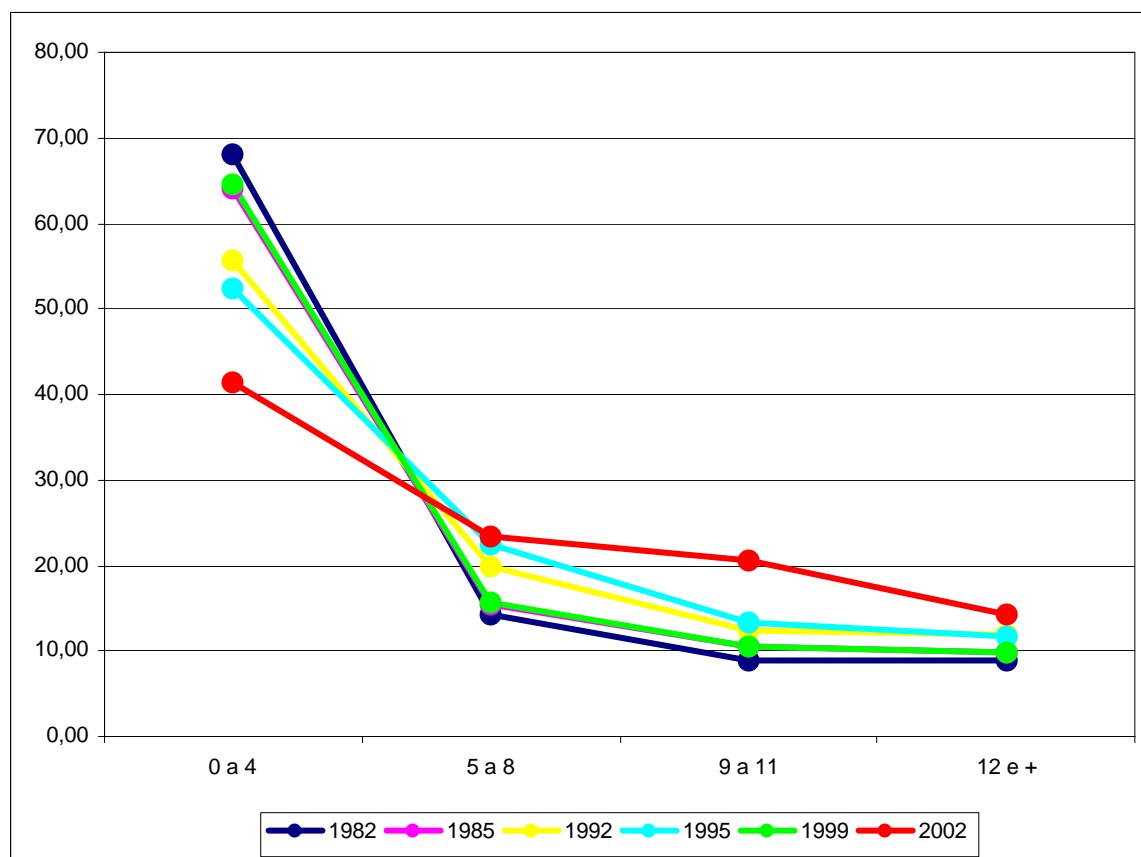
Os gráficos 5 a 8 trouxeram a distribuição dos itens de conforto doméstico segundo os anos de estudo do chefe (pessoa responsável) do domicílio, divididos em quatro grupos: de 0 a 4 anos de estudo, de 5 a 8, de 9 a 11 e 12 anos ou mais, para alguns anos selecionadas e com informações geradas a partir de tabulações dos bancos de dados das Pnads disponíveis para compra no IBGE.

Inicialmente ressaltam-se que essas informações apresentam lacunas em determinados anos, como por exemplo a posse de linha telefônica, rádio e televisão para o ano de 1985, pois estes itens não existem no respectivo banco de dados.

Comparando-se os quatro grupos de anos de estudo, excetuando-se a proporção de domicílios particulares permanentes, televisores preto e branco e a posse de fogão, as porcentagens de todos os itens pesquisados apresentam diferenças para mais à medida que melhora a condição educacional, o que leva a supor que a melhora educacional deve levar a melhores oportunidades de emprego com conseqüente melhoria de salário e melhores condições de vida. **Nota-se que o salto substancial aparece na faixa correspondente aos domicílios cujos responsáveis já concluíram o ensino fundamental (9 a 11 anos).**

É interessante observar que a posse de domicílio próprio é maior nas camadas dos dois extremos educacionais, provavelmente porque na classe de 12 anos de estudo e mais as pessoas tenham condição financeira para a compra da casa própria, e a classe de 0 a 4 anos deve ser aquela mais beneficiada pelos programas governamentais de habitação (COHAB, CDHU, etc).

Os itens com as principais discrepâncias entre os diversos níveis educacionais são a linha telefônica, *freezer* e máquina de lavar roupa. A posse desses bens nos domicílios com chefes com 12 anos ou mais de estudo aparece com porcentagens até quatro ou cinco vezes maiores (caso de linha telefônica e *freezer*, respectivamente) no início do período analisado, se comparados aos domicílios chefiados por pessoas com até 8 anos de estudo. A posse de *freezer*, onde aparecem as maiores diferenças, em 2002 ainda é três vezes maior entre os domicílios com chefe com 12 ou mais anos de estudo (42,2%) se comparados aos que têm até 4 anos (13,5%). De qualquer modo, mesmo persistindo, essas diferenças estão se atenuando com o correr do tempo, tendendo a uma maior uniformidade.

Gráfico 9: Distribuição dos domicílios segundo anos de estudo do chefe - 1982-2002

Fonte: Fundação IBGE.

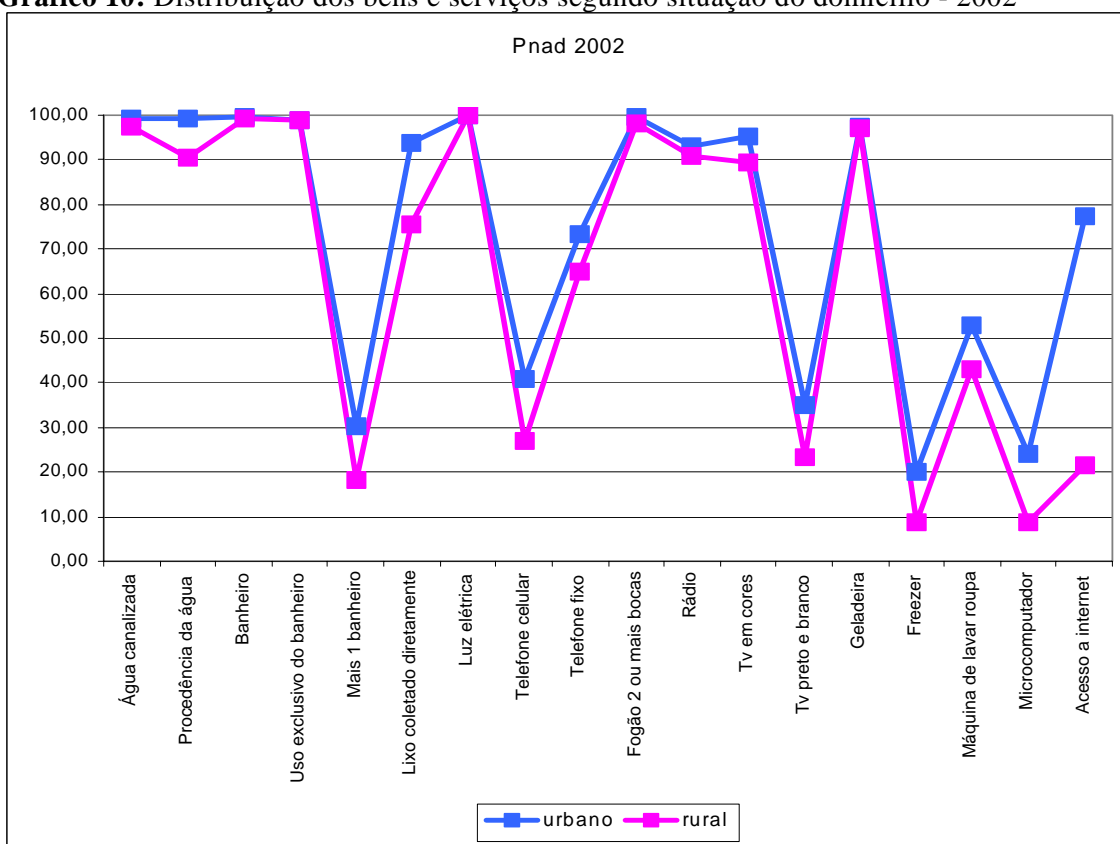
O gráfico 9 traz as informações de classes de anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio para alguns anos selecionados, num intervalo total de 20 anos. São dados que foram extraídos dos bancos de microdados das Pnads.

A maior porcentagem de chefes, em cada um dos anos levantados, encontra-se sempre na classe inferior de anos de estudo, ou seja, com até 4 anos (inclusive analfabetos), com valores nunca inferiores a 40%.

As porcentagens vão caindo de maneira inversamente proporcional ao aumento da escolaridade, assim, quanto maior a escolaridade, menor a proporção de chefes em tal condição. De qualquer maneira, percebe-se claramente uma melhoria de escolaridade entre um ano e outro, com tendência dos percentuais entre as diversas classes de anos de estudo irem cada vez mais se aproximando. Assim, enquanto que, em 1982, 68% dos chefes tinham

concluído no máximo 4 anos de estudo e apenas 8,8% apresentavam escolaridade igual ou superior a 12 anos, em 2002 esses percentuais haviam diminuído para 41,8 no caso de 0 a 4 anos e aumentado para 14,8% no caso de 12 ou mais anos de estudo. Foi exatamente na classe de 0 a 4 anos que existiram as maiores diferenças entre 1982 e 2002, seguida pela classe de 9 a 11 anos de estudo, que corresponde ao ensino de 2º grau (completo ou não). Esta classe passa de 8,89 para 20,5%, uma diferença de quase 12 pontos percentuais, evidenciando uma melhoria no nível educacional dos chefes de domicílio.

Gráfico 10: Distribuição dos bens e serviços segundo situação do domicílio - 2002



Fonte: Fundação IBGE.

Como tentativa de se verificar a existência ou não de grandes discrepâncias entre as zonas urbana e rural do Estado de São Paulo, apresenta-se o gráfico 10, onde se vê a porcentagens de alguns itens de bens e serviços segundo essa divisão, para os domicílios possuidores de cada um dos itens. Esses dados foram extraídos do banco de dados da Pnad 2002, a mais recente disponível no IBGE.

A zona rural apresenta porcentagens sempre inferiores à zona urbana, variando quanto à intensidade das diferenças. Para os bens e serviços mais "antigos", como água canalizada, banheiro, iluminação elétrica, fogão, rádio, televisão, geladeira, a diferença entre as regiões é bastante pequena, chegando no máximo a 5,5%. Já para os bens mais modernos, como *freezer*, máquina de lavar roupa, microcomputador, telefone celular, as diferenças variam entre 11 e 15%. **A maior discrepância aparece no caso de acesso a internet, pois enquanto na zona urbana 77,5% dos domicílios com computador têm esse acesso, na zona rural apenas 21,4 o possuem.**

A coleta de lixo e a rede geral de abastecimento de água são também mais deficitárias nas zonas rurais (com 94% urbano e 75% rural, para a coleta de lixo, e 99 e 91% para abastecimento da rede).

Em anexo são apresentados gráficos para cada item analisado, com informações separadas para cada ano em que o dado se encontra disponível, tornando possível acompanhar individualmente a evolução percentual de cada tópico ao longo do tempo.

7. EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS DE ENTRETENIMENTO E CONSUMO CULTURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1980-2002⁷.

A quase universalização da eletrificação domiciliar no Estado de S.Paulo, nos últimos vinte anos do séc. XX, e a massificação acelerada dos bens de consumo teriam forçosamente de repercutir no uso do tempo e nas alternativas de entretenimento adotadas por homens e mulheres, jovens e velhos e pelos vários segmentos sócio-econômicos da população paulista.

Procura-se aqui descrever as principais mudanças ocorridas na posse e uso de alguns dos principais itens que definem o uso do tempo livre⁸ no domicílio. Nesse terreno, como é notório, os receptores de rádio e de televisão terminaram por adquirir um lugar de grande destaque, assegurando um amplo e generalizado consumo de mídia eletrônica. Mas, além desse equipamento mais tradicional⁹, novas alternativas foram colocadas à disposição pela tecnologia eletrônica e pelo marketing de bens e serviços, tais como a locação de vídeos, a TV por assinatura, o computador e a Internet, entre outros.

A rápida e forte expansão de novos equipamentos e suportes eletrônicos de recepção de som e imagem em domicílio no período considerado, tanto pelo comércio regular de objetos novos e usados quanto pelo clandestino (pirataria), teria obviamente por conseqüência modificar traços do comportamento cultural. Além das formas de entretenimento dentro do

⁷ Este tópico foi redigido com base em dados parcialmente levantados e preliminarmente organizados como relatório por Diogo da Silva Quitério, aluno de graduação em Administração Pública da FGV/EAESP e bolsista no programa PIBIC/CNPq (2003/2004)

⁸ Não existem para o Brasil, até o momento, levantamentos precisos, abrangentes e exaustivos da margem de tempo livre com que conta a população, nem das formas como esse tempo é empregado. Aliás, é urgente que se façam estudos de uso do tempo no Brasil, como forma de melhorar o conhecimento do impacto do consumo material e simbólico sobre os diversos segmentos sociais. Trata-se de uma metodologia de pesquisa muito precisa, que, para os Estados Unidos, pode ser observada em um relatório exaustivo como o apresentado por Robinson e Godbey (1997). Uma pesquisa, ainda em andamento, sobre o uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo está sendo elaborada pelo Centro de Estudos da Metrópole (Coordenadora: Isaura Botelho; Pesquisador Auxiliar: Mauricio Fiore).

⁹ Até mesmo a TV colorida poderia ser considerada tradicional no início deste período, visto que a substituição dos antigos aparelhos em preto e branco já estava bastante adiantada.

domicílio, as novas opções eletrônicas também afetam alternativas de lazer fora de casa, como as idas ao cinema¹⁰ e ao teatro.

Para descrever o que mudou nessa paisagem, serão usados aqui dados das mesmas fontes oficiais já descritas - recenseamentos, Pnads, POFs – e informações oferecidas por entidades associativas privadas, como a Eletros, e escritórios de pesquisa de audiência, como Marplan¹¹. O Anuário de Mídia publicado pela Editora Símbolo também foi usado, assim como dados do Sindicato dos Distribuidores de Filmes, da União Brasileira de Vídeo (UBV) e da Fox Filmes do Brasil.

7.1. Consumo de mídia eletrônica no Estado de São Paulo: traços gerais.

A nova safra de aparelhos para reprodução de som e imagem, cada vez mais potentes e menores em tamanho, liga-se cada vez mais com a comunicação telefônica. Se os patamares de saturação da posse de receptores de televisão e rádio foram atingidos no período em estudo através de um ritmo estável e consolidado de aumento, o mesmo não ocorreu com as linhas telefônicas.

Os níveis de posse de linha telefônica sofreram considerável elevação durante os últimos 20 anos, em todo o Brasil. Até 1997, enquanto a telefonia fixa se mantinha como serviço assegurado por monopólio do setor governamental, possuir uma linha telefônica era mais do que um privilégio. Era também uma propriedade que se poderia comercializar, sendo considerada uma boa alternativa de investimento – com direito a cotação e tudo - capaz inclusive de gerar renda através de aluguel.

¹⁰ A oferta de espetáculos de cinema fora de casa também aumentou muito, com a multiplicação de pequenas salas nos shopping-centers.

¹¹ O Instituto Ipsos Marplan oferece à comunidade de marketing brasileira, desde 1958 o “Estudo Marplan – Pesquisa de Mídia”, atualizado anualmente. A intenção é dar um painel regular dos hábitos de audiência dos meios de comunicação financiados pelos anunciantes.

Já os microcomputadores só começaram a integrar o rol de itens perguntados em 1996, quando já estava superada a reserva de mercado e a oferta se expandia bastante, via importação de aparelhos completos ou partes.

A posse de vídeo cassetes está medida apenas em dois momentos: na POF de 1996 e no Censo de 2000. Embora se aponte um crescimento do item, o sucesso de tecnologia alternativa, como o Disco Versátil Digital (DVD), determinará uma tendência à estagnação e queda.

Tabela 4: Fitas VHS e DVS, lançadas e vendidas, 2001-2002.

	Nº DE VHS LANÇADOS	Nº DE VHS VENDIDOS	Nº DE DVD VÍDEO LANÇADOS	Nº DE DVD VÍDEO VENDIDOS
TOTAL 2001	522	3.062.554	783	3.215.518
TOTAL 2002	567	3.208.938	1.031	5.411.231

Fonte: DVD Vídeo.

Tabela 5: Venda de aparelhos de vídeo (em unidades), 1994-2002.

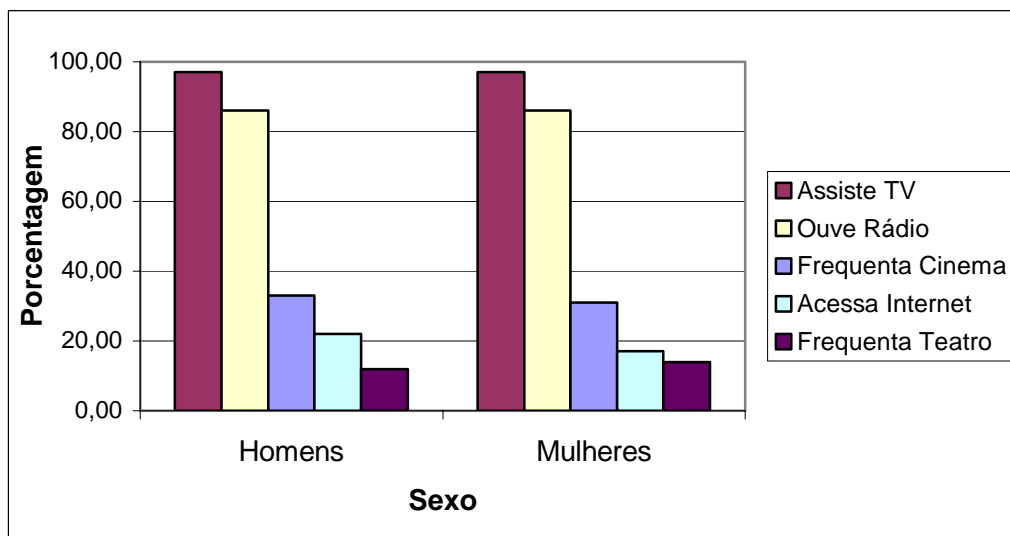
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Televisores em cores	4.984.783	6.065.972	8.541.638	7.835.957	5.835.788	4.047.235	5.289.154	4.717.447	4.834.581
Vídeo-cassetes	1.234.150	1.923.575	2.703.569	2.449.485	1.992.429	1.168.284	1.205.054	962.916	
DVD Digital Video Disco						23.308	194.217	588.563	1.074.000

Fonte: Empresa Associadas da Eletros.

É necessário ressaltar que o canal de distribuição das fitas VHS tradicionais é a vídeo locadora, enquanto que o DVD também atua por meio de vendas diretas no varejo – em bancas de jornal, lojas de CDs, hipermercados, etc. A queda das vendas dos aparelhos de televisão e o *boom* das vendas de aparelhos de DVD sinalizam que o preço dos aparelhos de

DVD, com o aumento da produção e a entrada de novos fabricantes concorrentes, continuará em queda.

Dentro de casa, homem e mulher tendem a utilizar as mesmas opções de entretenimento, desde que comparados dentro da mesma faixa de renda e de idade (gráfico 11).

Gráfico 11: Perfil de Consumo, por Sexo, 2001.

Fonte: Instituto Marplan.

No conjunto da população pesquisada pela Marplan, e sem considerar freqüência e preferências por programa, 97% dos homens e das mulheres responderam que têm o hábito de assistir televisão. A proporção é maior mesmo do que a que possui um aparelho de rádio em casa: 93%.

Tirando rádio e televisão, as demais alternativas de entretenimento exigem, de um modo ou de outro, algum cálculo de emprego de renda, de cultura e de tempo para serem realizadas.

Por exemplo, o acesso à Internet, cada vez mais facilitado pelo barateamento do computador e do telefone, e pela oferta paga ou gratuita através de computadores instalados em livrarias, papelarias, hotéis, escolas, gráficas, ACESSA São Paulo (internet gratuita oferecida pelo governo do Estado em alguns de seus órgãos) etc, pressupõe capacidade de leitura e um mínimo de conhecimento de informática. Pressupõe também que o usuário ou alguém a quem recorra tenha um computador pessoal, uma linha telefônica, a assinatura de um servidor, etc.

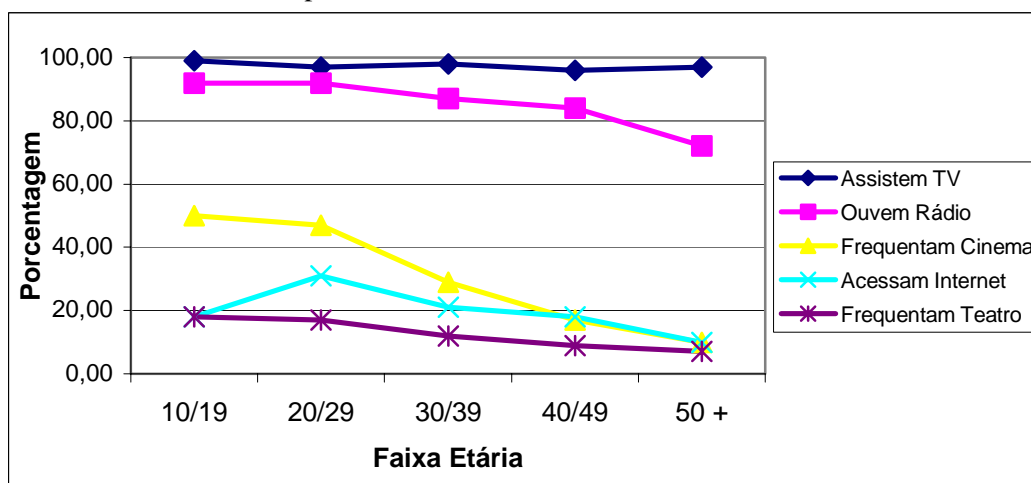
A ida ao cinema só cobre um terço da população: 33% dos homens e 31% das mulheres.

O gráfico 12 a seguir mostra como as alternativas de lazer variam segundo a faixa de idade do indivíduo. Como se sabe, à idade se associam três variáveis: a extensão de tempo

disponível para descanso e entretenimento, a disposição para se informar e procurar atividades de lazer, e a renda monetária a ser despendida na atividade.

Novamente, com exceção dos programas televisivos, cuja grade de programação busca cobrir gostos variados e os poucos canais abertos se apresentam com atrativos para públicos diversos, as demais mídias oscilam de acordo com a faixa etária do consumidor. Mesmo o rádio, cujo alcance está próximo de 100% para os indivíduos de até 30 anos, não possuem programação atrativa para o público mais velho.

Gráfico 12: Perfil de Consumo, por Faixa Etária, 2001

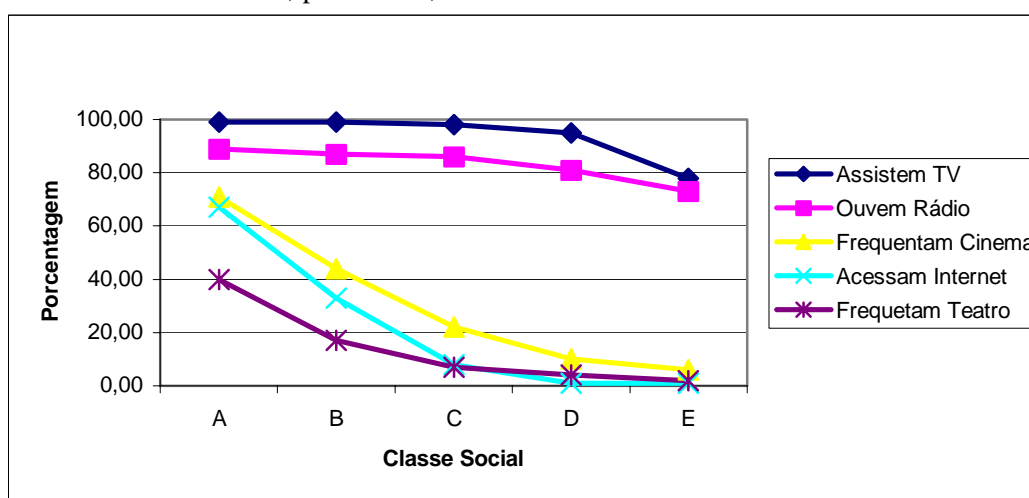


Fonte: Instituto Marplan

Finalmente, considerem-se as diferenças de consumo de mídia segundo o estrato sócio-econômico (gráfico 13). Embora seja um truísmo dizer que, quanto mais rica, mais a pessoa tem alternativas de lazer, dentro ou fora de casa, não é tão evidente assim o quanto a exposição aos meios de comunicação reflete o nível cultural do indivíduo. Acumulam-se nos países ricos estudos que repetidamente mostram o quanto as formas de lazer dependem do repertório intelectual e estético da pessoa. E o quanto este repertório está na dependência de uma escolarização mais elevada que, no fim das contas, acaba sendo muito mais importante que renda monetária para definir o uso do tempo livre. (Heilbrun e Gray, 1993; Conseil de l'Europe, 1993)

A audiência à televisão aberta é uma exceção quase completa a esta regra de segmentação. Presente em praticamente todos os domicílios do Estado de S.Paulo, dos estratos A ao E, o hábito de assistir televisão é apenas ligeiramente menos freqüente nos estratos do extremo menos favorecido. Em princípio, a televisão seria a única opção de lazer disponível, gratuitamente, dentro desses domicílios. Na falta de estudos confiáveis de uso do tempo livre, pode-se conjecturar que, fora o assistir televisão, o que reste seja apenas o sono que repara o desgaste de longas jornadas de trabalho pesado.

Gráfico 13: Perfil de Consumo, por Renda, 2001



Fonte: Instituto Marplan.

A seguir, analisa-se separadamente cada um dos itens de lazer agrupados nos gráficos acima: televisão, rádio, cinema e teatro¹².

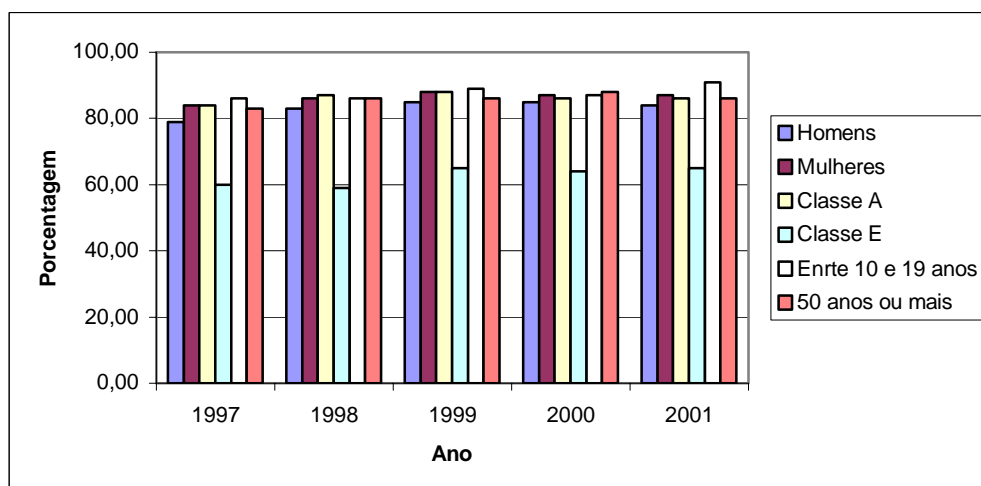
7.2. A onipresença da televisão.

A televisão está presente em mais de 95% dos domicílios paulistas, mas também nas escolas (públicas e particulares), nos clubes, no ambiente de trabalho, nas salas de esperas de bancos e consultórios médicos e até dentro de automóveis. A dinâmica do dia a dia determina muitas vezes que, pelo pouco tempo que se passa em casa – crianças com rotinas escolares em

horário integral e adultos com longas jornadas de trabalho ou necessidade de demorados deslocamentos para acesso ao trabalho – o consumo se dê também em outro ambiente que não o doméstico. Já neste, a manutenção do aparelho ligado *full time* como rotina tem de ser considerada, passando a TV a ser vista (ou ouvida) simultaneamente a outra atividade, como, de maneira mais intensa e antiga, se faz com o rádio.

Os dados do Instituto Marplan não limitam ao consumo da mídia televisiva dentro do próprio domicílio. A pergunta é: “Você assistiu televisão hoje?” ou “Você assiste televisão mais de 5 vezes por semana?”.

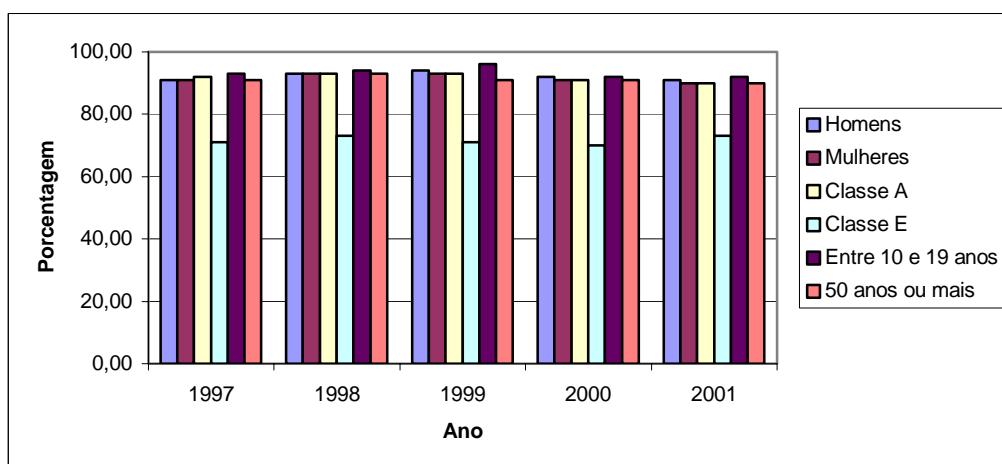
Gráfico 14: Percentual de pessoas que assistem TV todos os dias, segundo alguns perfis - 1997-2001.



Fonte: Instituto Marplan

Gráfico 15: Percentual de pessoas que assistem TV aos domingos, segundo alguns perfis - 1997-2001

¹² Por falta de uma série histórica consistente, não se analisaram separadamente os dados sobre a Internet.



Fonte: Instituto Marplan

A programação da televisão aberta é quase padrão durante toda a semana na maioria dos canais. O período diurno é preenchido por programas infantis e femininos (receitas culinárias, dicas de ginástica e beleza, “fococas” e entrevistas). O fim de tarde e noite é aglomerado de telejornais, telenovelas, programas de auditório e filmes. Esta tem sido a receita padrão de sucesso de audiência encontrada pelos executivos das redes de televisão nacionais. Apesar das constantes tentativas de inovações estéticas e narrativas, a força da rotina costuma vencer, retornando-se sempre ao esquema padrão de novelas, programas de entrevistas, debates esportivos (tendo sempre no futebol a maior atração) e telejornais.

A única novidade é mesmo o *reality show*. Lançado no Brasil por volta do ano 2000, o formato, embora obedeça a fórmula já saturada em outros países, parece que continuará por muito tempo ainda na programação.

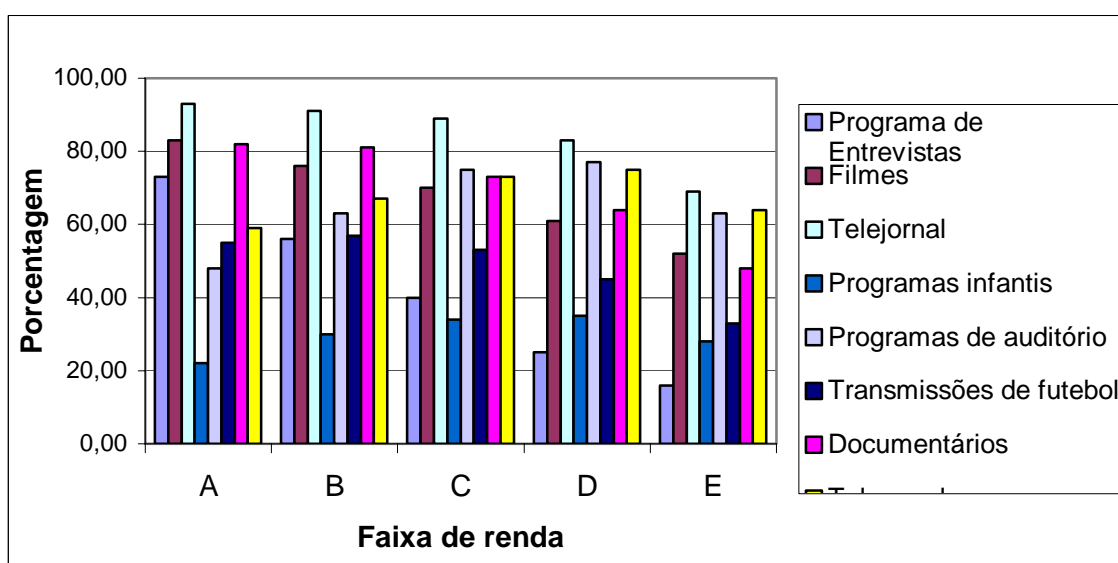
Há quem sustente que a audiência dos *reality shows* está concentrada nas classes socioeconômicas mais pobres e menos escolarizadas. Contudo, como diz Paulo Fiasco em “Reality Shows: de Olho no Futuro da TV e da Publicidade na Mídia Eletrônica”, num país com as características do Brasil, “onde 80% das famílias pertencem às classes C e D (segundo o IBGE), qualquer programa campeão de audiência tem força nas classes populares”. Além disso, mesmo em países conhecidos pela solidez de suas TVs educativas, como França e Inglaterra, o formato converteu-se em “campeão de audiência”, o que portanto sinaliza uma tendência mais geral. De acordo com pesquisas do IBOPE, mesmo

abusando de cenas de nudez e linguajar “inapropriado”, o público infantil desses shows corresponde a 15% dos telespectadores. Ainda referente à pesquisa, observou-se que 38% dos telespectadores eram das classes A e B, 39% da classe C e apenas 22% das classes D e E. Segundo arrisca Paulo Fiasco, a razão seria de que um formato que tanta interação estabelece com o espectador estimula a participação, e assim desbanca aqueles que não praticam esse contato, ou não o fazem tão intensamente. E conclui: “Há a falsa ilusão de que, após um dia cansativo, o público quer uma programação que o tire da realidade. Não mais”.

A escolha de programas se organiza segundo preferências, prioridades e valores de cada segmento social. Quando agrupados por faixa de renda, os índices de audiência refletem padrões de comportamento e consumo peculiares a cada uma das faixas. Como exemplo, pode-se citar a elevada audiência de programas de entrevistas nos segmentos superiores - classes A e B. O horário padrão para essas transmissões é a madrugada, quando executivos e profissionais liberais se preparam para jantar e dormir. As camadas mais pobres, cuja jornada de trabalho começa muito cedo, precisam dormir.

O telejornal do horário nobre noturno é a única unanimidade entre todas as classes sociais, segundo atestam pesquisas que neutralizam qualquer constrangimento do respondente. As telenovelas, ao contrário, do ponto de vista dos segmentos mais cultos, são vistas como vulgares e desinteressantes. Os filmes também apresentam consumo crescente conforme se sobe na escala de renda econômica. Ademais, há as diferenças de equipamento e soluções: os mais ricos podem ter, na TV a cabo, maior variedade de canais e de filmes a escolher, assim como contam com receptores maiores e mais sofisticados. No limite, um *home theatre* completo.

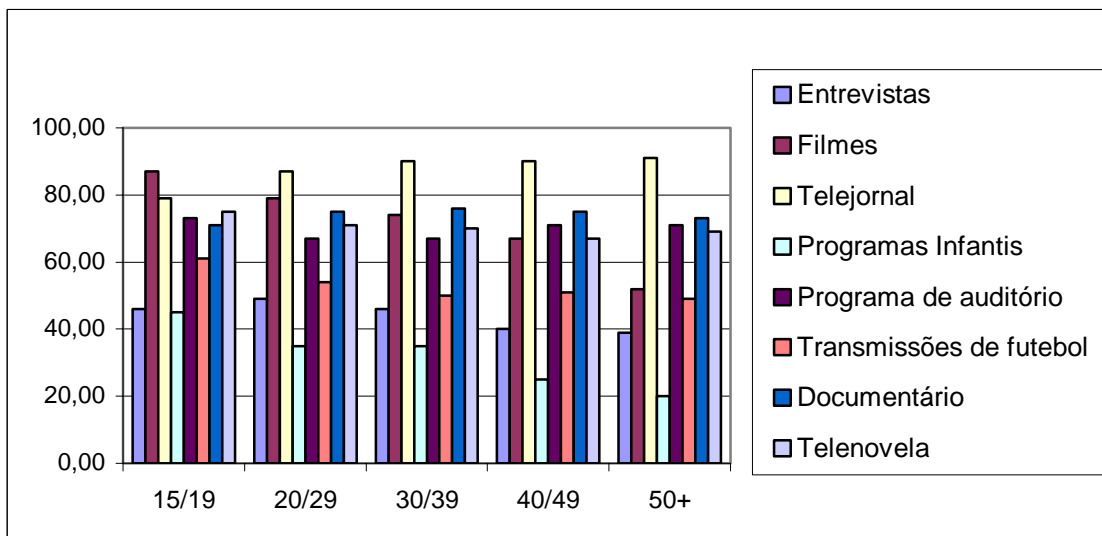
Gráfico 16: Tipo de programação assistida, por renda, 1997.



Fonte: Instituto Marplan.

É curioso observar que, quando se controla pela idade, os telespectadores possuem quase os mesmos hábitos. Com exceção da preferência de filmes e telejornais, que se invertem com o envelhecimento das faixas, os dados relativos aos demais programas permanecem praticamente constantes. Esse fato pode sinalizar talvez uma intenção das redes abertas de efetivamente não segmentar a programação. Muitos vêem nisso uma estratégia nociva à consolidação de um público cativo, que se identifique com determinado canal ou programa, que faça críticas e sugestões.

Gráfico 17: Tipo de programação assistida, por faixa etária, 1997.



Fonte: Instituto Marplan

A televisão a cabo ainda é considerada um bem de ostentação nos domicílios paulistas, devido ao elevado preço de instalação e manutenção do aparelho decodificador para sintonia de canais. Apesar dos elevados investimentos para expansão do alcance territorial das redes de transmissão de sinais, e da especialização da programação, contemplando produções nacionais presumidamente demandadas pelo público, a penetração da TV a cabo estagnou-se depois do *boom* do início dos anos 90. O público está concentrado nas classes A e B, cujos componentes têm por costume assistir a televisão por assinatura, em uma proporção de respectivamente 74% e 36%. Recentemente, devido aos “pacotes” - tarifas promocionais e discriminação de preços conforme a região da cidade, classes mais pobres puderam se valer do serviço, que chegou a atingir 15% dos indivíduos da classe C e 4% dentre os da classe D, segundo os dados do Instituto Marplan.

7.3. A primeira mídia eletrônica de massa: o rádio.

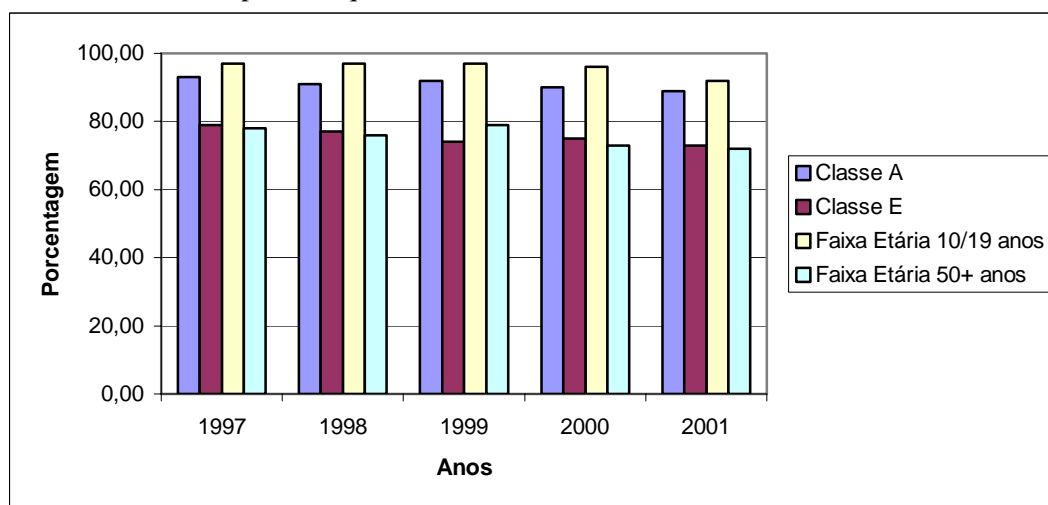
O rádio foi a primeira mídia eletrônica a se difundir no Brasil e sua história já está bem documentada desde quando se ajustou à publicidade das empresas americanas, ao populismo

autoritário de Getúlio Vargas e à política hemisférica dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial (Calabre, 2002; Revista USP, 2002/2003).

Os dados da Marplan mostram o sucesso do aparelho, o qual, presente na quase totalidade dos domicílios, ainda faz parte da rotina diária da população. Os dados apontam que a maior parte dos ouvintes são jovens, e de classes sociais mais elevadas. Ainda assim, mais de três quartos dos mais pobres e velhos (pessoas com mais de 50 anos e da classe E) responderam que costumam ouvir rádio pelo menos uma vez por semana.

A audiência elevada tem a ver com segmentação da programação (música, informação, esportes, cultos religiosos, etc). Ademais, os sistemas de alto-falantes fazem do rádio veículo presente em quase todo espaço coletivo: escritórios, repartições públicas, ônibus, shoppings e supermercados. Por sua vez, a miniaturização dos aparelhos e os fones de ouvido reforçam ainda mais sua presença.

Gráfico 18: Percentual de pessoas que costumam ouvir rádio - 1997-2001



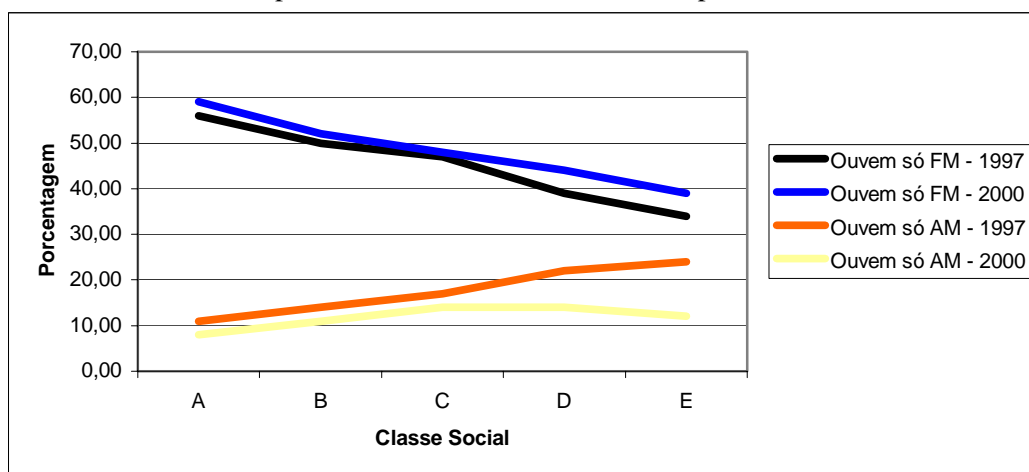
Fonte: Instituto Marplan

Pode-se afirmar que o principal propósito do rádio é o entretenimento. A busca por rádios FM, com programação maciçamente composta por música, é maior do que a sintonia em rádios AM, que cobre programas jornalísticos, cultos religiosos, transmissões esportivas,

auto-ajuda, etc. Ainda assim, a parcela de ouvintes que só ouvem estações AM é significativa nos grupos mais idosos: 16% na faixa entre 40 e 49 anos e 33% para os de 50 anos ou mais.

Segundo pesquisas recentes, emissoras em AM estão perdendo espaço para concorrentes em FM já que a exclusividade dos ouvintes diminuiu como observado no gráfico abaixo. Entre 1997 e 2000, o número de ouvintes que só ouviam em uma sintonia de ondas diminuiu entre as emissoras AM, mas aumentou nas FM. Isso inclui mesmo as classes sociais mais baixas, que eram público fiel das estações AM.

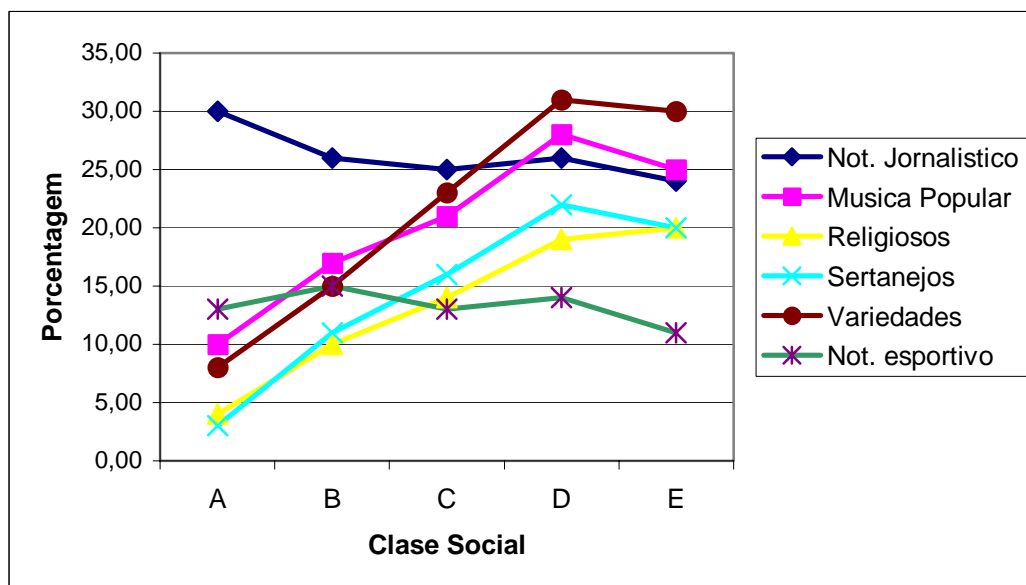
Gráfico 19: Exclusividade na preferência dos ouvintes de rádio, por classe social - 1997/2000



Fonte: Instituto Marplan

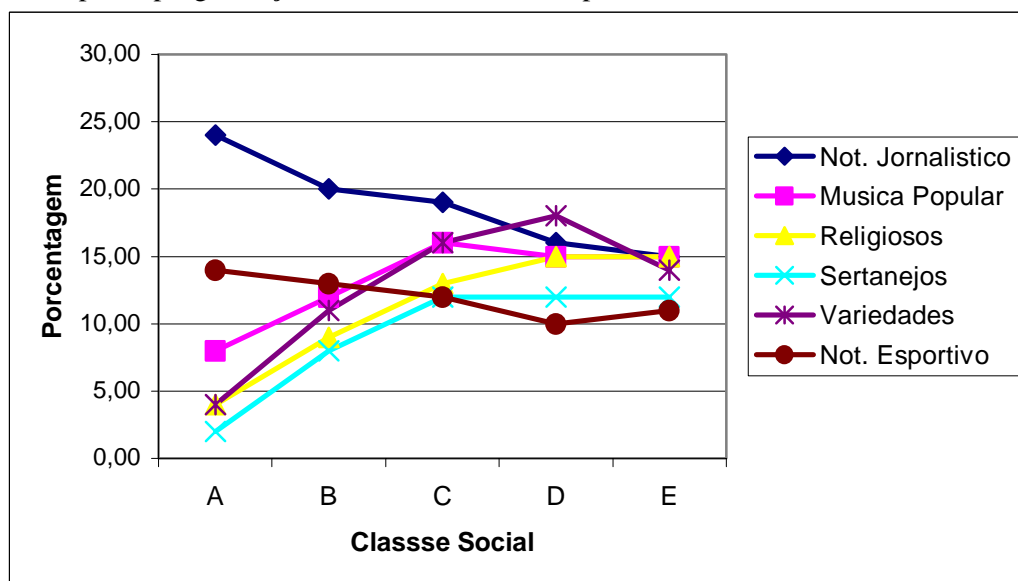
Quando se analisam separadamente a programação das emissoras AM e a preferência dos ouvintes, percebe-se uma tendência de queda de audiência de todos os programas nos últimos 5 anos. O “Estudo Marplan – Pesquisa de Mídia” diz que houve uma queda média de 5 pontos percentuais no número de ouvintes em toda a programação. Um exemplo são os programas jornalísticos. Em 1997 eram acompanhados por 30% dos ouvintes da classe A e por 24% da classe E; em 2001, as proporções caíram a 24% e 15%, respectivamente. As quedas mais expressivas são relacionadas à audiência das classes D e E, cuja procura por programas de variedades, música popular, sertaneja e os esportivos diminuiu mais de 10%, como se pode observar nos dois gráficos a seguir.

Gráfico 20: Tipo de programação ouvida na rádio AM, por renda - 1997



Fonte: Instituto Marplan

Gráfico 21: Tipo de programação ouvida na rádio AM, por renda, 2001



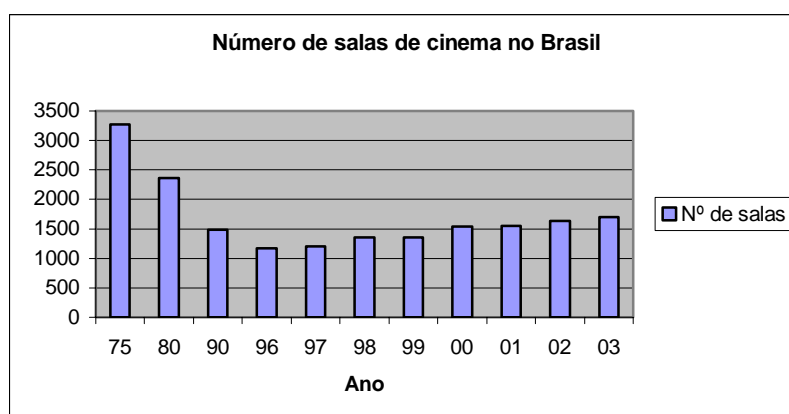
Fonte: Instituto Marplan

7.4. O espetáculo de cinema ontem e hoje

Até os anos setenta, os cinemas de rua – as grandes salas do centro ou dos bairros das grandes cidades – às vezes com mais de mil assentos, eram uma grande diversão popular, um ponto de encontro. No correr do tempo, dificuldades de ordem variada (falta de segurança, má qualidade de som e imagem, dificuldade de estacionamento) foram prejudicando a freqüência aos cinemas.

Porém, com os investimentos de empresas estrangeiras, a partir da década de 90, com as subdivisões das salas grandes em espaços menores e o deslocamento da rua para o interior dos shoppings centers, a oferta de cinema conseguiu em parte reverter a tendência declinante da demanda.

Gráfico 22: Número de salas de cinema no Brasil - 1975-2003.



Fonte: Fox Film do Brasil

Não foram encontrados dados isolados sobre a variação do número de salas de exibição na cidade de São Paulo. Porém, se até os dados de 2003 havia 1600 salas no Brasil, pelo menos 15% desse total se localizam na cidade de São Paulo.

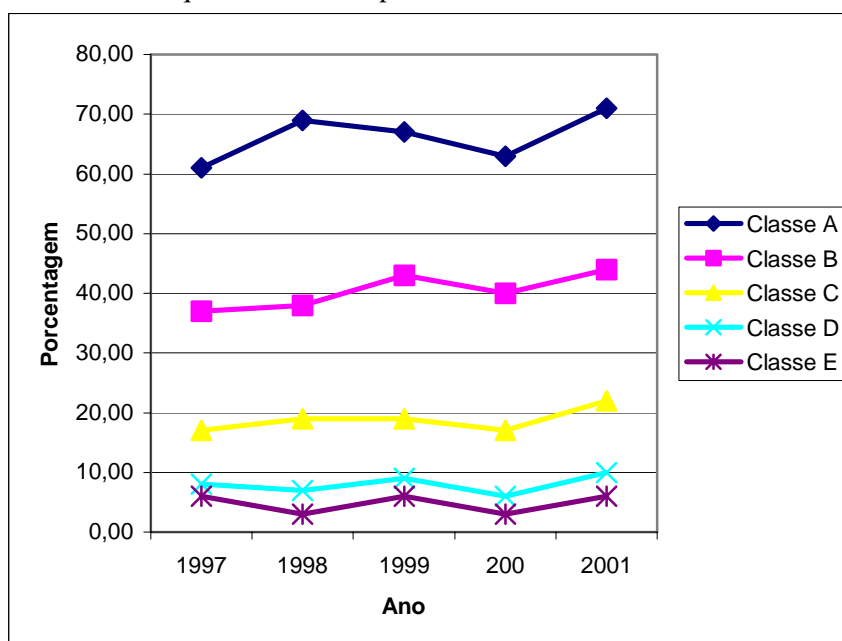
Atualmente, mesmo com a concorrência dos canais de filmes da televisão a cabo, ou as redes de aluguel de VHS e DVD, é um hábito de 7 entre 10 pessoas da classe A freqüentar uma a duas vezes por mês o cinema.

Ainda assim as camadas mais pobres da sociedade não vão ao cinema tanto quanto gostariam. Sendo a grande maioria dos filmes falados em língua estrangeira, não podem ser acompanhados por analfabetos ou semi-analfabetizados, incapazes de acompanhar a leitura acelerada dos diálogos.

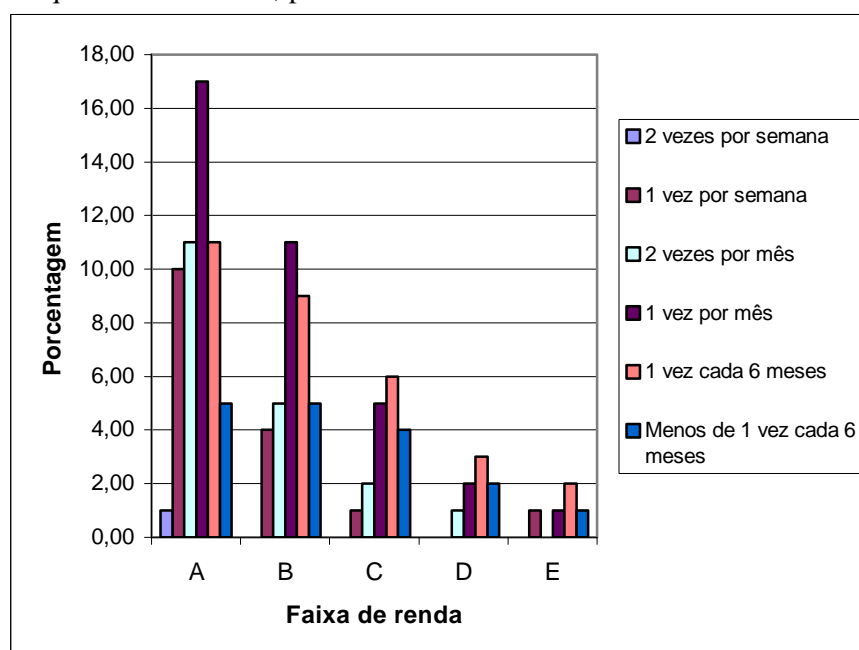
Somente pouco mais de 5% da população de classe E costuma freqüentar o cinema, e talvez apenas o faça por iniciativas públicas ou ocasiões especiais. A inauguração dos Centros de Ensino Unificado pela PMSP pode ser vista como uma tentativa de levar cinema e teatro à periferia de São Paulo, dando oportunidade para que famílias mais pobres também pudessem aumentar as suas opções de lazer e cultura fora do ambiente doméstico.

Outras medidas que vêm sendo tomadas são o aumento do número de parcerias entre as redes de cinema e escolas públicas (com sessões gratuitas para alunos em horários de menor movimento nos cinemas, exibições de filmes em locais públicos, festivais de cinema gratuitos, criação de centros culturais patrocinados por empresas privadas ou pelo governo da cidade, etc. e, mesmo com essas iniciativas, a periodicidade média é de uma vez a cada seis meses (gráfico 24).

Gráfico 23: Costumam freqüentar cinema, por renda - 1997-2001



Fonte: Instituto Marplan

Gráfico 24: Freqüência ao cinema, por renda - 2001

Fonte: Instituto Marplan

Em contrapartida à programação de televisão aberta e de rádio, o cinema é uma opção de entretenimento que implica gasto monetário. A política de preços se estabelece para segmentar o setor e competir com as lojas de vídeo. O custo seria já um motivo determinante do acesso mais restrito ao cinema do que à TV e ao rádio.

Além do ingresso, há o custo do transporte até o cinema, a necessidade de prever horários de sessão e a possibilidade ou não de escolhas de última hora.

Todavia, acima das adversidades, a indústria do cinema ainda responde por uma opção importante de entretenimento. O cinema ainda é uma alternativa de lazer para pais e filhos,

namorados, estudantes, idosos. Está incluído entre aquilo que se chama “cultura de saídas”, por oposição à “cultura de apartamento”. (Guy, 1993)¹³. Embora já distante de seu apogeu, o ramo vem recebendo injeções fortes de investimentos e inovações técnicas que seguram sua popularidade.

7.5. Frequência ao teatro

As origens do teatro como espetáculo popular remontam à Grécia Antiga e não vem ao caso historiar suas transformações. Basta dizer que, por volta dos anos 60, o teatro serviu de caso típico de análise econômica aplicada¹⁴ destinada a mostrar como no campo das artes cênicas não se pode pretender economias de escala, pois cada espetáculo é único, envolve sempre a mesma energia de trabalho humano e outros custos fixos.

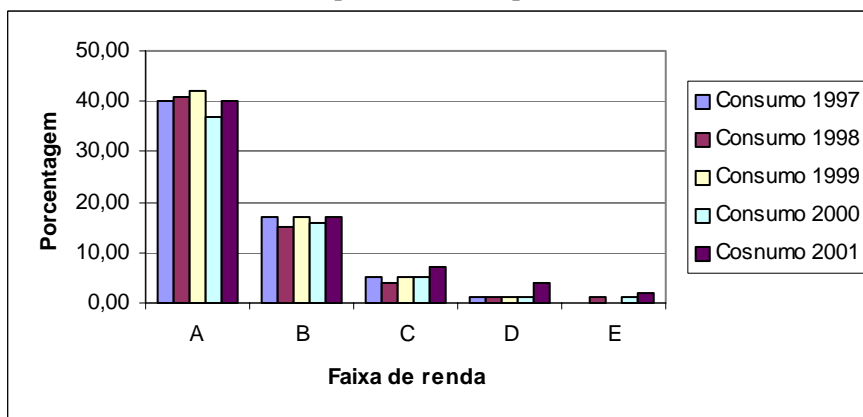
Assim, o teatro acabou se convertendo em um gênero de elite, sobrevivendo em um circuito cada vez mais restrito aos circuitos intelectuais e experimentais. Hoje, o teatro se sustenta em dois pólos diferentes: as produções menores, com dois ou três atores, cenários modestos e salas pequenas; e as “superproduções” bancadas por mega investimentos de empresas privadas em cenários, figurinos, equipamentos de som e, principalmente, publicidade.

O perfil de público, em uma cidade como São Paulo, onde certamente se apresentam ao mesmo tempo cerca de 50 peças diferentes, tende a ser similar ao de outras grandes cidades, concentrado nas elites econômicas e culturais. Mesmo esses grupos privilegiados não vão ao teatro mais do que uma a duas vezes ao ano. Mesmo os eventos gratuitos costumam ser freqüentados pelo público de classes sócias mais elevadas, impulsionados por interesses culturais mais refinados.

¹³ Este autor, depois de comparar dados relativos aos países da Comunidade Européia, em 1990, distingue três modalidades de participação cultural: a “cultura de saídas”, ou fora de casa, centrada na ida ao teatro, ao museu, a concertos musicais eruditos ou populares e, cada vez mais, ao cinema; a “cultura de apartamento”, centrada no audiovisual, em particular na televisão; e finalmente, a “cultura identitária”, ou seja, práticas em que o reforço da identidade étnica ou nacional se torna preponderante, centrada na leitura e na receptividade a emissões radiofônicas e televisivas segmentadas etnicamente.

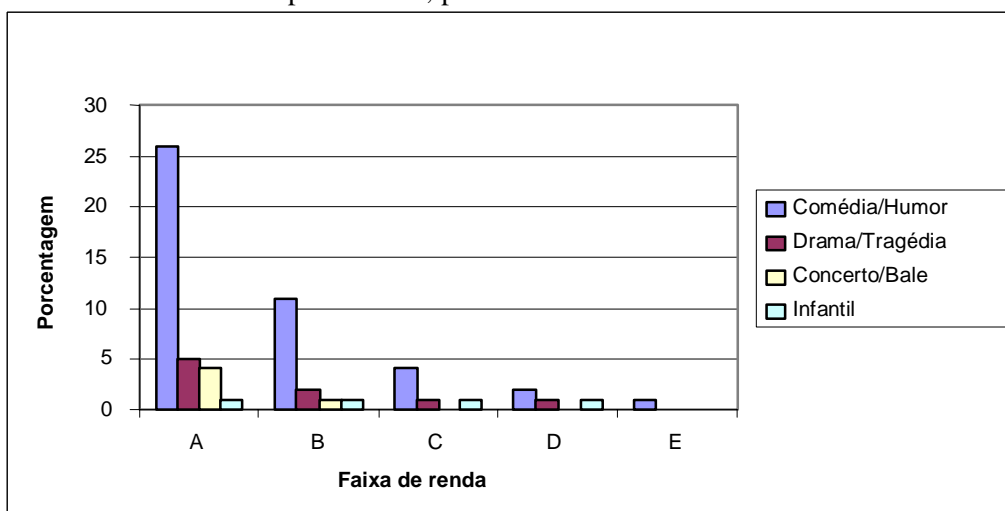
¹⁴ Um estudo de Baumol e Bowen, acerca da equação de custos e receitas do teatro, deu origem, em fins dos anos sessenta, a um ramo específico da economia, conhecido como economia das artes.

Gráfico 25: Costumam freqüentar teatro, por renda - 1997-2001.



Fonte: Instituto Marplan

Gráfico 26: Gênero de preferência, por renda - 2001



Fonte: Instituto Marplan

As observações reunidas neste tópico não chegam propriamente a traçar um quadro surpreendente, na medida em que, pela vivência urbana em ambientes de classe média ou superior, a que se associa a leitura de jornais e revistas, pode alguém ficar a par das tendências aqui sistematizadas. Viu-se que a maior parte delas resultou da coleta e fornecimento de informações feitos por firmas comerciais, que têm em outras firmas – os anunciantes – um objetivo muito claro: conhecer a penetração social dos meios de comunicação que vendem espaço publicitário. Ainda que este seja um objetivo legítimo em uma economia de mercado moderna, é preciso notar que um conhecimento mais aprofundado

do uso do tempo precisa se pautar por um enfoque que levante dados sobre práticas que não estão no horizonte desses interesses comerciais. O amadorismo artístico, a bricolagem, os hábitos de viagem, os tipos de sociabilidade intra e extra domicílio e família, são todos aspectos que devem estar presentes em um quadro mais satisfatório do “consumo cultural”.

8. LUGAR DA ESCOLARIZAÇÃO COMO VARIÁVEL DA ESCALA.

A hipótese por trás deste exame foi o fato, bastante plausível, das mudanças que uma alteração no nível de escolarização dos membros de um mesmo domicílio podem causar na esfera do consumo. Admite-se que essas mudanças sejam de duas ordens:

- a) o aumento que o trabalho remunerado do cônjuge (em geral mulher) proporciona ao poder aquisitivo do domicílio, sabendo-se que a probabilidade de uma dona de casa estar trabalhando e recebendo aumenta conforme seu nível de escolarização;
- b) a melhora que um nível maior de escolarização em princípio proporciona ao seu portador em termos de capacidade mental *lato sensu*: preferências, gostos, facilidade de entender rótulos, embalagens, experimentar produtos novos, avaliar vantagens de preço e prazo de pagamento, associar produtos a marcas, aspiração a entretenimento mais diversificado e enriquecedor etc.

8.1. Procedimentos utilizados e conclusões

Segundo dados levantados pelo Censo Demográfico 2000, existem no Brasil 45.072.898 domicílios. Destes, 33.885.432 são chefiados por homens (75,2%) e 11.187.466 (24,8%) por mulheres, a maioria absoluta das quais não possuem cônjuges (mais de 85% dos casos).

Nos domicílios chefiados por homens, encontram-se 29.666.262 cônjuges (87,5% do total de domicílios com chefia masculina). Os demais casos devem-se a homens sem cônjuge e com família ou ainda a pessoas sós.

Assim sendo, **a instrução do cônjuge poderia ser informação de interesse somente nos casos de cônjuges mulheres**. Entretanto, observa-se que 22.791.895 dos casos (77%) são de casais com mesmas classes de anos de estudo. As classes analisadas foram :

- até 8 anos de estudo, com um total de 22.134.437 chefes (74,6% dos casos);
- de 9 a 11 anos de estudo, com 5.021.091 chefes (16,9%);
- de 12 a 16 anos de estudo, com 2.232.953 chefes (7,5%) e
- 17 anos de estudo ou mais, com 277.781 (0,9%).

Do universo total de domicílios chefiados por homens, 11,5% têm cônjuge com menor anos de estudo, **76,8% têm mesma quantidade de anos de estudo** e 11,7 têm cônjuge com anos de estudo superior ao do chefe.

Dos 11,7% com anos de estudo superior ao do cônjuge, a grande maioria corresponde a chefes que têm até 8 anos de estudo (de um total de 3.463.704 com escolaridade superior, quase 2.820.000 estão na classe de até 8 anos de estudo).

Restam, portanto, apenas 645.615 domicílios brasileiros com chefes tendo de 9 a 16 anos de estudo e cujos cônjuges têm anos de estudo acima do seus, o que representa apenas 1,4% do total de domicílios ou 1,9% dos domicílios com chefia masculina.

A coincidência da mesma quantidade de anos de estudo entre os cônjuges por sua vez desaconselha que se introduza a variável “escolarização do cônjuge” como discriminatória. Vale apenas ressaltar que escolarização elevada do cônjuge, na medida em que representa mulheres adultas mais qualificadas e trabalhando fora de casa define um segmento minúsculo com comportamento específico. Mas é aconselhável que pesquisas que desejam focalizar esse segmento introduzam, por sua conta, perguntas sobre escolarização do cônjuge.

Considerando tais resultados, parece não compensar o custo de espaço e tempo de indagar o nível de escolarização do cônjuge, frente a tão poucos casos. Exceção talvez pudesse ser feita no caso de chefes com até 8 anos de estudo, que têm 12,7% dos cônjuges com escolaridade superior à deles (em 2.818.089 domicílios). Todavia, não há elementos suficientes para avaliar se a relação custo-benefício realmente compensaria.

Talvez seja mais interessante focar a informação se o cônjuge mulher trabalha ou não fora de casa, independente dos anos de estudo dela ou do responsável pelo domicílio. Supõe-se que o fato de trabalhar fora aumentaria a renda familiar, bem como poderia sobrecarregar a maioria das mulheres com jornada dupla de trabalho, situação esta que predisporia o casal ou a família a um maior consumo, sobretudo dos chamados *time saving devices*, seja pelo aumento financeiro representado pelo salário da mulher e que pode criar condições para a compra do bem, seja pela necessidade de ganho de tempo e de atenuar a dupla jornada feminina. Para a confirmação desse fato seria preciso testar tais hipóteses com tabelas e dados que abrangessem esse quesito, o que não foi realizado.

9. QUESTÕES À GUIA DE CONCLUSÃO

Tentando-se colocar em perspectiva histórica as questões díspares aqui tratadas: consenso ou dissenso em como classificar pessoas e famílias em pesquisas de mercado; difusão de bens de consumo doméstico e seu impacto sobre qualidade de vida; difusão de aparelhos para entretenimento no domicílio e formas de uso do tempo livre, algumas reflexões podem ser feitas a respeito da situação brasileira, e, em particular, paulista, no período que se inicia em 1970.

Na década de 1970 concluiu-se a etapa da substituição de importações de bens duráveis de consumo, colhendo-se os frutos de uma agressiva política industrializante implantada nas décadas de 1940 e 1950. O resultado foi uma oferta interna maior e mais diversificada de bens de consumo, que beneficiou sobretudo, em um primeiro momento, um segmento restrito

da população brasileira. São por demais conhecidos os louvores e as críticas do padrão de industrialização adotado para serem aqui discutidos.

O fluxo de produção interna de novos bens de consumo não encontrou limites na escassez de energia elétrica, dados os programas de expansão da oferta de energia durante as décadas de 1950, 60 e 70.

Com a implantação do regime militar e a formulação de uma doutrina de segurança nacional que contemplava a integração do país através de redes de comunicação, o governo federal se tornou um importante fator de apoio à difusão da televisão em escala nacional. De um modo geral, nas décadas de 1960 e 1970 houve uma forte renovação no conjunto dos meios de comunicação, sob uma pressão do marketing para transformá-los em veículos publicitários mais eficazes. Nesse clima de crescimento industrial acelerado, de expansão, diversificação e ajustamento da mídia às exigências da compra e venda de espaço publicitário, e de intensificação do ramo de pesquisas de opinião pública, mercado e audiência de mídia, é claro que a exigência de montagem e oficialização de uma escala de classificação se colocava para o conjunto dos institutos de pesquisa de mercado e dos anunciantes. Além de todos esses fatores, as taxas elevadas de inflação dificultavam ainda mais a possibilidade de se obter informação acerca de rendimentos domésticos, em cima da qual segmentar a população, impondo assim a necessidade de uma medição indireta, via posse de itens de conforto doméstico.

É também lícito dizer que houve um processo de concentração econômica nos meios de comunicação durante este período, e que a Rede Globo de Televisão, criada em 1965, viria a ser a principal destinatária da verba publicitária em mídia aberta desta data até início dos anos 80. À concentração econômica entre os veículos de comunicação se associava um encarecimento do espaço publicitário, favorecido por um regime de preços e de cobrança estabelecido pela lei que regulou a atividade publicitária no país, em 1965.

Durante a recessão econômica da primeira metade dos anos 80 os anunciantes começam a se mostrar mais exigentes quanto aos preços que lhes eram cobrados pelos veículos de propaganda, com a intermediação das agências de publicidade, que operavam em um regime

de cobrança baseado em lei específica. Ou seja, começaram a colocar em dúvida a comissão compulsória cobrada pelas agências e a exigir mais serviços em troca dela. Liderados pelas filiais de empresas multinacionais instaladas no Brasil, mais sintonizadas com as medidas neo-liberais que se inauguram nos países desenvolvidos, os anunciantes começaram a exigir desregulamentação em seus negócios com agências e meios de comunicação. Eles foram favorecidos nessa campanha pelo fenômeno da segmentação dos mercados, que tornava mais eficientes os dispêndios em promoção de vendas dirigidos a grupos específicos em relação à compra de mídia aberta para o conjunto da população.

A popularização de muitos itens de consumo durável durante os anos 70 e a recessão do início dos anos oitenta tornaram mais aguda a percepção do “inchamento” das classes altas e médias na escala sócioeconômica.

Por outro lado, a política de feitiço neo-liberal adotada a partir de 1990, abriu o mercado brasileiro a um grande número de novos bens de consumo. Por exemplo: os micro-computadores e os aparelhos eletrônicos de reprodução de som e imagem. Como essa abertura comercial se deu em uma etapa de forte fluxo de inovação tecnológica nesses setores, e do estabelecimento de uma poderosa rede de comercialização informal, incluindo o contrabando, a consequência foi uma difusão muito acelerada desses bens.

Neste cenário de renovação da oferta de bens de conforto doméstico, permitida pela tecnologia e pela abertura de mercado, continua, entretanto, forte, a dificuldade de distribuição de renda. A conclusão é que, muito embora vários bens de consumo sejam de fácil aquisição, a manutenção deles é que se torna problemática aos segmentos de menor poder aquisitivo.

Pode-se lembrar aqui do telefone celular, que quase todo mundo pode ter, mas cujas tarifas para uso mais pleno poucos podem pagar. Ou mesmo, pela primeira vez, uma crise na oferta de energia elétrica (“apagão”), impondo aumento de tarifas e medidas de contenção do consumo, o que afetou as vendas de alguns itens, como, por exemplo, os *freezers*. . Em outras palavras, a posse de um maior leque de bens de consumo estaria significando mesmo

uma qualidade de vida melhor, ou seria que a contração na massa de renda devida ao desemprego, estaria transformando essa posse em algo enganoso?

Como se viu no histórico da escala de classificação sócioeconômica, sua construção foi, durante muito tempo, uma questão de interesses comerciais resolvida no interior da comunidade de marketing, entre anunciantes, pesquisadores e publicitários. Como se acompanhar o ritmo do consumo fosse apenas do interesse de quem quer vender. Caberia, a respeito, comentar os estímulos que possam estar afetando os órgãos públicos de economia e estatística a melhorar a oferta de indicadores de consumo. Como se sabe, em período recente têm-se multiplicado as agências estaduais de estatística, e tem crescido também o número de atividades em torno das quais construir indicadores quantitativos. Nesse sentido, caberia mencionar a iniciativa do IBGE de promover estudos sobre ocupações e classificações ocupacionais, em particular os estudos que vêm sendo feitos por Paulo Jannuzzi (Jannuzzi, 1996; 2000, s/d).

Para finalizar, seria possível aqui citar Jeremy Rifkin, em *The Age of Access* (Rifkin,2000), para quem o próprio significado de possuir bens, em termos de posição social, está mudando. Para ele:

“In the hypercapitalist economy, buying things in markets and owning property become outmoded ideas, while "just-in-time" access to nearly every kind of service, through vast commercial networks operating in cyberspace, becomes the norm. We increasingly pay for the experience of using things - in the form of subscriptions, memberships, leases and retainers - rather than for the things themselves. Already millions of Americans have given up ownership of their automobiles in favor of leasing cars as a service and are renting everything from software to furnaces”.

Tantas e tão significativas mudanças no espaço do consumo e das formas de subjetivas experiências de consumo mostram o quanto ainda se pode e deve caminhar no sentido de entender de modo integrado e teoricamente bem fundado os processos que ele envolve.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX**. Bauru : EDUSC, 2001.
- BANKIER, M. D. **Two step generalized least squares estimation**. Ottawa : Statistics Canada, 1990. 66p.
- BENSMAN, Joseph. **Dollars & Sense**. Ideology, Ethics, and the Meaning of Work in Profit and Nonprofit Organizations. Nova York : MacMillan, 1967.
- BOGART, Michele. **Artists, Advertising, and the Borders of Art**. Chicago : University of Chicago Press, 1995.
- BOWDEN, Sue; OFFER, Avner. "Household appliances and the use of time: the United States and Britain since 1920s". **Economic History Review**. XLVII, 4 pp. 725-748, 1994.
- CADENA, Nelson Varon. **Brasil : 100 anos de propaganda**. São Paulo : Referencia, 2001.
- CALABRE, Lia. **A Era do Rádio**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2002.
- CALDER, Lendol. **Financing the American Dream**. A cultural history of Consumer Credit. Princeton : Princeton U. Press, 1999.
- CASTELO BRANCO, Renato; MARTENSEN, Rodolfo Lima; REIS, Fernando (Planej. e Coord.). **História da propaganda no Brasil**. São Paulo : T.A. Queiroz, 1990.
- CHANDLER JR., Alfred Dupont. **Strategy and structure: chapters in the history of the industrial enterprise**. Cambridge, Massachusetts : Massachusetts Institute of Technology, 1962.
- COCHOY, Franck. **Une histoire du marketing**. Discipliner l'économie de marché. Paris : La Découverte, 1999.
- CONSEIL DE L'EUROPE, **Participation à la vie culturelle en Europe**. Tendances, stratégies et défis. Paris : La Documentation Française, 1993.
- CONVERSE, Jean M. **Survey Research in the United States: Roots and Emergence, 1890-1960**. University of California Press : Berkeley, 1987.
- CORFMANN, Kim; LEHMANN, Donald; NARAYANAN, Sunder. "Values, Utility, and Ownership: Modeling the Relationships for Consumer Durables. **Journal of Retailing**, v. 67, n. 2, 1991, pp. 184-204.

- COWAN, Ruth Schwartz. "The 'industrial revolution' in the Home: Household Technology and Social Change in the 20th Century". In Reynolds, Terry S. e Cutliffe, Stephen H. (eds). **Technology & the West**. A historical Anthology from Technology & Culture. Chicago : Chicago University Press, p. 291-313, 1997.
- DURAND, José Carlos. **Formação e internacionalização da "sociedade de consumo" norte-americana, 1870-1930**. São Paulo : FGV-EAESP, 2003. (Relatórios de Pesquisa, n. 8/2003).
- _____. **Implantação da pesquisa de opinião pública e mercado no Brasil (1930/1972)**. São Paulo : FGV-EAESP, 1990. (Textos didáticos, n.9/1990).
- _____; OLIVEIRA, Laerte Fernandes de. "A difícil classificação dos ricos". **Jornal da Associação Nacional de Jornais/ANJ**, n.68, pp.5-6, 1993.
- FOX, Richard. **The Mirror Makers**. A History of American Advertising and Its Creators. New York, Vintage Books, 1985.
- GONTIJO, Silvana. **A voz do povo**. O Ibope do Brasil. Rio de Janeiro : Editora Objetiva, 1996.
- GUY, Jean-Michel, "Les pratiques culturelles en Europe. Un essai de comparaison. In CONSEIL DE L'EUROPE, op.cit.
- HEILBRUN, James; GRAY, Charles. **The Economics of Art and Culture**. An American perspective. Cambridge, MA : Cambridge U. Press, 1993.
- HOROWITZ, Daniel. **The morality of spending: attitudes toward the consumer society in America 1875-1940**. Chicago : Ivan R. Dee, 1992.
- JANNUZZI, Paulo de M.; BAENINGER, Rosana "Qualificação socioeconômica e demográfica das classes da escala Abipeme. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 31, n. 3, pp. 82-90. jul.set. 1996.
- JANNUZZI, Paulo de M. "Segmentação de mercado no Brasil no limiar do séc. XXI: a necessidade de uma abordagem demográfica". **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado**, n. 5 jan-mar, 1998.
- JANNUZZI, Paulo de M. "Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos de 1990". **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro, v. 61, n. 216, pp. 47-74., jul.-dez. 2000.
- JANNUZZI, Paulo de M. "Segmentação sócio-ocupacional da população brasileira: método, tendências e diferenças regionais. Doc. Fotocopiado, s/d.

- LANG, Silvia Ingrid. **Modernização do comércio varejista**: lojas de departamentos e supermercados em São Paulo. São Paulo : FGV-EAESP, 1992. (Relatórios de Pesquisa, n. 10/1992).
- LEACH, William. "Culture of Consumption: Women and Department Stores, 1890-1925". **Journal of American History**, 71, p. 317-342, 1984.
- LEARS, Jackson. **Fables of Abundance**. A cultural history of advertising in America. New York : Basic Books, 1994.
- MARCHAND, Roland. **Advertising the American Dream**. Making Way for Modernity, 1920-1940. Berkeley : University of California Press, 1985.
- MARPLAN Relatórios "Pesquisa de Mídia" anos de 1997 a 2000.
- MATTAR, Fauze N. "Estratificação sócio-econômica e pesquisas de marketing". **Mercado Global**, n. 96, 4. trimestre, pp. 62-74, 1994.
- _____. **Proteção do consumidor**: um estudo comparativo internacional. São Paulo : FGV-EAESP, 1995.
- _____. BAENINGER, Rosana. "Qualificação sócio-econômica e demográfica das classes da escala Abipeme". **Revista de Administração**, v. 31, n. 3, pp. 82-90, jul-set, 1996.
- _____. "Segmentação sócio-ocupacional da população brasileira: método, tendências e diferenciais regionais". Doc. Fotocopiado. s/d
- _____. "Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos de 1990". **Revista Brasileira de Estatística**, v. 61, n. 216, pp. 47-64, jul.-dez. 2000.
- _____. "Análise crítica dos estudos de estratificação sócio-econômica de ABA-Abipeme". **Revista de Administração**. v. 30, n. 1, pp. 57-74, 1995.
- _____. "Por que os métodos de classificação sócioeconômicos utilizados no Brasil não funcionam". **Anais do 20. ENANPAD**. 1996.
- _____. "Novo modelo de estratificação sócio-econômica para marketing e pesquisas de marketing". **Anais do 2. SEMEAD**, fotocópia. 1997.
- _____. "Os estudos de prestígio ocupacional e sua utilização em métodos de estratificação socioeconômicos para marketing e pesquisa de marketing. Fotocopiado. s/d.
- MAYER, Martin. **Whatever Happened to Madison Avenue?** Advertising in the '90s. Boston : Little, Brown and Co., 1991.

- MENDES DE ALMEIDA, Pergentino; WICKERHAUSER, Hilda. “O critério ABA/ABIPEME – em busca de uma atualização”. Documento fotocopiado, 1991.
- MORIGUCHI, Stella N. **Estratificação Sócio-Econômica**. Uma contribuição em busca de maior estabilidade nos modelos utilizados em marketing. Tese de doutorado da FEA/USP. 2000.
- NORRIS, James D. **Advertising and the Transformation of American Society - 1865-1920**. New York : Greenwood Press, 1990.
- NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do rádio**. Fernando A. Novais (organizador geral da coleção), organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.
- POPE, Daniel. **The Making of Modern Advertising**. New York, Basic Books, 1983.
- RAMOS, Ricardo. MARCONDES, Pyr. **200 anos de propaganda no Brasil: do reclame ao cyber-anúncio**. São Paulo : Meio & Mensagem, 1996.
- RATHWELL, S. **Requirements for the 1991 census weighting system**. Ottawa : Statistics Canada, 1991. 67p.
- Revista USP, n. 56. **Dossiê 80 Anos de Rádio**. São Paulo, Coordenadoria de Comunicação Social da USP, Número especial, dez 2002 a jan 2003.
- RIFKIN, Jeremy. **The age of access : the new culture of hypercapitalism, where all of life is a paid-for experience**. New York : Jeremy P. Tarcher/Putnam, 2000.
- ROBINSON, John P.; GODBEY, Geoffrey. **Time for life**. The surprising ways Americans use their time. University Park : Pennsylvania State University Press, 1997.
- SCHOR, Juliet. **The overworked American: the unexpected decline of leisure**. New York : Basic, 1992.
- SCHUDSON, Michael. **Discovering the News: a Social History of American Newspaper**. New York, 1978.
- Sem ref. Autor: _____ “O critério Aba/Abipeme”. **Mercado Global**, jan-fev, 1984.
- Sem ref. Autor: “O poder de consumo das donas de casa que trabalham fora”. **Mercado Global**, n. 105, julho 1998.
- SILVA, Ney Luiz. Critério Brasil: o mercado falando a mesma língua. In: **Pesquisa em foco - Informativo dos Associados da ANEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa)**, Dez. 2002. Disponível em:

<<http://www.anep.org.br/pesquisaemfoco/dez2002/cceb.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2004.

SILVA, P.L.N.; BIANCHINI, Z.M. e ALBIERI, S., **Uma proposta de metodologia para a expansão da amostra do censo demográfico de 1991**. Rio de Janeiro : IBGE, 1992. 106p.

STRASSER, Susan. **Satisfaction Guaranteed: The Making of the American Mass Market**. Nova York : Pantheon Books, 1989.

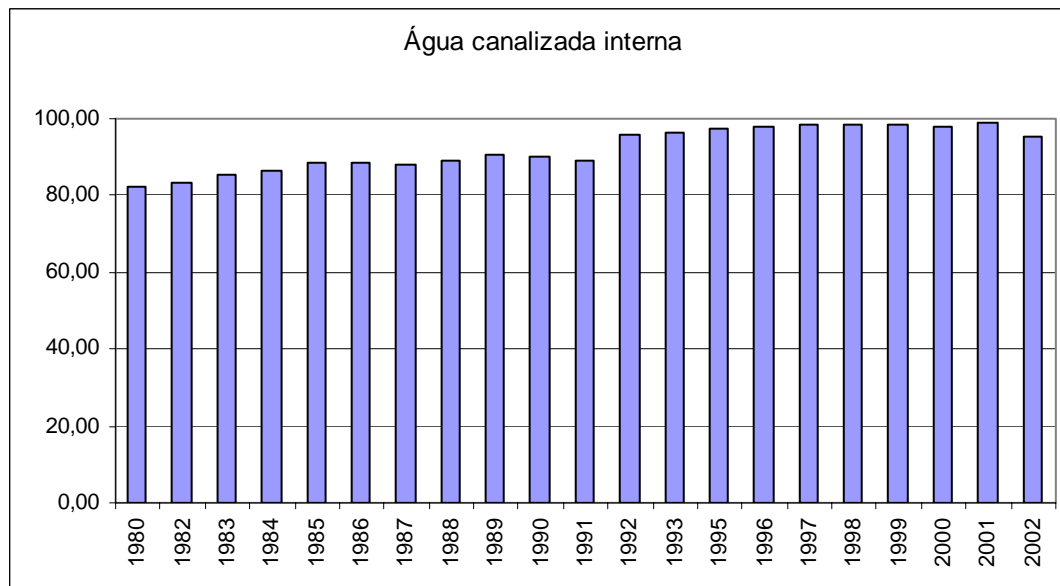
TASCHNER, Gisela. **Comportamento do consumidor e estudos tendenciais**. São Paulo : FGV-EAESP, 1990. (Relatórios de Pesquisa, n. 11/1990).

_____. **Proteção do consumidor: um estudo comparativo internacional**. São Paulo : FGV-EAESP, 1995. (Relatórios de Pesquisa, n.1/1995).

VARGAS, Milton (Org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo : EDUNESP / Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

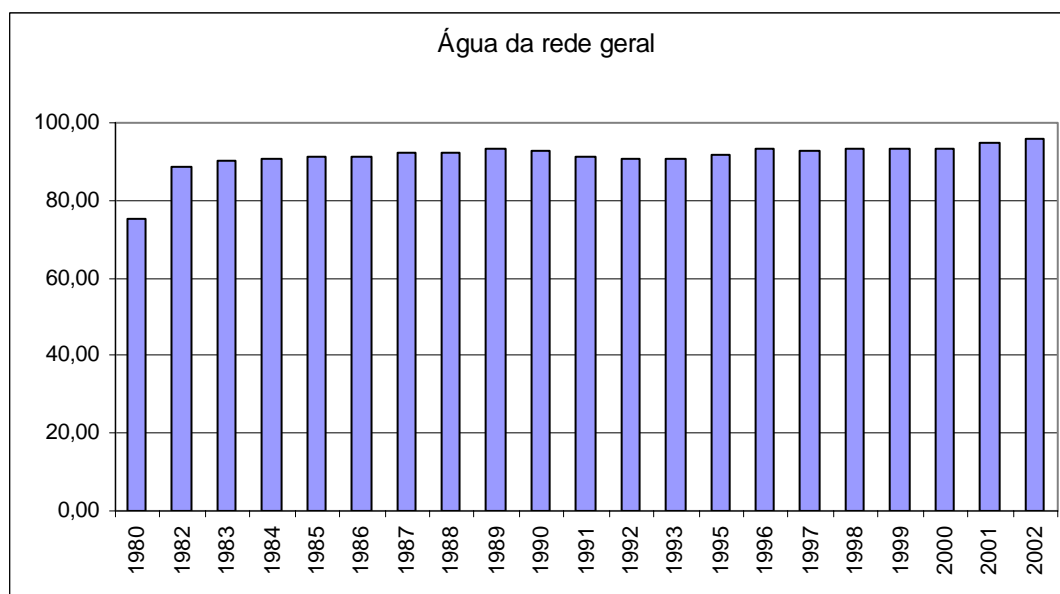
ANEXO

Gráfico 27: Proporção de domicílios com água canalizada interna - 1980-2002



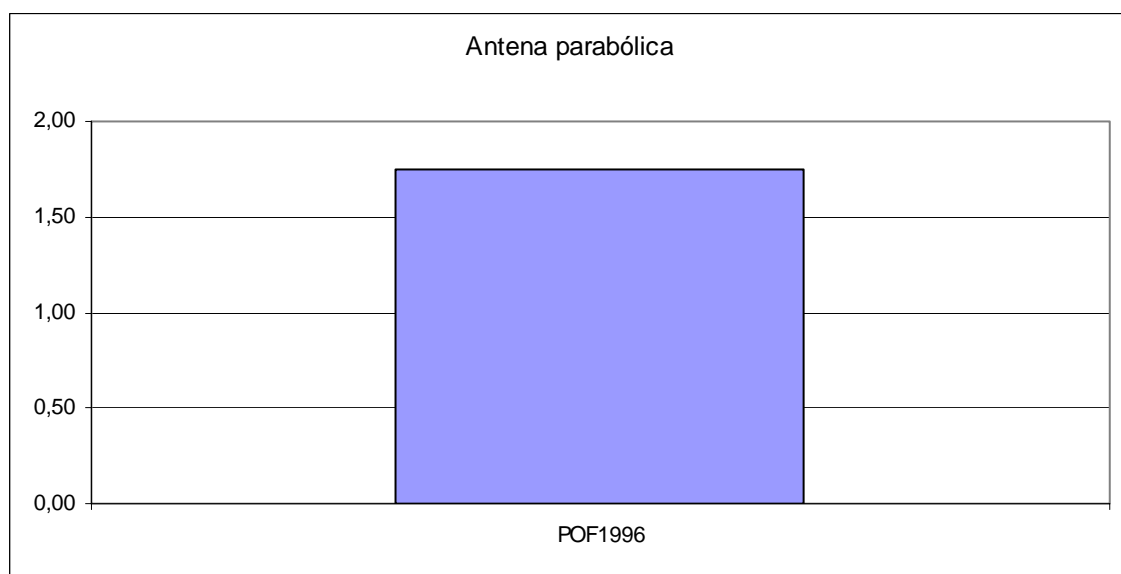
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 28: Proporção de domicílios com água da rede geral, 1980-2002.



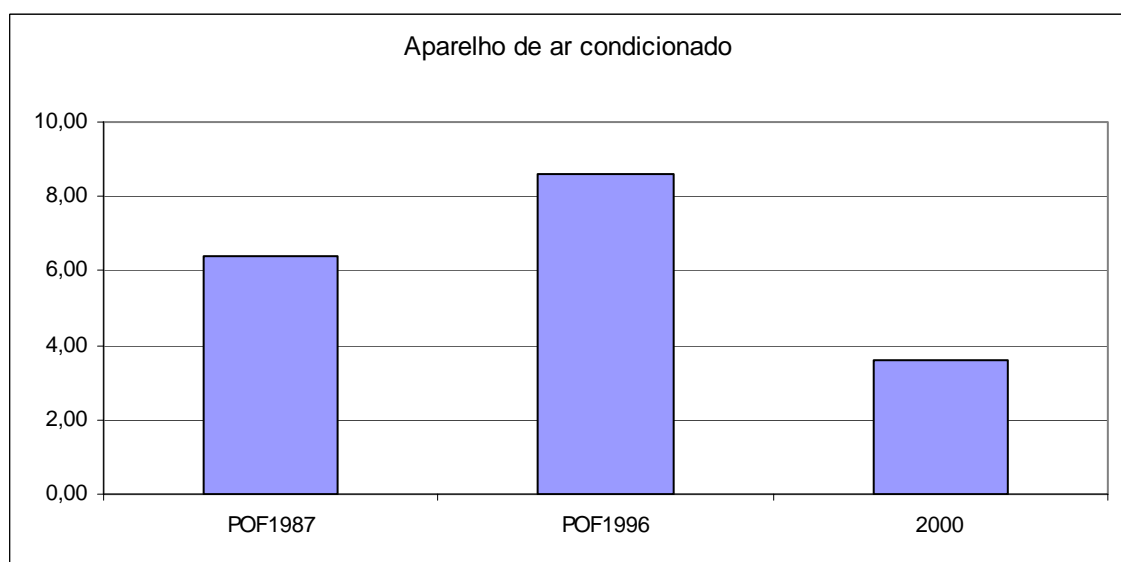
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 29: Proporção de domicílios com antena parabólica – 1996.



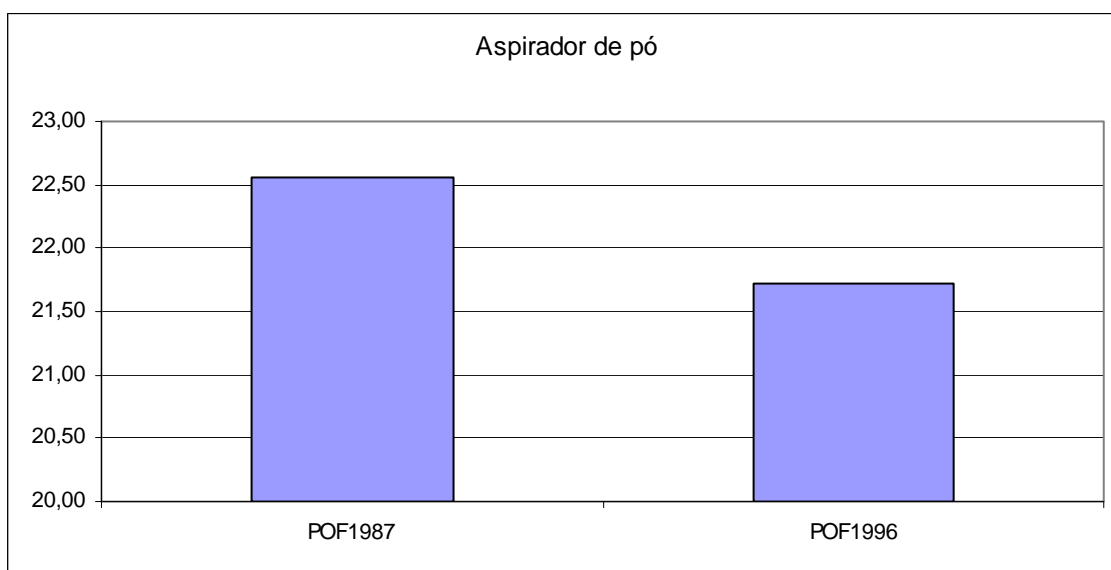
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 30: Proporção de domicílios com aparelho de ar condicionado, 1987-2000.



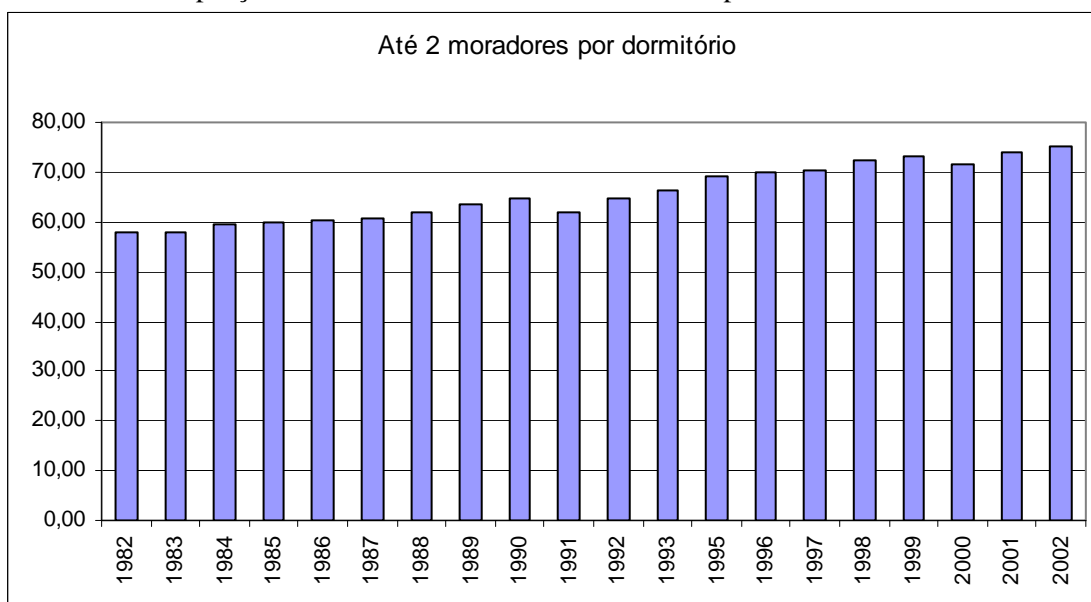
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 31: Proporção de domicílios com aspirador de pó - 1987/1996



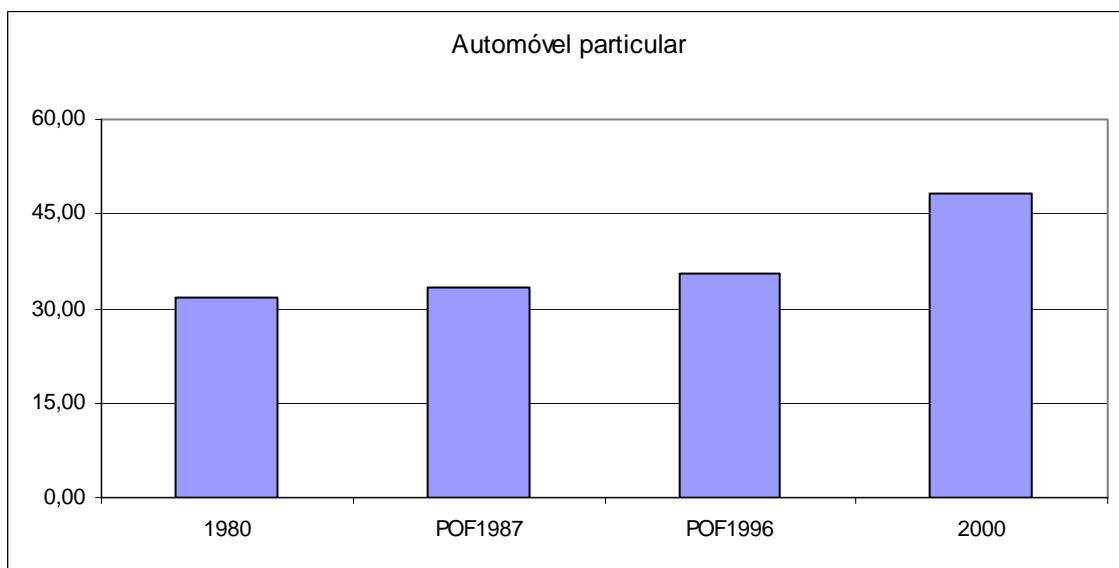
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 32: Proporção de domicílios com até 2 moradores por dormitório - 1982-2002.



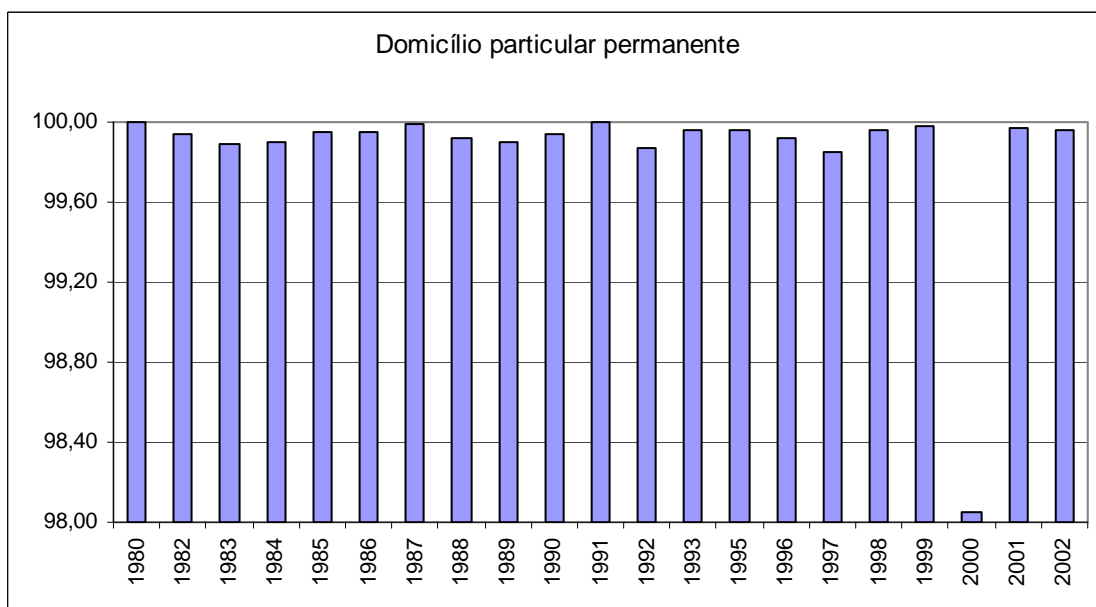
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 33: Proporção de domicílios com automóvel particular - 1980-2000.



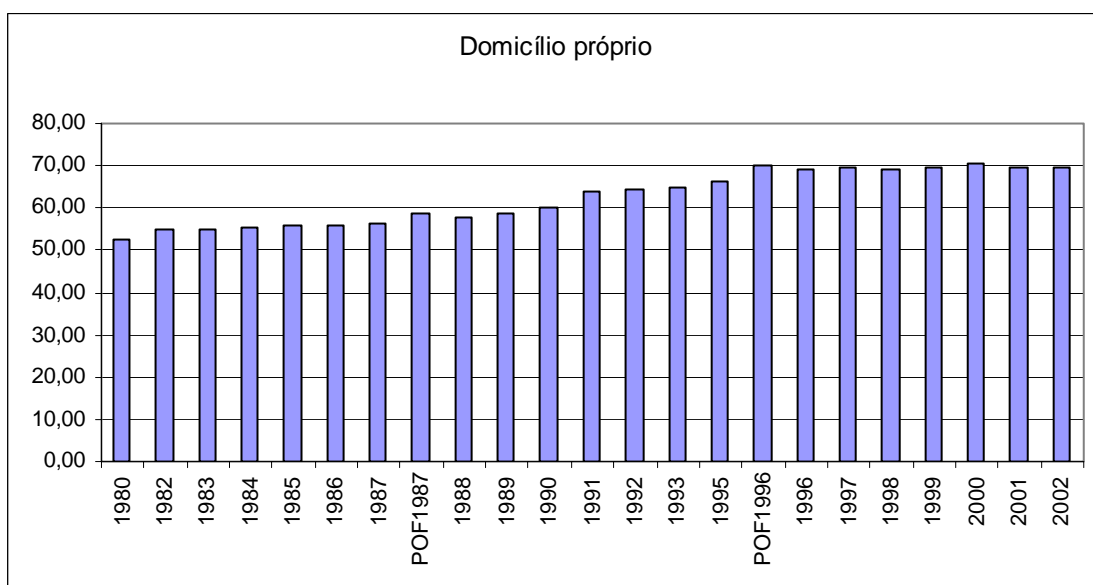
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 34: Proporção de domicílios particulares permanentes - 1980-2002.



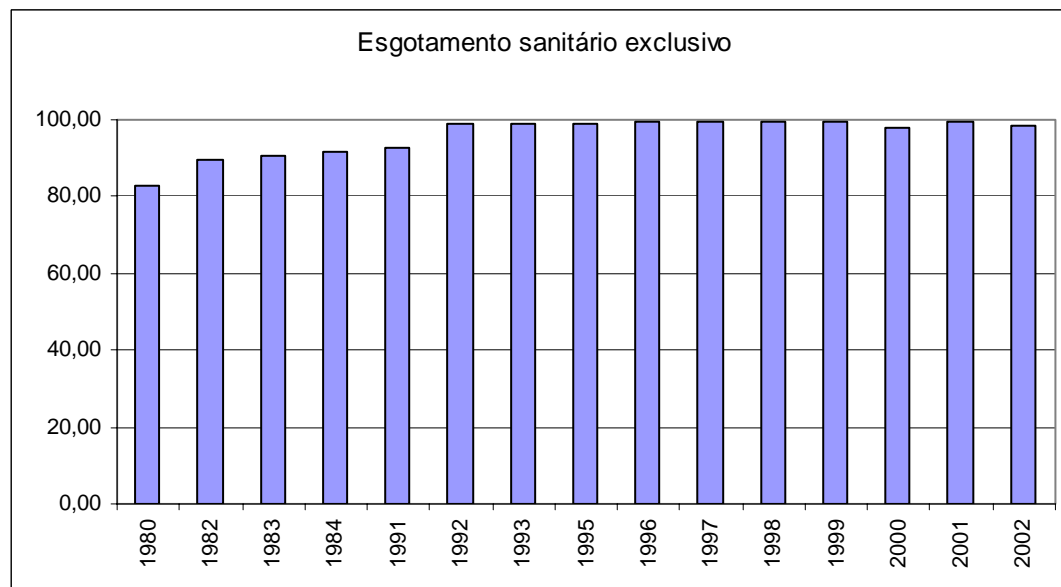
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 35: Proporção de domicílios próprios - 1980-2002.



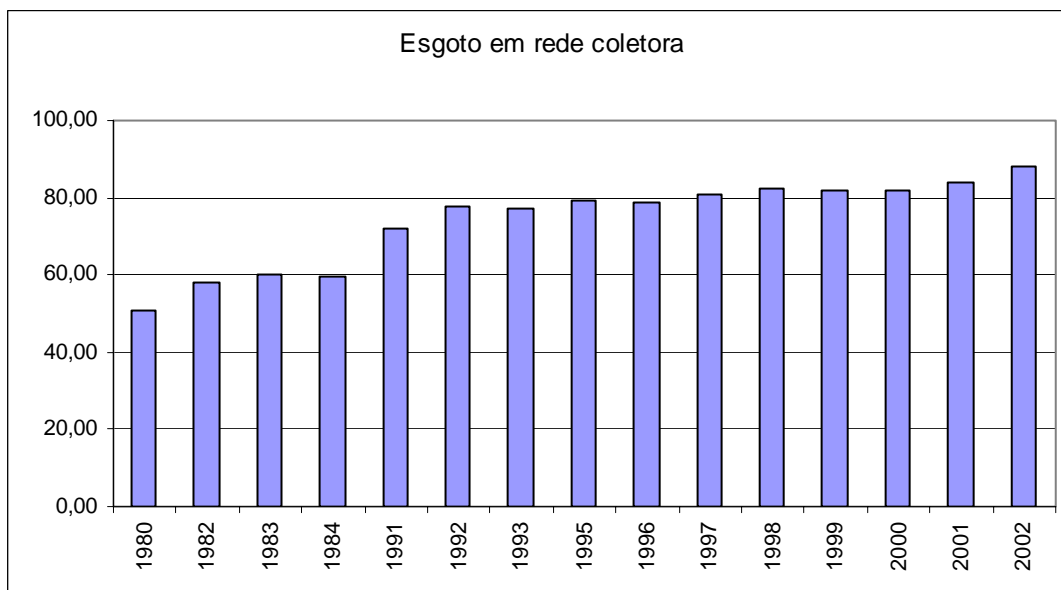
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 36: Proporção de domicílios com esgotamento sanitário exclusivo - 1980-2002.



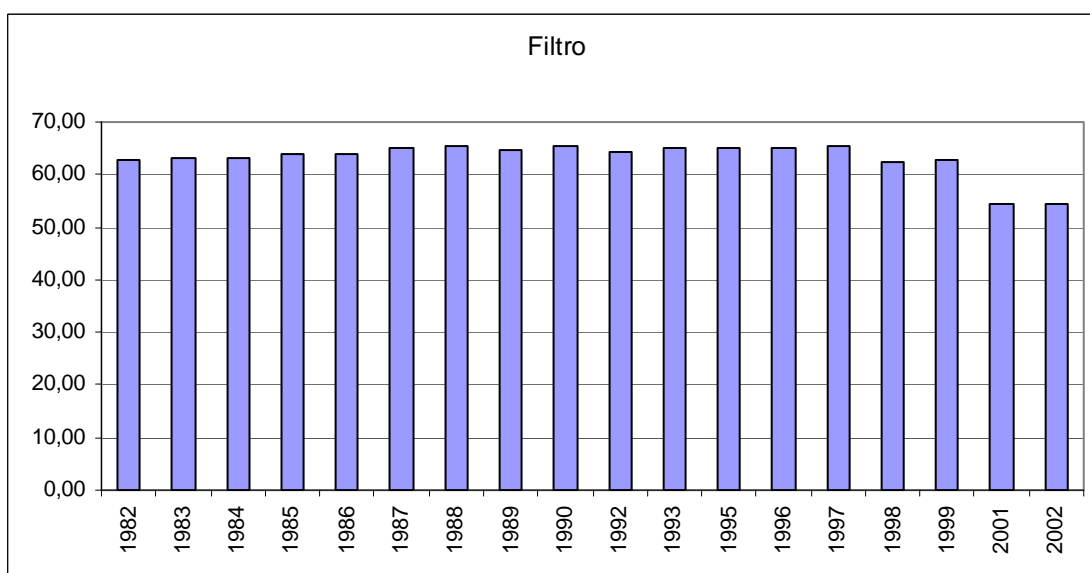
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 37: Proporção de domicílios com esgoto em rede coletora - 1980-2002.



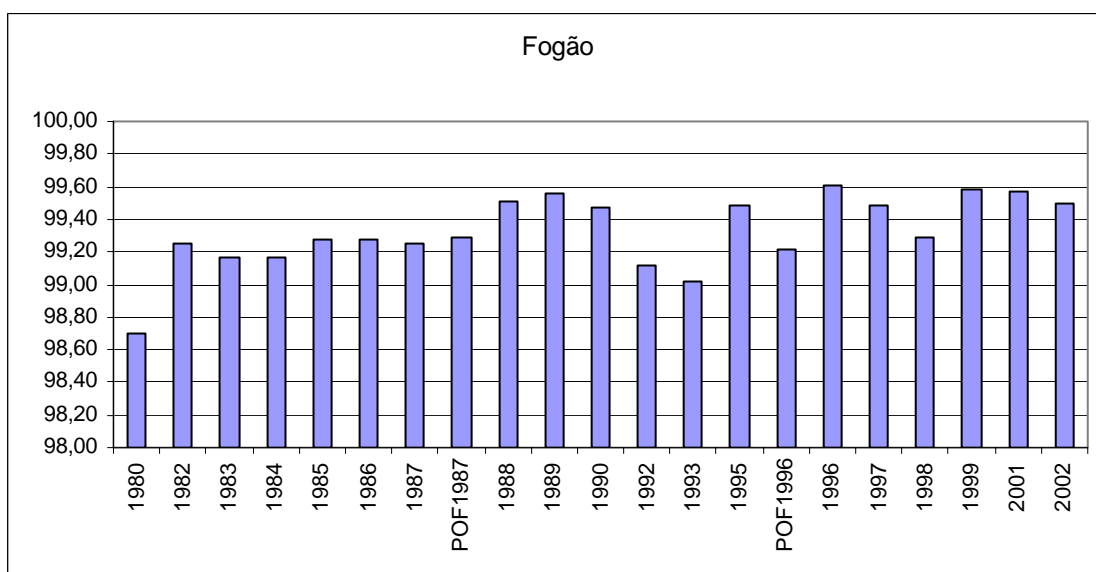
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 38: Proporção de domicílios com filtro de água - 1982-2002.



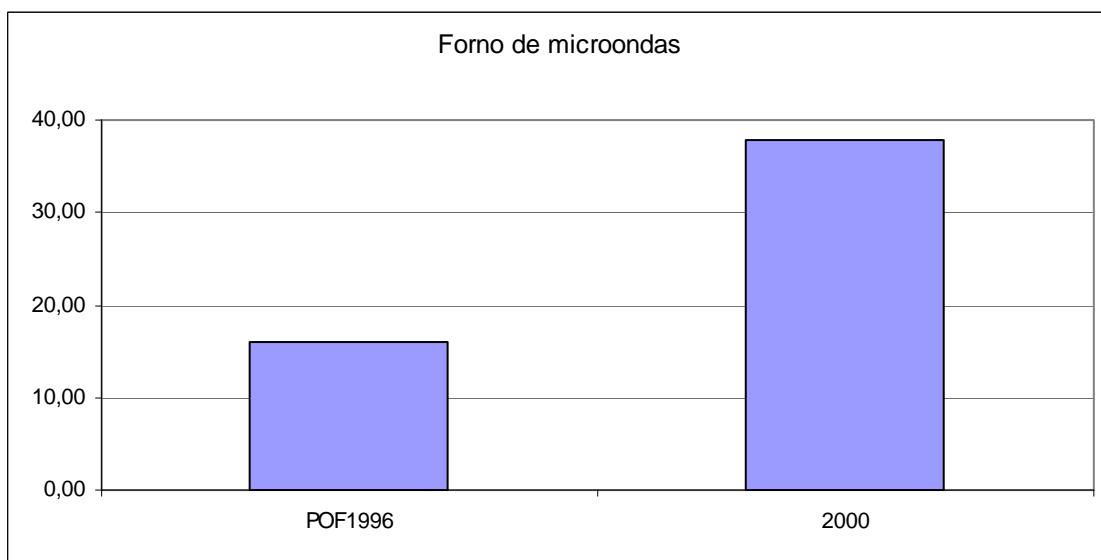
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 39: Proporção de domicílios com fogão - 1980-2002.



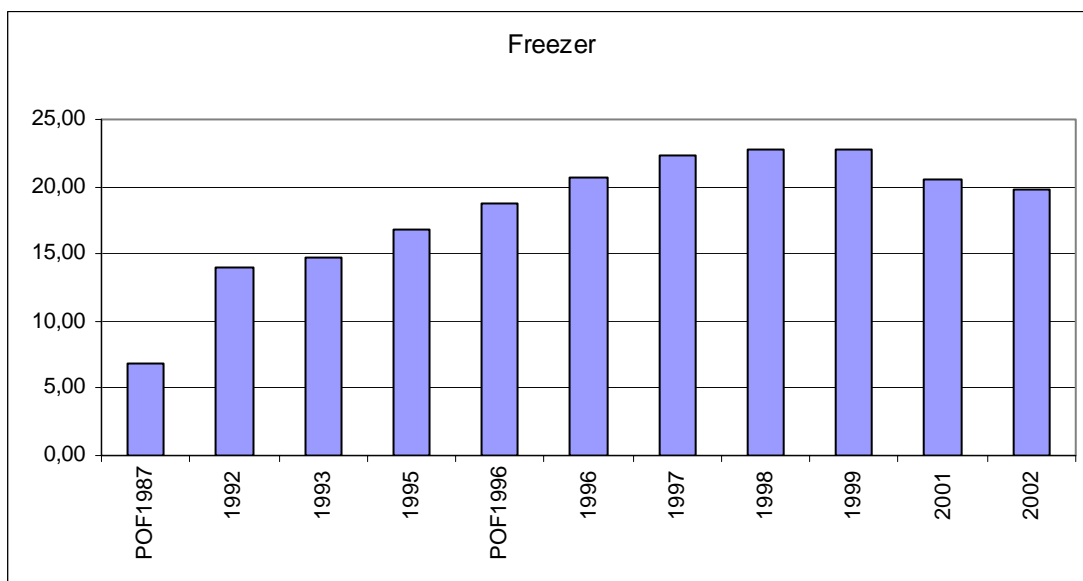
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 40: Proporção de domicílios com forno de microondas - 1996-2000.



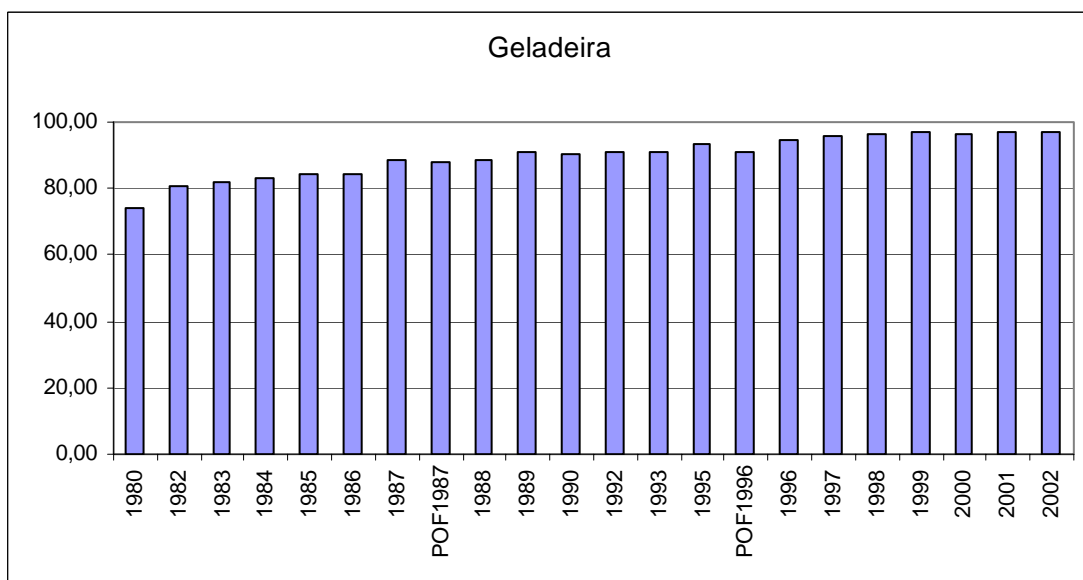
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 41: Proporção de domicílios com *freezer* - 1987-2002.



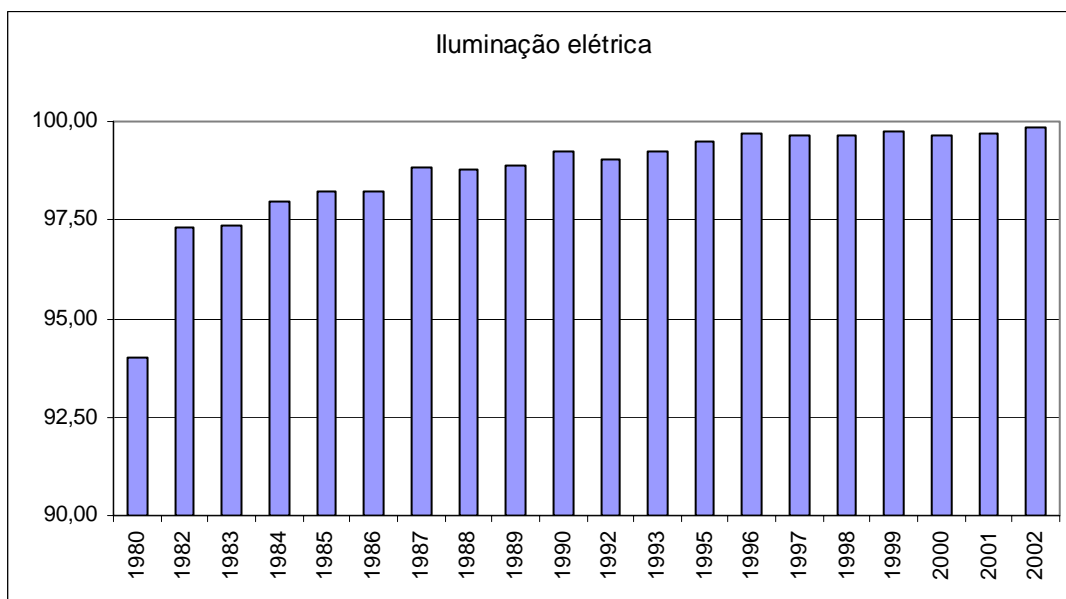
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 42: Proporção de domicílios com geladeira - 1980-2002.



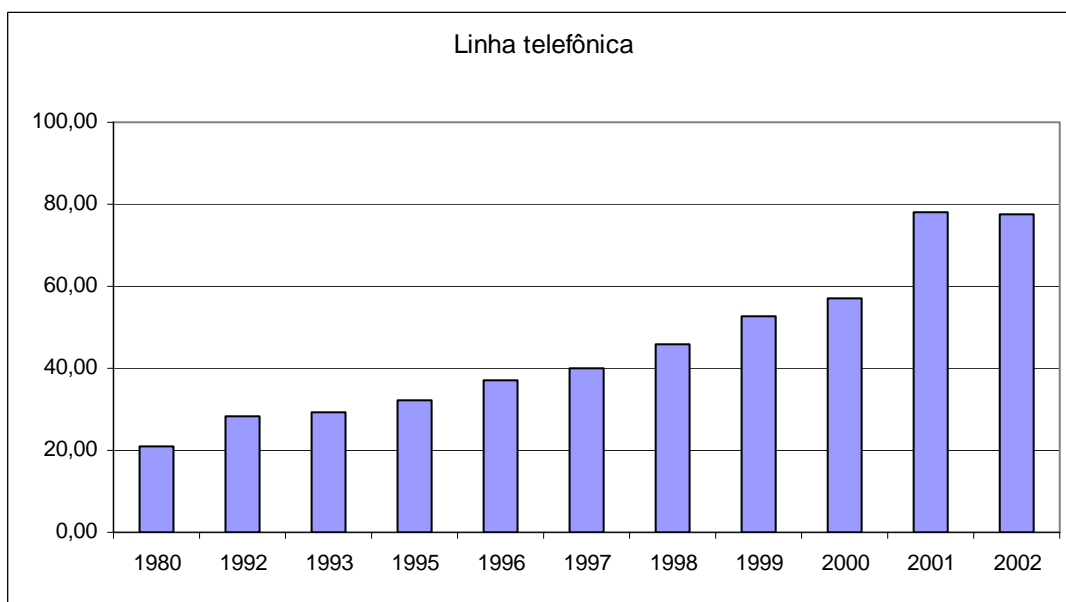
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 43: Proporção de domicílios com iluminação elétrica – 1980-2002.



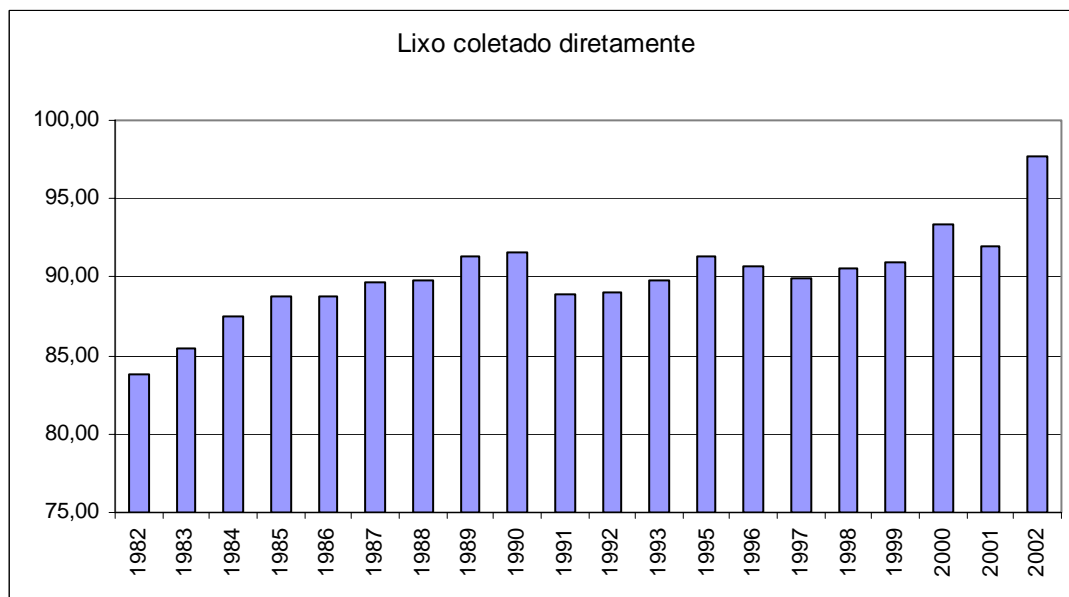
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 44: Proporção de domicílios com linha telefônica - 1980-2002.



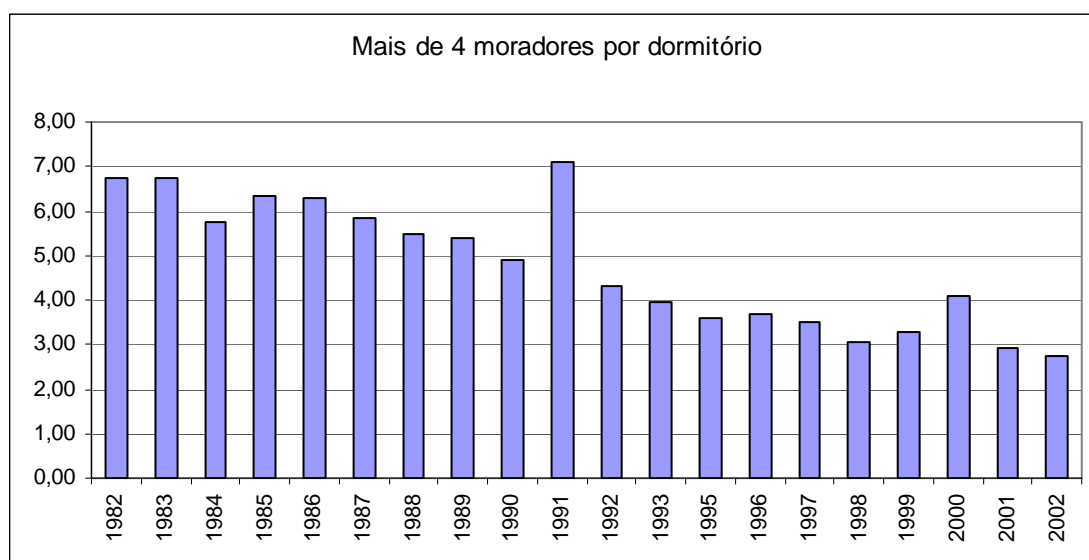
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 45: Proporção de domicílios com lixo coletado diretamente - 1982-2002.



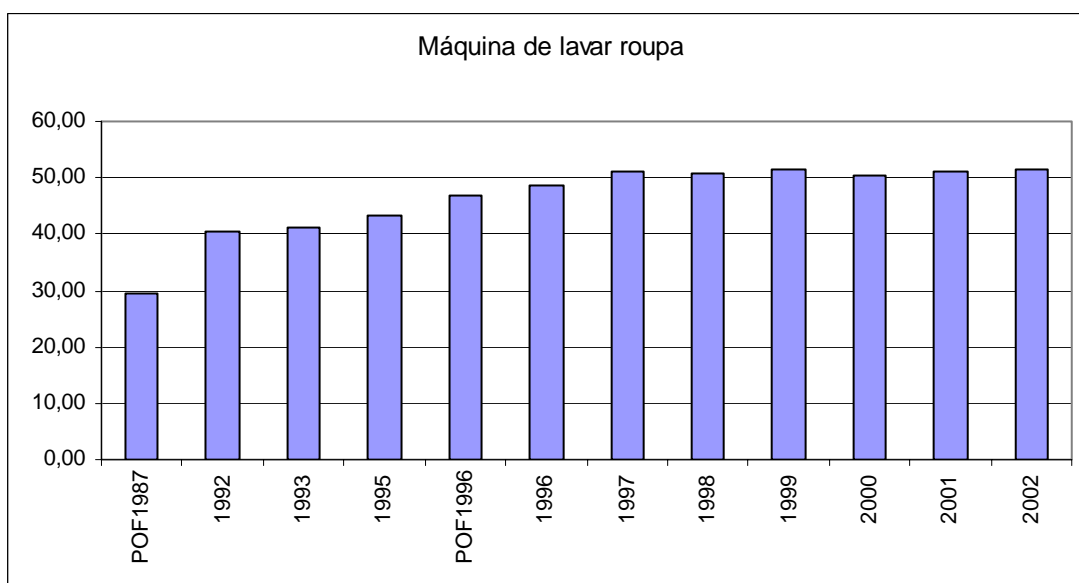
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 46: Proporção de domicílios com mais de 4 moradores por dormitório - 1982-2002.



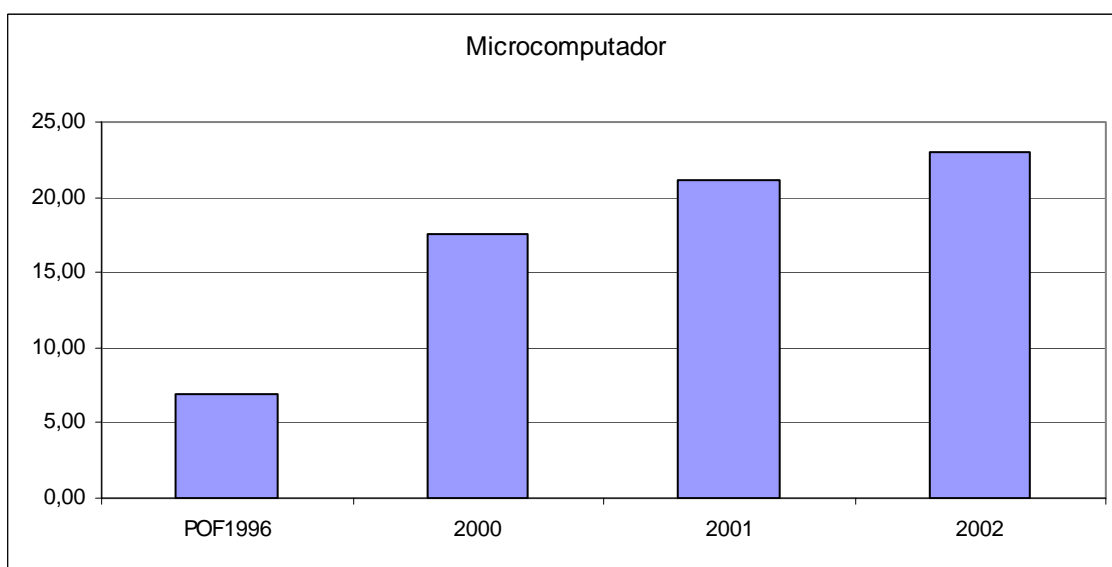
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 47: Proporção de domicílios com máquina de lavar roupa - 1987-2002.



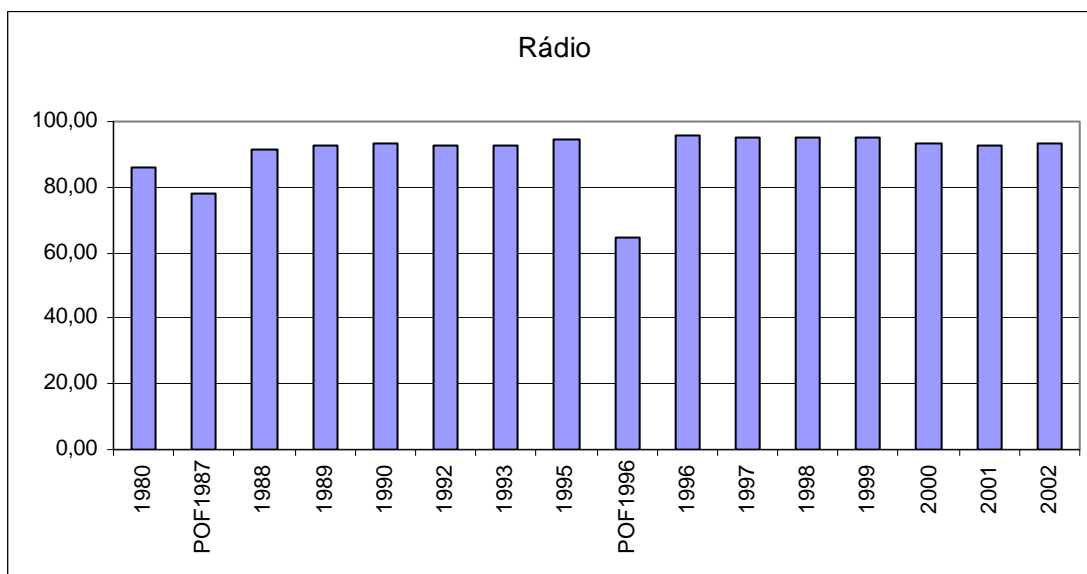
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 48: Proporção de domicílios com microcomputador - 1996-2002.



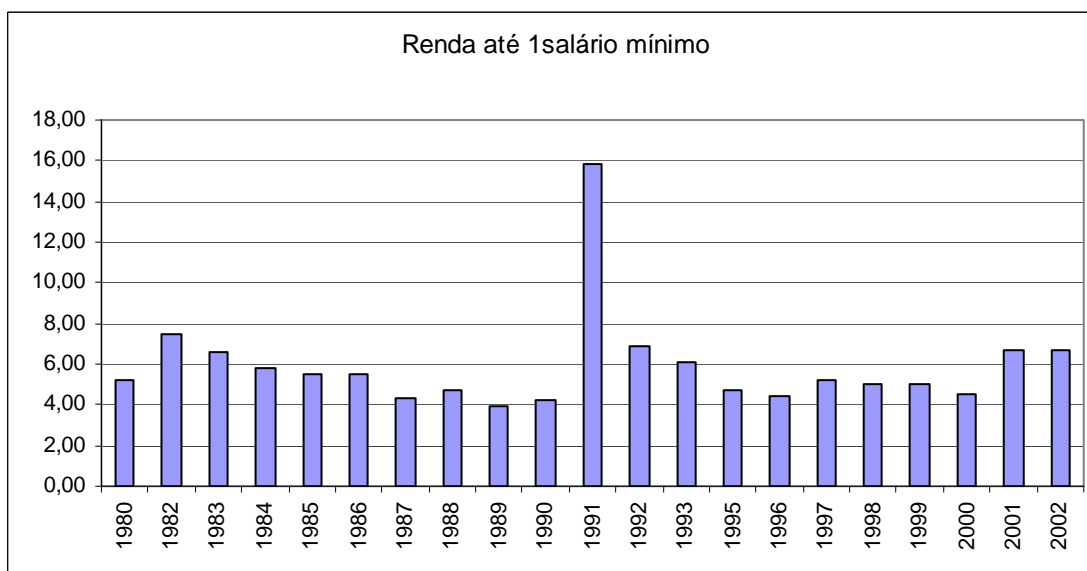
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 49: Proporção de domicílios com rádio - 1980-2002.



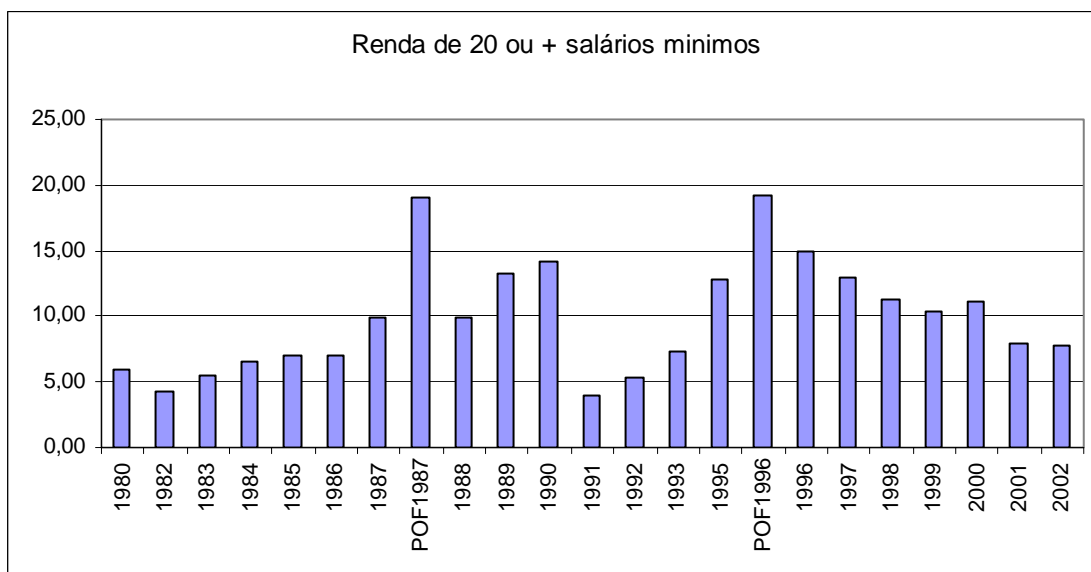
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 50: Proporção de domicílios renda do chefe até 1 salário mínimo - 1980-2002.



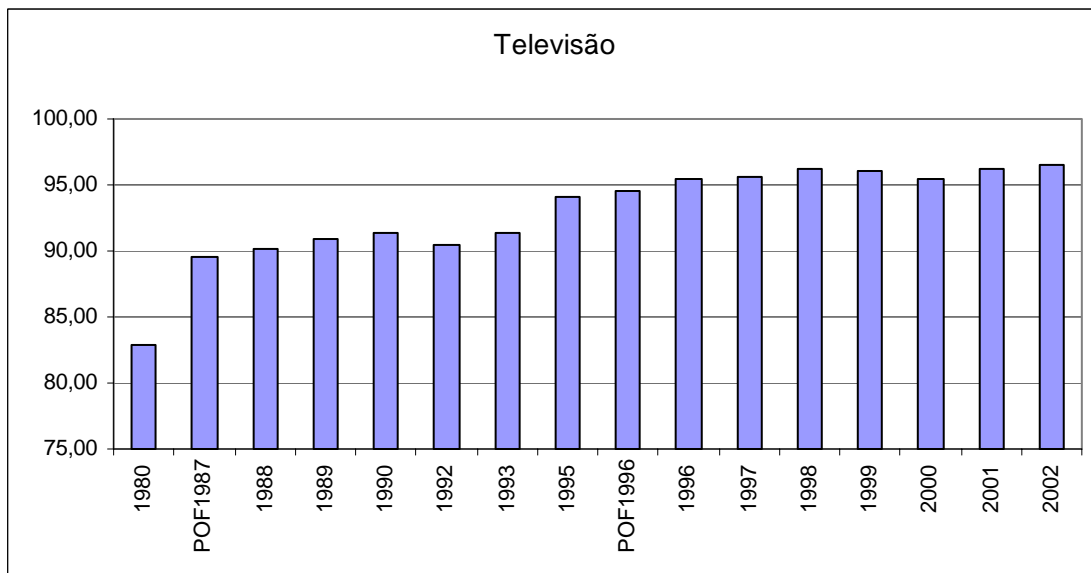
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 51: Proporção de domicílios com renda de 20 ou mais salários mínimos - 1980-2002.



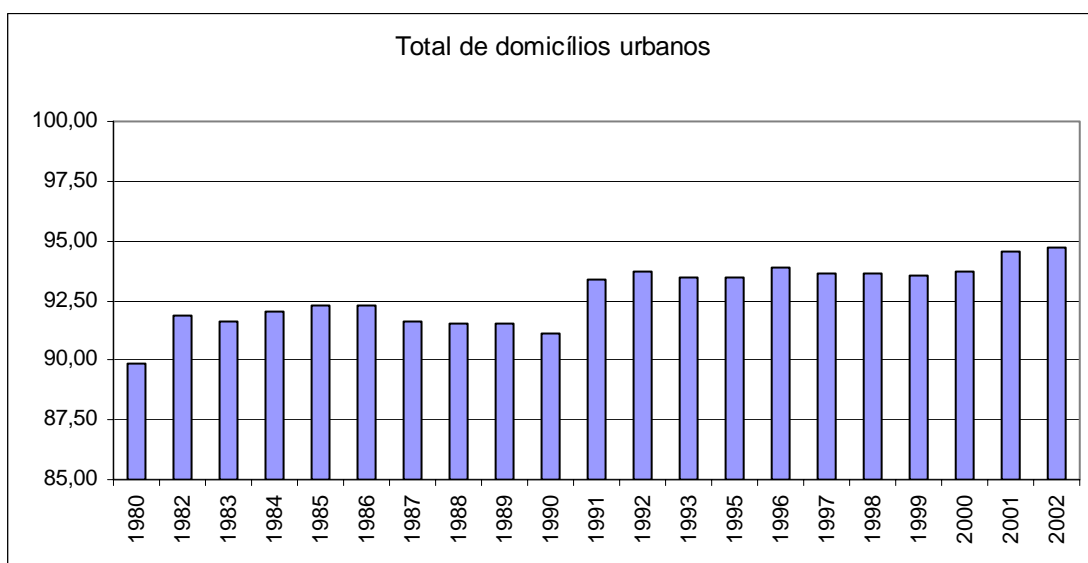
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 52: Proporção de domicílios com televisão - 1980-2002.



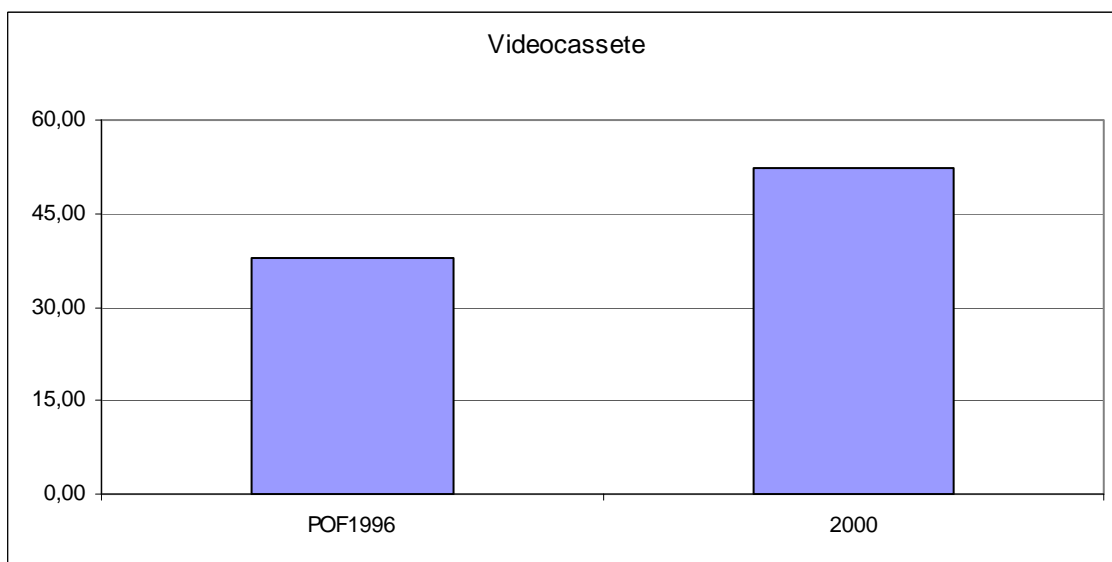
Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 53: Proporção de domicílios urbanos - 1980-2002.



Fonte: Fundação IBGE.

Gráfico 54: Proporção de domicílios com videocassete - 1996/2000.



Fonte: Fundação IBGE.